



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS
MULTIDISCIPLINARES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA**

**OS ESTUDOS FEMINISTAS SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS**

Luanna Márley de Oliveira e Silva

Brasília

2019

Luanna Márley de Oliveira e Silva

**OS ESTUDOS FEMINISTAS SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: **Professora Doutora Debora Diniz.**

Brasília

2019

Luanna Márley de Oliveira e Silva

**OS ESTUDOS FEMINISTAS SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (UnB).

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Debora Diniz (Orientadora)

Professora Doutora Tatiana Lionço (Membro Externo)

Professor Doutor Rogério Diniz Junqueira (Membro Interno)

Professora Doutora Luciana Brito (Membro Suplente)

AGRADECIMENTOS

“A maior parte das coisas importantes que fazemos, fazemos com outras pessoas”. Não vejo outra forma de começar estes agradecimentos sem citar uma das frases que mais me tocou no livro *A arte da Pesquisa*, dos autores Wayne C. Booth, Gregory G. Colomb e Joseph M. Williams. O apoio, o afeto e a generosidade de colegas e amigas, dentro e fora da Universidade de Brasília, especialmente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, no processo de pesquisa e escrita, foram fundamentais. Uma fissura em tempos tão hostis da política brasileira.

Agradeço, primeiramente, a minha Orientadora Débora Diniz. Durante dois anos, tive uma professora, uma mestra e uma conselheira que em todos os momentos me acolheu e me chamou para a importância da pesquisa, do trabalho científico, do rigor metodológico e, principalmente, da ética na pesquisa, tendo sempre o olhar de como podemos contribuir para as lutas, para o mundo. O desafio foi posto a nós, enquanto orientanda e orientadora. A covardia daqueles que odeiam e ameaçam não nos intimidou; pelo contrário. Esse foi/é o momento que, como você diz, “temos que produzir mais e melhor”. Obrigada por acreditar em mim, pelas provocações, e por permitir que seguíssemos juntas. Foram muitos os deslocamentos, tanto quanto foram os processos de cuidado. Sinto-me uma privilegiada.

À Tatiana Lionço, pela acolhida desde os primeiros meses na Universidade de Brasília, por me estimular enquanto pesquisadora, pela inserção no Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual e gênero. Por me ensinar tanto sobre o espaço acadêmico, teoria, pesquisa e luta na construção do que ela chama de “academia de ação direta”. Por aceitar o convite para compor a minha banca.

Ao Rogério Junqueira pela paciência constante, pelos questionamentos, indicações de leituras, por me mostrar caminhos importantes para compreensão do meu objeto de pesquisa e por compor a minha banca.

À Luciana Stoimenoff Brito pela generosidade de compor a minha banca, por ter me acompanhado passo à passo deste meu processo de pesquisa e escrita até o último

momentos, mesmo nos momentos em que me faltou fôlego acadêmico. Obrigada por ter me ensinado tanto.

Ao querido professor José Geraldo de Souza Júnior pelos momentos de aprendizagem, a partir do grupo Direito Achado na Rua, e por ter estado ao meu lado no decorrer do Mestrado.

À professora Vanessa de Castro que à época, quando coordenadora do Programa, sempre se mostrou preocupada, acolhedora e atenciosa com as/os discentes, como eu, que vinham de outros Estados e estudavam com Bolsa.

Há potência na Universidade Pública quando temos professores/as pesquisadores/as comprometidos/as com a pluralidade, as liberdades, o ensino de qualidade e a democracia para o aprimoramento dos estudos e das reflexões.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos.

Aos/as amigos/as do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, especialmente, ao querido colega Isaac Chaves Júnior (*in memoriam*) que tanto me acolheu, mas infelizmente teve uma passagem tão rápida na minha vida, neste mundo.

À todas e todos os/as companheiras/as que fazem parte da Matilha. Tem sido importante para meu crescimento os olhares de vocês, a generosidade e o compromisso com a pesquisa.

Aos/as queridos/as integrantes do Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual e Gênero (NEDIG) da UnB, por proporcionarem a troca acadêmica, o fomento a debates essenciais a esta pesquisa.

À ANIS- Instituto de Bioética e Direitos Humanos por ceder o espaço para tantos diálogos sobre pesquisa, leitura e escrita.

Às escritoras que compõem os Verbos Feministas. Para mim foi uma honra fazer parte de um grupo com mulheres tão potentes na escrita e na leitura.

À querida Sônia Corrêa pelo material enviado, pelas dicas, pelas reflexões, por ter estado sempre atenta a me ouvir e contribuir.

À querida Sinara Gumiere por ter me ensinado tanto e ter seguido comigo generosamente, imprimindo olhares sobre o que produzi. Jamais esquecerei.

Às queridas amigas (família) Érika Medeiros e Talita Rampim pelo apoio psicológico e afetivo, desde o momento que decidi ingressar no Programa de Direitos Humanos. Obrigada pelo carinho e acolhimento familiar. Obrigada pelos diálogos e reflexões, dicas de pesquisa, leituras do Projeto de Pesquisa, e por buscarem comigo caminhos que foram importantes para esta investigação.

À querida amiga (família) Valdenízia Peixoto por todo o cuidado (na saúde e na doença), por acompanhar meus passos e me estimular neste processo da pesquisa e das escolhas da vida. Obrigada pela disciplina, pelas dicas, pelo carinho e por acreditar no meu trabalho. Você foi fundamental.

À querida amiga (família) Renata Vieira que, na saúde, na doença e na escrita esteve comigo. Obrigada por todo o cuidado, o suporte e os conselhos voltados à vivência do Mestrado. Você caminhou de mãos dadas comigo neste processo.

Às minhas amigas da República da Arruda, Amanda Drummond, Daniela Godoy, Lorena Varão e Carol Fisher pela amizade que construímos, por acompanharem de perto o processo de escrita da Dissertação, pela preocupação e o cuidado. Obrigada Carol por tentar me disciplinar para que eu não saísse do foco. Funcionou!

À Gabriela Rondon e Anderson Cavichioli por serem sempre prestativas e atenciosas. Vocês me ajudaram muito.

À Camila Gomes pelo suporte amigo no momento da minha Qualificação, pelas músicas e por me ajudar tanto neste momento.

Às queridas amigas Bárbara Mengardo, Paloma Gomes, Luiz Gustavo Magnata, Clarissa Machado e Isa Lunelli pelo carinho de sempre, pela irmandade, pela força, pelos conselhos de pesquisa e de vida.

Ao querido Renan Amanajás pela acolhida em Manaus, pela leitura e sugestões feitas ao meu trabalho.

A Michelle Meira por me ajudar na fase inicial de matrícula do Mestrado e pela força.

Ao Caio Catarcione por passarmos juntos o momento de dissertação. Obrigada pela força cotidiana, pelos desabafos em conjunto e por acreditar em mim.

À minha família amada. Ao meu pai João Batista e ao meu irmão João Batista Júnior pela força e amor. À minha sobrinha Lavínia (Lalá) por trazer leveza em vários

momentos em que estava angustiada com a escrita. À minha mãe Socorro Oliveira pelo suporte essencial, por acreditar em mim, pela dedicação e por compreender que o meu deslocamento do Ceará para Brasília seria fundamental às lutas pelos direitos humanos. Te amo!

À minha namorada e companheira Meiry Coelho pelos dias, noites e madrugadas entre as leituras da dissertação e os profundos diálogos teóricos. Seu olhar como socióloga e militante feminista negra contribuiu substancialmente com o meu trabalho. Obrigada pela paciência, pelo cuidado, pelo carinho e pela grandiosidade do amor.

A gramático do ódio não terá espaço diante do amor. Sejam resistências!

*Dedico este trabalho àquelas que lutam pela
democracia, a laicidade e os direitos humanos.*

RESUMO

A partir da importância científica dos estudos de gênero, e considerando os recentes debates sobre as mobilizações políticas da ofensiva antigênero, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as produções científicas sobre “ideologia de gênero” no Brasil, enquanto agenda dos estudos feministas, tendo como objetivos específicos: (a) apresentar um panorama dos contornos da ofensiva antigênero no Brasil; (b) demonstrar a importância dos estudos feministas nos cenários da ofensiva antigênero; (c) identificar as principais características das produções científicas de 2 (duas) revistas feministas e 1 (um) dossiê sobre “ideologia de gênero”. O estudo foi baseado na pesquisa exploratória do tipo bibliográfica. Como base de obtenção das informações, foram analisados artigos contidos no dossiê sobre “ideologia de gênero” da *Revista Psicologia Política* e das revistas feministas *Cadernos Pagu* e *Revista de Estudos Feministas*. Os principais resultados foram: (a) as contextualizações acerca dos significados e efeitos do uso do termo “ideologia de gênero” como categoria de mobilização política; (b) mapeamento de algumas estratégias dos grupos que atuam na ofensiva antigênero e suas características; (c) identificação preliminar de como está o estado da arte sobre o tema “ideologia de gênero” nos estudos feministas; (d) identificação de temas para o aprofundamento e atualização sobre “ideologia de gênero” para estudos posteriores. Concluímos, ainda, que é preciso um aprofundamento acerca da categoria de mobilização política “ideologia de gênero” e sua conexão com os estudos sobre democracia; os estudos sobre “ideologia de gênero” têm pouca inserção nas produções científicas dos estudos feministas; as revistas feministas analisadas, apesar de apresentarem poucas produções no tema “ideologia de gênero”, têm investido em estudos que discutem os avanços dos fundamentalismos religiosos ao longo dos anos e a relação entre política e religião.

Palavras-chave: feminismo; gênero; sexualidade; estudos de gênero; ideologia de gênero;

ABSTRACT

Based on the scientific importance of gender studies and considering the recent debates on the political mobilization of the anti-gender offensive, this research aimed to analyze the scientific literature on “gender ideology” in Brazil as an agenda of feminist studies with the main goals of: (a) presenting an overview of the contours of the anti-gender offensive in Brazil; (b) demonstrating the importance of feminist studies in the offensive anti-gender scenario; (c) identifying the main characteristics of the scientific productions of 2 (two) feminist journals and 1 (one) dossier on “gender ideology”. The study was conducted based on exploratory research of the bibliographic type and used as data basis the articles contained in the dossier on “gender ideology” of the Political Psychology Magazine and the feminist magazines *Cadernos Pagu* and *Revista de Estudos Feministas*. The main results were: (a) the contextualizations about the meanings and effects of the usage of the term “gender ideology” as a category of political mobilization; (b) mapping of some strategies of groups that act in the offensive anti-gender and its characteristics; (c) preliminary identification of the state of the art on the theme of “gender ideology” in feminist studies; (d) identification of themes for further study and an update on “gender ideology” for further studies. Thus, we conclude that a deeper understanding of the political mobilization category “gender ideology” and its connection with the studies on democracy is still needed; Studies on “gender ideology” still have little insertion in the scientific productions of feminist studies; Despite presenting few productions on the theme of “gender ideology”, the feminist journals that were analyzed have invested in studies that discuss the advances of religious fundamentalism over the years and the relationship between politics and religion.

Keywords: feminism; genre; sexuality; gender studies; gender ideology;

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Circuitos dos Discursos

Quadro 2- Estratégias da Ofensiva Antigênero

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Revistas científicas com veiculação do tema sobre “ideologia de gênero”.

Tabela 2 – Artigos Analisados

Tabela 3- Palavras-chave das Produções

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: PESQUISA, MILITÂNCIA E DIREITOS HUMANOS.....	11
CAPÍTULO 1 - AS QUESTÕES DE GÊNERO NO BRASIL: UM BREVE CENÁRIO POLÍTICO-JURÍDICO	15
1.1. A ofensiva antigênero e a institucionalização heterossexista: aspectos preliminares da legitimação das desigualdades	15
1.2. As questões da ordem de gênero no Brasil	20
1.3. Percursos e avanços em gênero e sexualidade.....	28
1.4. Um retrato brasileiro da ofensiva antigênero e o sintagma da ideologia de gênero ...	32
1.5. O combate à “ideologia de gênero” no Congresso Nacional	42
CAPÍTULO 2- FEMINISMOS E A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE	49
2.1. O pensamento feminista e os estudos de gênero.....	50
2.2. Academia e militância: estratégias formativas e investimentos em pesquisas	59
2.3. “Ideologia de gênero” como justificativa do ataque aos estudos de gênero e sexualidade.....	65
CAPÍTULO 3- UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL.....	69
3.1. A revisão de literatura como metodologia	71
3.2. Desenho dos percursos metodológicos	72
3.3. O que temos a apresentar sobre “ideologia de gênero”?.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS: TECENDO PISTAS PARA UM APROFUNDAMENTO SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO”.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86

INTRODUÇÃO: PESQUISA, MILITÂNCIA E DIREITOS HUMANOS

Ao longo da história, pelo menos na cultura ocidental, diversos mecanismos foram criados, no sentido de impor normas aos corpos e comportamentos, baseando-se em um padrão social que tem na heterossexualidade branca, rica e cristã a referência de uma moral, dos bons costumes, da “civilidade” e da humanidade. Este processo desencadeou o que algumas estudiosas vão chamar de heterossexualidade compulsória (ou obrigatória) e a estruturação do racismo (RICH, 2010; WITTING, 1992; QUIJANO, 2000).

Tal fenômeno cultural, social e político tem contribuído para a naturalização e legitimação das desigualdades sociais e econômicas, tendo no machismo, no racismo e na lgbtfofia, alinhadas ao capitalismo neoliberal, interseccionalidades que se configuram como estruturais na vida social (COLLINS, 1990; DAVIS, 2016).

As lutas dos movimentos sociais e as resistências têm sido fundamentais para os processos de disputas do projeto político de sociedade. Em relação ao Brasil, a atuação dos movimentos feministas e LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo), contribuiu para profundos avanços sociais, especialmente em relação às políticas públicas e, em alguma medida, no legislativo.

Os avanços ocorridos no Brasil, nas últimas décadas, contribuíram para o fortalecimento e a difusão dos feminismos e suas importâncias políticas na busca da equidade e de justiça. Vivenciamos na década de 1980 processos de abertura democrática, onde foram possíveis diálogos para uma atuação junto à Assembleia Constituinte, afim de inserir princípios pautados na igualdade entre homens e mulheres e na não-discriminação, além da garantia de direitos fundamentais, no campo dos direitos sociais e individuais (COSTA, 2005).

As Conferencias de políticas públicas ocorridas a partir dos anos 2000, seja para mulheres ou LGBTI, de promoção da igualdade racial, de saúde, direitos humanos e educação, foram processos fundamentais para um debate democrático entre sociedade civil e governo. Diversos documentos foram produzidos contendo as demandas enunciadas pelos movimentos sociais, sendo consolidadas em planos nacionais e ratificadas através de decretos e Leis (PAPA, 2012; FACHINNI, 2012).

Frente à garantia de direitos, vamos encontrar reações por parte de grupos interessados na manutenção do poder e que, historicamente, têm atuado para a continuidade das violações de direitos humanos e das desigualdades sociais.

No Brasil, vimos uma mobilização política com o *slogan* “ideologia de gênero” enquanto motor impulsor para um ataque direto às mulheres e LGBTI, seja por meio dos discursos de ódio ou de perseguições a todas e todos que debatem gênero, sexualidade e que lutam por direitos reprodutivos e sexuais.

Em 2014, os debates sobre o Plano Nacional de Educação se configuraram como um marco organizativo dessa ofensiva antigênero. A retirada do termo gênero dos Planos nacional, estaduais e municipais de educação se apresentou como um passo estratégico tanto para esvaziar, proibir e censurar os debates de gênero e sexualidade, como para fragilizar o enfrentamento às discriminações contra mulheres e população LGBTI. Mesmo os diversos dados oficiais e pesquisas demonstrando o aumento nos homicídios em relação à LGBTI e às mulheres, não foram capazes de barrar a atuação de grupos conservadores e fundamentalistas religiosos que atuam contra os direitos humanos.

Ao observarmos as incidências dentro do Congresso Nacional, já podemos verificar um aprofundamento na atuação desta ofensiva. Isto quer dizer que, se antes o foco estava na proibição e censura aos debates de gênero e sexualidade, a nova legislatura de 2019 tem apresentado projetos de Lei na Câmara dos Deputados voltados à criminalização desses debates. A maioria dos projetos são de autoria do Partido Social Liberal (PSL).¹

Com a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República, a população brasileira tem vivenciado, no primeiro semestre de 2019, faces de uma política que se movimenta contra os/as trabalhadores/as, idosos, crianças e adolescentes, mulheres, negros/as, LGBTI, indígenas, quilombolas, dentre outros. A investida antigênero do atual governo se pauta em vetos, não somente aos termos, mas a qualquer ação voltada às políticas de direitos humanos. Somam-se a estes fatores os ataques sistemáticos às Universidades Públicas² e às Ciências.

Esta investigação se insere em um momento onde os discursos que descontextualizam o que é gênero, as teorias e estudos de gênero, colocando-os como não científicos, visam negar as

¹ O PSL, Partido do então Presidente da República Jair Bolsonaro, apesar de ser um partido pequeno, apresentou um crescimento na ocupação das casas legislativas em 2019.

² Pronunciamento oficial do porta-voz da Presidência da República que trata do bloqueio de recursos para as universidades públicas. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/porta-voz/2019/declaracao-a-imprensa-do-senhor-porta-voz-general-rego-barros-palacio-do-planalto-7>;

correntes e complexidades trazidas por estes estudos nas últimas décadas (JUNQUEIRA, 2018; MIGUEL, 2016).

Como pesquisadora e militante lésbica, feminista e de direitos humanos, o processo de investigação e escrita em tempos de controle e censura de informações que são (e devem ser) públicas, de negação das evidências científicas e da própria pesquisa representa um profundo desafio. Refletir sobre o “aqui e agora” requer um maior compromisso, sobretudo ético, científico e político, em contribuir com os avanços no campo das ciências e - seguindo uma tradição dos estudos sobre gênero e sexualidade, dentro de uma perspectiva feminista - subsidiar e colaborar com as lutas dos movimentos sociais.

Partindo do que representam os estudos feministas, quanto às análises e a apresentação de dados sobre os fenômenos sociais em suas complexidades, surge, como objeto da pesquisa tentar compreender o que tem sido apresentado por esses estudos acerca da ofensiva antigênero e da instrumentalização da categoria “ideologia de gênero”.

Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo analisar as produções científicas sobre “ideologia de gênero” no Brasil, enquanto agenda dos estudos feministas, entre os anos de 1992 - quando foi lançada a Revista de Estudos Feministas, e 2018. Para isso, realizou-se uma revisão da literatura a partir dos artigos divulgados pelas revistas científicas *Cadernos Pagu* e *Revista de Estudos Feministas*. Considerando que em 2018 foi lançado um dossiê específico sobre “ideologia de gênero” pela *Revista Psicologia Política*, optou-se pela inclusão do dossiê por considerá-lo relevante para a pesquisa.

Com base no mapa da literatura das produções sobre “ideologia de gênero”, dividimos o trabalho em três capítulos, finalizando com considerações acerca de pistas para a atualização e aprofundamento nos estudos sobre o tema.

No primeiro capítulo, apresentamos um breve panorama dos contornos da ofensiva antigênero no Brasil, articulando os avanços nas políticas de gênero e sexualidade e como têm se dado as estratégias dessa ofensiva, sobretudo ao considerar como prejudicial os estudos feministas.

O segundo capítulo buscou demonstrar a importância dos estudos feministas nos cenários da ofensiva antigênero. Nesta sessão, trabalhamos com a contextualização histórica e sociológica sobre o termo gênero e o quanto este tem sido uma categoria importante para o desenvolvimento das análises dos estudos de gênero. Por último, apresentamos um breve histórico acerca das

agendas de pesquisa em gênero nos últimos anos, a emergência dos grupos/núcleos de pesquisas em gênero e sexualidade e suas contribuições aos saberes, à formulação do conhecimento e às lutas feministas e LGBTI.

No último capítulo, buscamos identificar as principais características das produções científicas das 2 (duas) revistas feministas e do dossiê sobre “ideologia de gênero”. No capítulo em questão, realizamos uma descrição da metodologia percorrida e os resultados alcançados após análises dos artigos científicos. Assim, procuramos responder sobre: (a) como os artigos científicos das revistas feministas tem abordado o tema “ideologia de gênero”; (b) o que estas produções têm observado e analisado sobre as mobilizações políticas antigênero que se realizam por meio do sintagma “ideologia de gênero” e; (c) quais suas contribuições para o enfrentamento à ofensiva antigênero e a pesquisa.

Baseando-se nesses estudos, foi possível identificar questões no debate sobre “ideologia de gênero” que ainda merecem investigação tanto para uma atualização constante, como por exemplo, a atuação de parlamentares e grupos políticos que atuam contra os direitos humanos, como para um aprofundamento quanto aos sentidos, estratégias e discursos destes atores.

A necessidade do estudo sobre a “ideologia de gênero”, tendo como metodologia a revisão de literatura, se desenha enquanto um esforço teórico, apesar de preliminar, comprometido em compreender e problematizar acerca das relações de poder que compõem a realidade social, contribuindo para o enfrentamento às discriminações, explorações e violências, numa luta social, política e epistemológica pelos sentidos, semânticas e garantias dos direitos humanos.

CAPÍTULO 1 - AS QUESTÕES DE GÊNERO NO BRASIL: UM BREVE CENÁRIO POLÍTICO-JURÍDICO

1.1. A ofensiva antigênero e a institucionalização heterossexista:³ aspectos preliminares da legitimação das desigualdades

A construção sócio-cultural pautada em referenciais machistas, racistas e na heterossexualidade como obrigação (ou compulsória)⁴ impõe ideologicamente, a todas e todos, regras, condutas e comportamentos. Ressalte-se que o sexo, os corpos, os afetos e as sexualidades sempre foram de “interesse público”, como lembra Michel Foucault (1988), uma vez que, historicamente, tem sido foco de atenção das instituições religiosas, jurídicas, científicas e dos múltiplos mecanismos de controle estatal.

“O gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004), como consequência, as imposições para que o homem e a mulher correspondam às expectativas sociais do “ter que ser” o masculino (macho) e o feminino (fêmea), respectivamente, tem sido um fator determinante quanto ao tratamento diferenciado ou não, inclusivo ou discriminatório, sendo utilizado, sobremaneira, como justificativa às práticas lesbofóbicas/transfóbicas/ homofóbicas e à violência contra as mulheres.

Ao longo da história, sobretudo a partir do século XVII, foram criados dispositivos de controle das sexualidades, com a finalidade de normatizar comportamentos, maneiras de vestir e de como o indivíduo deveria/deve se colocar no mundo, reafirmando nas relações heterossexuais a única sexualidade normal, legítima e aceitável, conseqüentemente, a única “autorizada” para constituição de família com a devida proteção estatal (FOUCAULT, 1988; RICH, 2010).

³ Marcelo Natividade (2014, p.75), ao retomar o conceito da palavra “heterossexismo”, expõe que esta se configura como “[...] a crença na existência de uma hierarquia entre as diferentes formas de sexualidade, legitimada como fato da natureza. O repúdio à diversidade sexual é, ao mesmo tempo, um efeito e uma estratégia de preservação destas hierarquias naturalizadas.”

⁴ O termo “heterossexualidade compulsória” foi criado em 1980 pela feminista e escritora norte-americana Adrienne Rich, ao descrever sobre a existência das mulheres lésbicas. Assim, para Rich, a heterossexualidade compulsória se configura como uma imposição social de que a heterossexualidade é a única forma de sexualidade normal, aceitável e legítima. (RICH, 2010)

A heterossexualidade compulsória universaliza o conhecimento, a história, a cultura, os símbolos, interpretando e se reafirmando como dogma, enquanto filosofia política, produzindo, assim, as diferenças entre os sexos, influenciando os desejos e os comportamentos. Portanto,

[...] a consequência da tendência a universalizar tudo, é que a mente hetero, não pode conceber uma cultura, uma sociedade onde a heterossexualidade não só ordene as relações humanas sem também ordenar a produção de conceitos e inclusive os processos que escapam à consciência. (WITTIG, 1992, p. 20)

Quando Monique Wittig (1992, 2006) fala sobre a construção social da “mente hetero” – a ideologia da heterossexualidade como uma obrigação, colocando-a como a única forma possível, saudável e legítima na vivência das sexualidades humanas – pontua que este constructo foi e é alimentado, cotidianamente, através da reprodução de brincadeiras, piadas, propagandas, livros sagrados, produções científicas, filmes, onde, inevitavelmente, “sua ação mais feroz é a tirania inflexível que exerce sobre o nosso ser físico e mental” (WITTIG, 1992, p. 2).

A posição sexo/gênero na sociedade tece hierarquias nos mais diversos núcleos de sociabilidade, no acesso às políticas públicas e à justiça. Gerando um sistema articulado de opressões, que tem como base o patriarcado, demarca sócio, político e juridicamente uma diferença sexual reproduzindo, ao longo da história, desigualdades.

Os anos de 1960 e 1970 representaram um marco no debate público, tanto no campo científico quanto nas questões de gênero e nas pautas impulsionadas pelas feministas e LGBTI (MIGUEL, 2016b; CONNEL; PEARSE, 2015). As lutas sociais pela autonomia e autodeterminação das mulheres, o direito ao voto feminino, casamento entre pessoas do mesmo sexo, o direito ao aborto e o direito à vida sem violências representaram um profundo impacto social e político resultando, no cenário internacional, em avanços na garantia dos direitos humanos.

Foi na inserção das pautas feministas, a partir da incidência dos movimentos para constar a categoria “gênero”, enquanto uma construção social relacionada aos processos de opressões e violências contra as mulheres, nos documentos da Conferência Internacional sobre População, no Cairo (ONU, 1994), e da Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim (ONU, 1995),⁵

⁵ Françoise Girard, ao analisar as negociações que envolveram gênero e sexualidade junto às Organizações das Nações Unidas, verificou que: [...] la agenda de las mujeres representaba un ataque directo a la construcción de la “mujer histórica” —la mujer como necesariamente confinada a los roles de madre y esposa, en una pareja

que se tem início, segundo alguns estudiosos, a elaboração, por parte da Santa Sé, do sintagma “teoria/ideologia de gênero”, sendo esta uma invenção católica. A partir deste momento, o ativismo antifeminista passa a se intensificar junto à Organizações das Nações Unidas, ganhando força enquanto uma mobilização de caráter transnacional (GIRARD, 2008; JUNQUEIRA, 2018; MACHADO, 2018).

Essa mobilização encontra no termo “ideologia de gênero” o rótulo político que objetiva a deslegitimação dos estudos de gênero, a negação da importância do debate e da implementação de políticas públicas para o combate às violências contra as mulheres e LGBTI, elegendo como inimigos os movimentos feministas, LGBTI e professores/as, além de teóricas/pesquisadoras de gênero. Assim,

Ao investir na descontextualização, rotulação e distorção caricatural de toda e qualquer intervenção teórica, jurídica, política, cultural ou pedagógica concernente ou alusiva aos estudos de gênero e afins, os/as moralistas antigênero costumam assumir uma postura não afeita ao debate acadêmico ou democrático. Fica claro que, conforme o roteiro de produção de pânico moral (THOMPSON, 2014), os adversários devem ser ridicularizados, demonizados e estigmatizados. E, ao sabor de uma *estratégia de rotulação* deformadora do adversário (GARBAGNOLI, 2014a), os epítetos podem variar: extremistas, inimigos ou destruidores da família, familiofóbicos, fanáticos pró-gay, homossexualistas, gayzistas, gaystapo, feminazis, doutrinadores, pedófilos, heterofóbicos, cristofóbicos, cristianofóbicos, genderistas. Note-se, ainda, que o emprego desses ou de outros agravos e neologismos igualmente pitorescos costuma se

heterossexual, debido a su función sexual y reproductiva. Las defensoras argumentaban a favor del derecho de las mujeres, como individuos, a decidir sí y cuando tener un hijo, y del acceso a servicios de salud reproductiva de alta calidad y controlados por mujeres. Otra batalla relacionada de cerca con esto, se centraba en las restrictivas definiciones de familia, propuestas por la Santa Sede y sus aliados católicos conservadores, quienes buscaban fortalecer o reinstaurar la dependencia de las mujeres del varón “jefe de familia” y negaban la variedad de formas familiares en las cuales participan las mujeres, incluyendo a las parejas del mismo sexo. Los grupos de mujeres denunciaron la “Guerra fundamentalista en contra de las mujeres acerca del significado de “las familias” y enfatizaron la necesidad de reconocer “los patrones cambiantes en la relaciones sexuales y familiares (GIRARD, 2007, p. 363). Girard ainda destaca que [...] los argumentos de la Santa Sede acerca del ‘significado oculto’ del género, subrayaron su comprensión de los debates contemporáneos acerca de la sexualidad. Mientras que, de hecho, la mayoría de los gobiernos y de las activistas feministas en las negociaciones, utilizaban ‘género’ de acuerdo al uso político contemporáneo, como representante de ‘mujeres’, la Santa Sede reconoció las implicaciones de largo alcance derivadas de se parar los roles sociales, la identidades y las expresiones, del sexo biológico. Com prendió [La Santa Sede] el punto de vista de Fausto-Sterling de que ‘si la naturaleza nos ofrece realmente más de dos sexos, lo que se deduce de esto es que nuestros conceptos actuales de masculinidad y femineidad son presunciones culturales’. Mientras que la Santa Sede (y las ong de derecha) enfatizaron el vínculo entre género y homosexualidad, también conectaron el género con la transexualidad, yendo por lo tanto, más allá de la orientación sexual. (GIRARD, 2007, p. 375)

dar em meio a artifícios retóricos, inclusive de apropriações e ressignificações. (JUNQUEIRA, 2018, p.462)

As mobilizações que envolvem a ofensiva antigênero, por meio da campanha (*slogan*) “teoria/ideologia de gênero”, tem na atuação do Vaticano a tentativa de reposicionar o poder da igreja católica diante da secularização, com o objetivo de resgatar a ordem sexual tradicional (GARBAGNOLLI, 2016; JUNQUEIRA, 2018; MIGUEL, 2016). Para Rogério Junqueira, O que se vê, nesse caso, é um empenho em promover a restauração ou, ainda, um *aggiornamento* do estatuto da ordem sexual tradicional, de modo a reafirmar sua hegemonia, reiterar seus postulados, hierarquias, sistemas de poder e estruturas de privilégios e, assim, permitir uma legitimação ulterior das normas de gênero sintonizadas com a dominação masculina, a heterossexualização compulsória e a configuração de hierarquias sociais, inclusive étnico-raciais. (JUNQUEIRA, 2018, p. 456)

Como expõe Tatiana Lionço, a ofensiva antigênero se aporta no fundamentalismo religioso, incidindo diretamente contra os contextos democráticos. Segundo sua análise,

O fundamentalismo religioso é uma ofensiva contemporânea a preceitos da modernidade. Recusa princípios democráticos seculares em uma era de instabilidade e dispersão das representações, reivindicando o retorno de tradições como preceitos basilares da vida social. O fundamentalismo religioso é uma reação às novas contingências históricas e políticas que preveem o reconhecimento da diversidade moral, cultural e das possibilidades diversas de subjetivação da humanidade. (LIONÇO, 2017, p. 209)

Em um olhar sobre o papel do Vaticano na elaboração das “guerras de gênero”, Sonia Correa traça um histórico das ideias teológicas, a ligação entre “ideologia de gênero” e colonização, e como tem operado essa ofensiva na América Latina. Uma das questões apontadas pela autora é que a teologia antropológica da complementariedade, iniciada no Século XX, resultou em uma nova doutrina acerca da diferença entre os sexos, com o objetivo de posicionar a Igreja diante do Estado Moderno. Esta doutrina católica foi fundamental para a construção argumentativa de uma crítica à “ideologia de gênero”, tendo início em 1994. (CASE, 2016; FASSIN, 2016; CORREA, 2016; GARBAGNOLI, 2016)

É, portanto, no *slogan* “ideologia de gênero” que a agenda política de reafirmação da heterossexualidade compulsória ganha força, a partir dos anos 2012. Agregando para esta agenda grupos conservadores confessionais, não confessionais, com uma forte e barulhenta adesão de grupos pentecostais (especialmente neopentecostais).⁶ A atuação se dá em diversos campos, sobretudo na educação e na cultura, seja por meios legislativos, na tentativa de controles e censuras a professores/as, pesquisadores/as e artistas violando a liberdade de cátedra, a liberdade de expressão ou na incidência junto ao executivo quanto às políticas públicas educacionais e culturais.

A aliança entre católicos e pentecostais ocorridas nos últimos anos pode ser verificada no parlamento brasileiro. Em um primeiro momento, há uma forte atuação de católicos quanto aos projetos de lei relacionados aos direitos reprodutivos das mulheres e aqueles voltados aos direitos LGBTI. Posteriormente, especialmente com o Projeto de Lei 122/2006 que visava criminalizar a lgbtfobia, a ofensiva dos pentecostais ganha força e visibilidade incidindo contra os direitos LGBTI, alinhando as agendas políticas conservadoras e de ordem moralista e familista (MACHADO, 2015; MACHADO, 2016).

A imposição de um projeto político de poder de ordem sexual tradicional, diante da secularização do mundo, insere-se como uma reação aos profundos impactos culturais que os movimentos feministas e os estudos de gênero, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, trouxeram ao modo de se olhar as relações sociais e entre os sexos. A necessidade não só de estudos, mas sobretudo de ações políticas voltadas ao reconhecimento dos direitos das mulheres, das suas opressões e o combate às violências, que tem como base o machismo enquanto expressão da sociedade patriarcal, “chamaram a atenção para todo um campo da realidade humana que era, até então, muito pouco compreendido” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 44).

Para Joan Scott

(...) não existem soluções simples para as questões, debatidas calorosamente, da igualdade e da diferença, dos direitos individuais e das identidades de grupo; de que posicioná-los como conceitos opostos significa perder o ponto de suas interconexões. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença,

⁶ “O neopentecostalismo, com todos os seus matizes, representa a vocalização de um *ethos* popular cultivado silenciosamente durante décadas de desamparo político e legal por parte do conjunto mais amplo da sociedade brasileira. Nesse sentido, tal movimento religioso pode ser lido como expressão da modernização conservadora do país – baseada na organização autoritária do desenvolvimento capitalista –, uma vez que os valores que ele organiza subordinam-se à concretização do ideal, pouco republicano, de mobilidade social nos termos estritos da lógica predatória do mercado.” (ANTÔNIO; LAHUERTA, 2014, p. 75)

entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos. (SCOTT, 2005, p.12)

O argumento apresentado por Scott demonstra a complexidade a qual devem ser tratadas as questões de gênero, não só teoricamente, mas na arena política. Nota-se que as diversas abordagens feministas trouxeram um problema comum: o reconhecimento de que apenas a igualdade de direitos não é suficiente para o enfrentamento às desigualdades e demais opressões que operam enquanto obstáculos à autonomia e autodeterminação dos sujeitos (BIROLI, 2013).

Os esforços empreendidos pela ofensiva antigênero para a imposição heterossexista de uma “família natural” e o combate à “ideologia de gênero” representam um fenômeno que se coloca no campo político, jurídico e social, ameaçador das bases democráticas, contribuindo para a promoção de perseguições e violências contra mulheres, negros/as, LGBTI, como apresentaremos adiante.

1.2. As questões da ordem de gênero no Brasil

As questões da ordem de gênero têm se apresentado no Brasil dentro de uma dinâmica que envolvem alguns avanços no âmbito, principalmente, das políticas públicas e do judiciário, a partir das lutas dos movimentos feministas e LGBTI. Ao mesmo tempo, ocorrem reações às garantias dos direitos das mulheres e dissidentes sexuais, através de um processo de mobilização que se traduz enquanto uma ofensiva antigênero por parte de conservadores e fundamentalistas religiosos. A negação sóciojurídica das diversas vivências e expressões das sexualidades e da autonomia das mulheres é um mecanismo que visa se consolidar enquanto sistema político e de controle social.

A liberdade de expressão afetivo-sexual e de expressão de gênero, diferente do estabelecido socialmente, é cerceada e combatida, seja nos primeiros núcleos de sociabilidade, como a família e a escola, seja no silêncio, na negação de direitos sexuais e na inexistência de políticas públicas. No sistema político heteronormativo, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo ou quaisquer corpos que subvertam as normas de gênero e sexualidade são corpos abjetos, são corpos deslegitimados, e, como tais, inferiores, logo insultáveis e matáveis (BUTLER, 2015; BORILLO, 2010).

Repercutindo na sociedade como um todo, os valores heterossexistas são assimilados e internalizados, resultando na angústia das pessoas LGBTI, onde estas passam a se sentir pecadoras, doentes ou incapazes de ter uma vida “normal”.⁷ Ou seja, essa população passa a vivenciar um *status* de “meio” cidadãos/ãs, pessoas à “margem”, não somente do padrão social hegemônico, mas dos direitos.

O vivenciar à margem dos direitos se instituiu historicamente para as mulheres como uma relação de exploração e dominação sobre seus corpos, suas vidas, nos diversos âmbitos da sociedade. Assim, tem como consequência, por exemplo, as desigualdades nas relações de trabalho, na vida doméstica - que são aprofundadas pelo racismo, quanto às mulheres negras -, chegando ao extremo, com os extermínios desses corpos, o feminicídio.⁸

Ao regular a união civil, a adoção e a constituição da família, as questões de gênero e sexualidade são demarcadas nos instrumentos normativos do Estado, através dos dispositivos constitucionais e do Código Civil.⁹ Ou seja, existe uma dimensão pública da sexualidade e que está presente no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista que há uma direta e legitimada intervenção do poder público na normatização dos corpos e das relações entre as pessoas. Diante disso, o comportamento da sociedade em geral expressa nitidamente a ordem do discurso

⁷ Como bem chama atenção Tatiana Lionço: “Atentar às possibilidades plurais de constituições humanas em termos psíquicos e relacionais, resguardando aos sujeitos humanos o direito à autonomia, ao livre desenvolvimento da personalidade, à privacidade e à dignidade, implica conceber a homossexualidade como uma possibilidade humana legítima, assim como a heterossexualidade, e não como desvio de um padrão de normalidade. O reconhecimento de que a reprodução da espécie deixa de ser o motivo e o fundamento da relação sexual, concebida finalmente como prática humana imersa na lógica do prazer e da cultura, é fundamental para que se possam democratizar os direitos sexuais e reprodutivos. Ainda, implica em reconhecer a possibilidade de constituições humanas que não atestem a linearidade da determinação do sexo biológico sobre os destinos da subjetivação, tais como evidenciam mulheres e homens transexuais, pela incongruência entre a identidade de gênero e o sexo anatômico, e as travestis, pela ostentação da marca da duplicidade dos sexos em suas constituições identitárias”. (LIONÇO, 2008, p. 18)

⁸ “O feminicídio é a morte violenta de uma mulher. Dizer feminicídio implica revelar a não acidentalidade e a não eventualidade nesta violência letal, para compreender os fatos como um fenômeno inscrito em determinada estrutura social, extremamente desigual, que possibilita sua ocorrência. É importante problematizar a existência dos feminicídios a partir da compreensão dos pilares que o constituem, quais sejam: o patriarcado, solo fértil para proliferar a expressão letal da violência de gênero e seu corolário, um Estado necropolítico, que produz e sustenta abissais desigualdades sociais e múltiplas formas de violência”. (GOMES, 2018, p. 4)

⁹ Dentro os exemplos de dispositivos legais voltados à sexualidade humana, estão o Art. 226, §3º. “Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”, conforme a Constituição Federal de 1988. Ou ainda o art. 1.514 do Código Civil: “O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam perante o juiz a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados”. Vale ressaltar que, apesar da existência destes dispositivos, atualmente, no cenário brasileiro, o Supremo Tribunal Federal, no ano de 2011, reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, bem como no mesmo ano, o Superior Tribunal de Justiça, afirmou que não existe impedimentos para que pessoas do mesmo sexo contraiam casamento no âmbito civil. Esta decisão fez com que o Conselho Nacional de Justiça expedisse, em 2013, a Resolução nº 175 que obriga os Cartórios de todo o Brasil a aceitar o casamento civil entre pessoas LGBTI.

predominante e o quanto o preconceito e a discriminação estão enraizados culturalmente, normatizados e institucionalizados.

No Brasil, proposições legislativas como o Projeto de Lei nº 7.382/2010, do Deputado Federal Eduardo Cunha, que visava coibir a “heterofobia” (a discriminação contra heterossexuais), ou projetos de lei como o Estatuto do Nascituro, que tramita na Câmara dos Deputados desde 2007 (PL 478/2007), expressam as acirradas estratégias políticas de ataque aos direitos humanos.¹⁰

O poder do Estado exercido na sociedade e legitimado pelo Direito se configura como regulador, vigilante e proliferador de um discurso que tem impacto direto nas relações sociais.¹¹ O Estado brasileiro ao silenciar ou se omitir diante das múltiplas violências contra as mulheres e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo (LGBTI), contribui para um agir social violador de direitos humanos, tanto reproduzidos nos núcleos de sociabilidade - família, trabalho e escola -, como através das práticas de juristas, de legisladores e gestores do Poder Executivo. O Estado passa a ser um polo ativo destas violências.

As construções sociais relacionadas ao gênero, sexo e sexualidade, e a naturalização de suas normas fundadas na reprodução de hierarquias sexuais são opressões e reproduzem a violência. (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 2006; RUBIN, 1984). Como sublinha Daniel Borillo

[...] essa ordem sexual, ou seja, o sexismo, implica tanto a subordinação do feminino ao masculino quanto a hierarquização das sexualidades, fundamento da homofobia; por conseguinte, a evocação constante da superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais faz parte de uma estratégia política de construção da normalidade sexual. (BORILLO, 2010, p. 30)

A materialização das violências de gênero inseridas no cotidiano da sociedade, podem ser verificadas não somente através das notícias diárias impressas nos meios de comunicação e denunciadas pelos movimentos sociais, como também em pesquisas sobre o tema e na divulgação

¹⁰ Em suas declarações, o então Deputado Federal, informou que o objetivo da proposta da heterofobia é “restabelecer o direito das pessoas de serem normais”. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/deputado-propoe-lei-para-protoger-os-heterossexuais-20100623.html>

¹¹ O discurso ao qual nos referimos é composto tanto pelas falas políticas daqueles que estão no poder público (seja no judiciário, no legislativo ou no executivo), como na sua institucionalização através de leis e demais mecanismos normativos.

de dados oficiais. O balanço divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos¹² acerca dos dados do Ligue 180¹³ sobre violência contra as mulheres, no período de janeiro a julho de 2018, revelou que ocorreram 79.661 relatos de violência, sendo registrados 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídios e 118 tentativas de homicídios. Os casos de violência doméstica corresponderam a 63.116 relatos. O *Atlas da Violência 2018*¹⁴ aponta que, em 2016, foram registrados junto às delegacias 49.497 casos de estupros, sendo que no mesmo ano o Sistema Único de Saúde registrou 22.918, onde na maioria das vezes (54,9%) a vítima conhecia seu agressor. Para o estudo em questão,

[...] as duas bases de informações possuem uma grande subnotificação e não dão conta da dimensão do problema, tendo em vista o tabu engendrado pela ideologia patriarcal, que faz com que as vítimas, em sua grande maioria, não reportem a qualquer autoridade o crime sofrido. (ATLAS, 2018, p. 56)

Em se tratando da população LGBTI, o *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013* apontou 1.965 denúncias de violências contra essa população, ressaltando que os dados são subnotificados.¹⁵

A construção social das normas, quanto ao lugar dos sujeitos e seus papéis, marca as diferenças sociais produzindo desigualdades e um quadro de violências gerado a partir da materialização dos discursos hegemônicos que negam e precarizam corpos e existências não correspondentes ao padrão da heteronormatividade, da branquitude e do masculino (a partir do ser biologicamente homem). Para Débora Diniz,

Os fora da heteronorma são sujeitos vulnerabilizados pela violência epistêmica que os subalterniza. Se essa é uma experiência compartilhada por todos nós, há uma diferença entre sofrer subjugação moral e vivenciar a atualização da norma pela força física. A

¹² Atualmente, a partir da gestão do então Presidente Jair Bolsonaro (2019), o Ministério de Direitos Humanos passou a se chamar Ministério da Mulher, da Família, dos Direitos Humanos conforme o Decreto n. 9673/2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9673.htm.

¹³ O Ligue 180- Central de Atendimento à Mulher, é um serviço gratuito do Ministério dos Direitos Humanos da Presidência da República que visa acolher as denúncias relacionadas a violência contra a mulher, bem como disseminar informações sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/1996) e demais direitos das mulheres.

¹⁴ Documento produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública -FBSP

¹⁵ Em levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia quanto às violências ocorridas em 2017, se registrou o maior número de homicídios motivados pelo ódio contra a população LGBTI, 445 casos – uma vítima a cada 19 horas. O Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais levantou 179 assassinatos de pessoas trans.

violência é uma forma brutal de subjugar os indivíduos à ordem moral hegemônica. (DINIZ, 2014, p. 70)

Os ecos das violências atingem fortemente os espaços escolares, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, em 2009. Segundo os dados do Instituto, as práticas discriminatórias no ambiente escolar têm como principais vítimas alunas e alunos, especialmente “negros, pobres e homossexuais, com médias de 19%, 18% e 17%, respectivamente” (INEP, 2009, p. 07). Em pesquisa realizada pela UNESCO e publicada no livro *Juventudes e Sexualidade* em 2004, tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, insultos, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na vida escolar de jovens LGBTI, produzindo efeitos negativos nas suas trajetórias educacionais e formativas e nas suas possibilidades de inserção social. (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

A educação se apresenta como fundamental para uma transformação cultural pautada nos direitos humanos. Neste sentido, o enfrentamento às múltiplas formas de violência contra as mulheres e à população LGBTI tem nas políticas educacionais um campo estruturante e estratégico que se coloca nas agendas de luta dos movimentos sociais. O processo de debates entre sociedade civil e governo para a garantia e promoção dos direitos das mulheres e de LGBTI, nos últimos anos, vislumbrou, por meio das Conferências nacionais, estaduais e municipais - que resultaram no II Plano Nacional de Política para Mulheres e no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTI - um importante canal de diálogo democrático, onde os movimentos sociais e populares puderam colocar na agenda pública as demandas referentes aos debates de gênero e diversidade sexual nas escolas.

Linha de ação 2.1. Promoção de medidas educacionais no âmbito escolar e universitário para o enfrentamento de todas as formas de violência, discriminação e preconceito contra as mulheres, considerando as dimensões raciais, étnicas, de origem, de classe social, de idade, de orientação sexual, de identidade de gênero e as mulheres com deficiência. (II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, 2013, p. 25).

5.13. Inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero; (Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, 2009, p. 15)

As agendas que envolveram as discussões de gênero e diversidade sexual compuseram a primeira versão do Plano Nacional de Educação, entretanto, diante da ofensiva conservadora e de fundamentalistas religiosos, a versão final aprovada, que resultou na Lei n. 13.005/2014, suprimiu os termos “gênero” e “orientação sexual”. A atuação para a retirada do termo gênero se configurou como uma incidência política dentro das estratégias dos parlamentares, não somente em relação ao Plano Nacional de Educação, como também nos planos de educação de municípios e estados.

Não é à toa que a Escola se constitui como alvo estratégico da investida contra as mulheres e pessoas LGBTI, uma vez que,

A linguagem, as táticas de organização e de classificação, os distintos procedimentos das disciplinas escolares são, todos, campos de um exercício (desigual) de poder. Currículos, regulamentos, instrumento de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos (LOURO, 2004, p. 84-85).

Interessante observar que apesar da retirada das expressões “gênero” e “orientação sexual”, pesquisa recente do IBOPE realizada para a ONG Católicas pelo Direito de Decidir, revela que esta não é uma vontade da população em geral. Segundo os resultados da pesquisa, a maioria da população brasileira é favorável à educação sexual e igualdade de gênero na Escola.¹⁶

A ordem dos discursos, arraigada de tabus sociais, princípios moralistas e conservadores, proliferado, sobretudo, por quem está no poder, tem considerado as sexualidades como alvo direto de políticas sociais e do jogo político.

Para alguns a sexualidade pode parecer um tópico sem importância, um desvio frívolo de problemas mais críticos como a pobreza, guerra, doença, racismo, fome ou aniquilação nuclear. Mas é em tempos como esse, quando vivemos com a possibilidade de destruição sem precedentes, que as pessoas são mais propensas a se tornarem perigosamente malucas sobre a sexualidade. Conflitos contemporâneos sobre valores sexuais e condutas eróticas têm muito em comum com disputas religiosas de séculos anteriores. Eles passam a ter um imenso peso simbólico. Disputas sobre o comportamento sexual muitas vezes se tornam o veículo para deslocar ansiedades sociais, e descarregar a concomitante intensidade emocional. Consequentemente, a sexualidade deveria ser tratada com especial atenção em tempos de grande estresse social. (RUBIN, 1984, pág. 1).

.Sobretudo, nota-se que

¹⁶ Pesquisa disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/maioria-da-populacao-brasileira-e-favoravel-a-educacao-sexual-nas-escolas>. Acesso em: 10 de novembro 2018.

[...] a oposição direta à educação sexual, homossexualidade, pornografia, aborto e sexo antes do casamento se deslocou das franjas extremas ao palco político central depois de 1977, quando estrategistas de direita e fundamentalistas religiosos descobriram que estes assuntos têm apelo de massa. (RUBIN, 1984, p.11)

Se formos verificar as décadas de 1960 e 1970, este momento histórico e político representou um impacto cultural e de mudanças de paradigmas não só no mundo, mas na sociedade brasileira. As demandas apresentadas pelos movimentos feministas, os estudos de gênero, a luta pela liberdade sexual, as pílulas anticoncepcionais (a visão do sexo não somente como reprodução mas para o prazer), deslocaram a ordem tradicional de sociedade com seus dispositivos de controle. Marcada pela ditadura civil-militar de 1964 no Brasil, o sociólogo Renato Ortiz ao descrever sobre esse período expõe que foi

Um momento de liberalização dos costumes [como] o consumo de drogas, a liberdade sexual, a emancipação feminina [que] não eram simples epifenômenos que pudessem ser administrados por uma determinada concepção de mundo conservadora (ORTIZ, 2014, p. 122 -123)

Neste sentido, as questões afirmadas por Gale Rubin vão ao encontro do que tem ocorrido no contexto brasileiro. É justamente na articulação das agendas sobre família e sexualidade, em uma perspectiva trazida por conservadores e fundamentalistas religiosos - inclusive como reação às dinâmicas sociais e avanços naquelas décadas-, conectada à ideia de corrupção e crise econômica, que foram estruturadas algumas bases dos discursos na época da ditadura civil-militar no Brasil, em 1964.

As mobilizações que antecederam o golpe de 1964 encontraram na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” a bandeira para “combater” o comunismo ateu e a destruição da família.¹⁷ Diversos grupos de base católica e da elite brasileira protagonizaram esse processo.¹⁸

¹⁷ Destaca-se que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade se insere, também, como uma reação ao discurso de João Goulart durante o Comício das Reformas, realizado no dia 13 de março na Central do Brasil, onde falava sobre as pautas populares (como reforma agrária, distribuição de riquezas). Também fazia parte do discurso de Goulart o questionamento a não laicidade do Estado, a partir das críticas aos diversos crucifixos nas instituições públicas (CODATO, 2008).

¹⁸ Conforme observam Heloisa Starling (1986) e Adriano Codato (2004), as entidades e grupos católicos e da extrema direita que atuaram contra o governo de João Goulart, tem como seu principal financiador o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Criada em 1961 por grupos de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, sob a assistência de fundos americanos, através da Embaixada dos Estados Unidos, tinha uma agenda política própria, que consistia no combate ao comunismo, na abertura do mercado e na doutrinação e propagandas de suas ideias. Para

Os documentos do governo ditatorial de 1964 afirmavam que a homossexualidade era uma estratégia de sedução para o comunismo que precisava ser combatida (GREEN; QUINALHA, 2014). Ao passo que, em relação às mulheres, havia uma reafirmação e uma investida para a manutenção das mesmas na esfera privada, exaltando suas funções reprodutoras como fundamentais para o cuidado e a manutenção da família.¹⁹

Apesar das novas configurações que vão compor as agendas e estratégias da ofensiva antigênero, nos últimos anos no Brasil, principalmente a partir do *slogan* “ideologia de gênero”, os discursos por parte dos grupos fundamentalistas religiosos e de conservadores, e alguns caminhos percorridos, não diferem da época da ditadura civil-militar de 1964. Contudo, é neste momento histórico atual que se tem uma versão, além de alinhada ao neoliberalismo, mais perversa.

O relatório apresentado pela Plataforma DHESCA, quanto aos direitos humanos no Brasil, envolvendo o período de 2012 a 2014, já apontava, em relação as questões de gênero, sexualidade e laicidade, os avanços dos fundamentalistas cristãos na política nacional e sua atuação junto ao poder executivo e, principalmente, dentro do Congresso Nacional (LIONÇO, 2015). O diagnóstico que Tatiana Lionço apresenta acerca do tema é que

Determinados grupos políticos, notadamente os fundamentalistas religiosos e fundamentalistas do capitalismo elitista branco, heterossexual e patriarcal, tem acusado certos grupos sociais tais como os homossexuais e os religiosos de matriz africana de imorais, humanamente inferiores, quando não de degradação humana, chegando a lhes atribuir o qualificativo da satanização, uma forma explícita de desumanização. (LIONÇO, 2015, p. 30)

Esse processo de desumanização apontado por Lionço (2015), quanto às pessoas LGBTI, mulheres, negros/as e as religiões de matriz africana, configura-se como uma das estratégias perversas dos fundamentalistas cristãos. Essa forma de atuação, assim como os diversos *modus operandi* são também demonstrados por Luis Felipe Miguel (2018), na perspectiva de como tem

isso o IPES financiou algumas entidades estratégicas à época: Campanha da Mulher pela Democracia — CAMDE, Liga da Mulher pela Democracia — LIMDE, União Cívica Feminina — UCF, Movimento de Arregimentação Feminina, Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural, Círculos Operários Católicos, Associações Cristãs de Moços, Associação Comercial de São Paulo, Sociedade Rural Brasileira, Clube dos Diretores Lojistas, Conselho de Entidades Democráticas, Campanha para Educação Cívica, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

¹⁹ Sobre mulheres e a ditadura ver: COLLING. Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p.84.

se dado a consolidação dos grupos da direita nacional no Brasil, dos neopentecostais, e os ideais do liberalismo. Após a ditadura civil-militar de 1964, a propagação do ódio, apresentado nos discursos da teologia da prosperidade, é um dos elementos da estrutura do projeto político destes grupos (MIGUEL, 2018; PENNA, 2018).

A perversidade se dá não só nas antigas e novas retóricas antigênero, antiLGBTI e anticomunista. Mesmo após dados revelados sobre os significados, a verdade e os legados da ditadura civil-militar de 1964 e por pesquisas com importante validade científica sobre as violências contra as mulheres, a população LGBTI, contra negros/as, as juventudes, a gramática do ódio – não só em relação às disputas semânticas, mas de projetos políticos de manutenção das desigualdades e extermínios – compõe o arcabouço da ação da extrema direita e dos fundamentalistas religiosos.

1.3. Percursos e avanços em gênero e sexualidade

Evelina Dagnino (1994) traz uma discussão teórica sobre os sentidos da cidadania, explicitando o seu caráter de estratégia política, uma vez que são expressados interesses e desejos contidos nos projetos políticos daqueles e daquelas que passam a lutar pelo direito à igualdade, assim como pelo direito à diferença, o que tem contribuído, nas últimas décadas, para a sociedade repensar sobre o acesso à cidade, aos direitos e à vida.

Nessa perspectiva, as histórias de resistência pela garantia da equidade jurídica, independente da orientação sexual ou da identidade de gênero, raça, sexo/gênero, tiveram forte repercussão no Brasil. Os anos da ditadura de 1964, seguidos por um processo de abertura política e redemocratização nos anos de 1980, marcaram as intensas lutas dos movimentos sociais pela garantia constitucional aos Direitos Humanos.

Com a transição para um Estado Democrático de Direito, já no ano de 1986, os Grupos Triângulo Rosa, Grupo Gay da Bahia (GGB) e Libertos de São Paulo protagonizaram uma campanha junto à Assembleia Nacional Constituinte para que fosse incorporada à nova Constituição a proibição da discriminação por orientação sexual (FACCHINI; SIMÕES, 2009). Ao passo que os movimentos feministas e de mulheres, atuando a partir do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, lançaram a Campanha *Mulher e Constituinte* em 1985, com o objetivo de ouvir as mulheres pelo Brasil sobre as mudanças para a nova Constituição, tendo como resultado

a elaboração de um documento chamado *Carta das Mulheres*.²⁰ Emergem no âmbito do poder público brasileiro, em plena Constituinte, os debates sobre gênero e sexualidades.²¹ As propostas apresentadas a partir da *Carta das Mulheres* tiveram 80% de aprovação, ficando fora do texto constitucional questões relativas ao direito de interrupção da gravidez (LEMOS, 2008). Após a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, a população LGBTI se configurou como a única, nas discussões das “minorias”, a não ser contemplada explicitamente na Carta Magna.

Os anos posteriores a 1990, formam um período em que os movimentos LGBTI²² e feministas se reorganizam e, aos poucos, ganham força em suas incidências junto ao legislativo e ao poder executivo. A implementação das agendas relacionadas a gênero e à sexualidade, sobretudo no âmbito das políticas governamentais, vem como uma tentativa de resposta aos movimentos sociais e às pressões internacionais acerca dos direitos das mulheres, fortalecidas, especialmente a partir da IV Conferência Internacional sobre a Mulher de Beijing,²³ em 1995, sendo criada em 2003 a Secretaria de Políticas para Mulheres no âmbito do Governo Federal (BANDEIRA, 2005; PAPA, 2012).

Assim, a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi realizada em 2004, resultando no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, onde, até o momento, três Planos Nacionais foram elaborados (BRASIL, 2004; 2008; 2013). No mesmo ano, também é lançado o Programa Brasil Sem Homofobia. Entretanto, somente em 2008 ocorreu a 1ª Conferência

²⁰ Algumas questões fundamentais no que diz respeito aos direitos reprodutivos e direitos sexuais se apresentaram como proposta para a Constituinte, dentre elas: no tema saúde, conforme item 9, “garantia de livre opção pela maternidade compreendendo-se tanto a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, como o direito a evitar e interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher”; Educação e Cultura, em seu item 1.1, “a educação dará ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação afirmando as características multiculturais e multirraciais do povo brasileiro”. A *Carta das Mulheres* na íntegra está disponível nos arquivos da Câmara dos Deputados podendo ser acessada em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf

²¹ Nas eleições de 1986 foram eleitas, para compor a Constituinte, 26 mulheres, em um universo de 536 constituintes. Nenhuma mulher foi eleita para o Senado, ou seja, 5% era o percentual da representação feminina no Congresso Nacional. A atuação destas 26 parlamentares ficou conhecida como “Lobby do batom”. Sobre o tema ver JUCOVISK (2000), PIMENTEL (1987) e TABAK (1983).

²² Ao passo que a violência e os assassinatos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais foram se agravando, os movimentos LGBTI passam a chamar atenção pelo seu poder de mobilização e a irreverência na busca de uma visibilidade massivo-política, através das Paradas pela Diversidade Sexual, representando, nas grandes cidades brasileiras, a expressão máxima da visibilidade social e política. (SIMÕES; FACHINI, 2009)

²³ Sônia Corrêa (2016) apontam que tanto a Conferência Internacional sobre a Mulher de Beijing (1995) como a Conferência Internacional do Cairo sobre a População e o Desenvolvimento (1994), representaram marcos históricos fundamentais para os debates acerca dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres, destacando avanços em relação a linguagem na adoção do termo “gender”.

Nacional LGBT,²⁴ tendo no *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT* um importante documento para as reivindicações desta população junto aos demais poderes (BRASIL, 2009).²⁵

Os Planos Nacionais de políticas para mulheres e de promoção da cidadania LGBTI, fruto de um processo de diálogos entre a sociedade civil e o governo, são documentos orientadores das agendas relacionadas à saúde, educação, cultura, direitos humanos, assistência social, combate às violências e segurança pública. Um destaque importante se dá em relação às Conferências de Saúde, de Educação e de Direitos Humanos, momentos em que agendas de gênero, sexualidade e questões raciais ganharam força na arena pública.

Com as resistências e as lutas dos movimentos sociais, foi possível verificar diversas conquistas no âmbito das políticas de gênero e sexualidade como: a implementação de Centros de Referência LGBTI e de Centros de Referência da Mulher; a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), primeira e única lei federal, até os dias de hoje, a expor que a violência doméstica e familiar que atinge as mulheres, independe de “orientação sexual”; política de editais na área da cultura; protocolos relacionados a questão do enfrentamento à violência sexual;²⁶ portaria do SUS regulamentando questões relacionadas ao aborto legal²⁷ e ao processo transexualizador; Disque 100 (Disque Direitos Humanos) e Ligue 180.

²⁴ Após 2008, mais 2 Conferências Nacionais LGBT foram realizadas, em 2011 e 2016. A 4ª Conferência está prevista para o ano de 2019, através do Decreto n. 9.453 de 31 de julho de 2018, ainda do Governo Temer. Como parte da ofensiva contra direitos LGBTI, o Deputado Federal Professor Victório Galli do PSL/MT, apresentou em 01 de agosto de 2018 o Projeto de Decreto Legislativo n. 1014/2018 que visa sustar os efeitos do Decreto presidencial que convoca a 4ª Conferência. Este Projeto se encontra arquivado devido a mudança de legislatura, conforme o art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Victório Galli é professor de Teologia, foi Pastor da Igreja Assembleia de Deus e é autor de alguns projetos de lei que visam proibir a “ideologia de gênero”. Se destacou em 2012 pela autoria de um Projeto de Lei que alterava o Código Penal, permitindo que, por crença religiosa, comentários LGBTfóbicos pudessem ser permitidos. Atualmente, ocupa um cargo no atual governo do então Presidente Jair Bolsonaro.

²⁵ O presente trabalho não se propõe a aprofundar ou analisar a implementação das políticas públicas para as mulheres e LGBTI, mas tão somente contextualizar e trazer o panorama de alguns avanços no campo simbólico e de reconhecimento de direitos por parte do Estado que movimentaram e trouxeram impactos sociais e nas políticas públicas, onde alguns projetos foram alvo direto da ofensiva antigênero e antiLGBTI.

²⁶ Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde; Lei nº 12.845 de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

²⁷ Portaria nº 1.508/GM/MS, de 02 de setembro de 2005 que dispõe sobre o procedimento de justificação e autorização da interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS; Portaria nº 528/GM/MS, de 1º de abril de 2013 (define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às pessoas em situação de violência sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS; Portaria n. 415 de 21 de maio de 2014, que inclui o procedimento do aborto legal na tabela do SUS.

No campo jurídico, as decisões acerca de gênero e sexualidade, em sede de tribunais superiores, alinharam-se, em alguma medida, às movimentações pelas garantias dos direitos humanos. Longe ainda do que possamos chamar de justiça de gênero, todavia a ausência de legislações específicas que pudessem garantir direitos sexuais e direitos reprodutivos, bem como o não reconhecimento de populações como a LGBTI, enquanto sujeitos de direitos, e o descaso quanto à saúde reprodutiva das mulheres - gerando dor, torturas, sofrimentos e uma série de violências institucionais - ensejaram a judicialização dessas reivindicações junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Supremo Tribunal de Justiça. O reconhecimento da união estável²⁸ e a possibilidade do aborto em casos de fetos anencéfalos²⁹ no STF, além do casamento entre pessoas do mesmo sexo³⁰ no STJ, foram decisões históricas que ocorreram nos anos de 2011 e 2012.

Outra decisão histórica ocorreu neste ano de 2019, em que o STF julgou procedente Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26) que tinha como pedido a criminalização da violência por orientação sexual e identidade de gênero, reconhecendo a inércia do legislativo em não formular lei que combata e torne crime a LGBTIfobia. Uma questão a observar na decisão está relacionada ao ambiente de tensão que envolve a laicidade do Estado, as questões de gênero e a ofensiva antigênero. Pelo menos 3 grupos,³¹ em especial evangélicos, atuaram para que tal decisão não atingissem os pronunciamentos ofensivos à população LGBTI feitos durante os cultos, não obtendo êxito. A necessidade urgente quanto ao combate às violências contra os corpos historicamente considerados abjetos e por legislações voltadas aos direitos humanos,

²⁸ Esta decisão do Supremo Tribunal de Justiça se refere à Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 132 e Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4277, publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) de 14 de outubro de 2011, p. 19 -21. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioCapitulo.asp?numDj=198&dataPublicacaoDj=14/10/2011&codCapitulo=1>

²⁹ Esta decisão refere-se à Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 54.

³⁰ No Acórdão proferido no Recurso Especial Nº 1.183.378 - RS (2010/0036663-8), em outubro de 2011, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), reconheceu a possibilidade jurídica do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Segundo o seu entendimento: “[...]se é verdade que o casamento civil é a forma pela qual o Estado melhor protege a família, e sendo múltiplos os ‘arranjos’ familiares reconhecidos pela Carta Magna, não há de ser negada essa via a nenhuma família que por ela optar, independentemente de orientação sexual dos partícipes, uma vez que as famílias constituídas por pares homoafetivos possuem os mesmos núcleos axiológicos daquelas constituídas por casais heteroafetivos, quais sejam, a dignidade das pessoas de seus membros e o afeto. A igualdade e o tratamento isonômico supõem o direito a ser diferente, o direito à auto-afirmação e a um projeto de vida independente de tradições e ortodoxias.” Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sLink=ATC&sSeq=18810976&sReg=201000366638&sData=20120201&sTipo=5&formato=PDF

³¹ Os grupos/entidades que atuaram como *Amicus Curie* foram: Associação Nacional de Juristas Evangélicos, Frente Parlamentar “Mista” da Família e Apoio à Vida, Convenção Brasileira de Igrejas Evangélicas Irmãos Menonitas – COMBM.

coloca na ordem do dia do STF pautas importantes que ainda deverão ser julgadas, como é o caso da descriminalização do aborto (ADPF 442), da possibilidade de doação de sangue por LGBTI (ADI 5543) e da inconstitucionalidade de leis que proíbem políticas de ensino sobre gênero e diversidade sexual nas escolas (ADPFs 460, 461, 462, 465, 466 e 467).

Os marcos político-jurídicos relacionados a gênero e sexualidade não se apresentam em um formato linear de garantias e avanços. Ao longo da história, entidades, grupos e parlamentares conservadores e fundamentalistas religiosos vêm protagonizando mobilizações políticas junto à sociedade, investindo de forma virulenta no ataque contra as chamadas “minorias” sociais, organizando-se e se alinhando a novos grupos para o fortalecimento e ocupação de espaços de poder, sobretudo, as Casas Legislativas.

1.4. Um retrato brasileiro da ofensiva antigênero e o sintagma da ideologia de gênero

A ofensiva antigênero não é um fenômeno recente na história brasileira. Na política de gênero, a busca para alterar a ordem de gênero através das políticas públicas e também da legislação, tem representado avanços, contudo profundas reações têm se mostrado na arena pública. As reações e ofensivas, em uma perspectiva global, instituem-se como uma “defesa das ordens de gênero patriarcais” que não “requer movimentos sociais de homens”, uma vez que esta defesa “é alcançada pelo funcionamento normal das instituições patriarcais – o Estado, as empresas, a mídia e as hierarquias religiosas” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 185).

No Brasil, os direitos reprodutivos e os direitos sexuais têm sido um alvo central da atuação que consiste nos diversos ataques aos direitos humanos. O ano era 2005 quando, a partir da reivindicação dos movimentos feministas que denunciavam o grave problema de saúde pública em relação aos métodos inseguros de interrupção da gravidez, resultando, muitas vezes, na morte ou na criminalização das mulheres por parte do Estado,³² foi formada uma Comissão Tripartite para elaboração de anteprojeto voltado à revisão da atual legislação acerca da interrupção voluntária da gravidez, objetivando a descriminalização e legalização do aborto no

³² Destaca-se que, em 2004, durante a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, uma das demandas apresentadas e aprovadas foi a “revisão da legislação punitiva do aborto” (MACHADO, 2017).

Brasil (MACHADO, 2016; MACHADO, 2017).³³ A minuta elaborada pela Comissão Tripartite foi apresentada como Substitutivo ao Projeto de Lei n. 1135/91.

Em um confronto com a laicidade e com os direitos das mulheres, grupos antidireitos e blocos de parlamentares fundamentalistas cristãos organizaram uma ofensiva que se traduziu tanto em apresentar proposições legislativas para barrar qualquer situação que envolvesse o aborto e a criminalização das mulheres, como promover mobilizações através do uso de *blogs* pessoais. Lia Zanotta Machado, ao analisar os argumentos dos parlamentares que atuaram contra os direitos das mulheres, nesta época, observou que:

A narrativa do papel secundário/adjutório das mulheres no âmbito tradicional familiar está articulada com a narrativa da sinonímia entre amor materno ao filho e amor materno ao conceito (seja zigoto, mórula, embrião ou feto). Evidencia a inscrição desse discurso a favor da defesa da “moralidade tradicional” e dos valores da “família brasileira”. Tal narrativa de fato propugna o valor e a volta da mulher ao lugar tradicional de subordinação, obediência e ajuda ao aborto como direito e o aborto como crime marido/companheiro. Propugna que o Estado regule a criminalização máxima (crime hediondo) de qualquer forma de aborto em qualquer circunstância. Visa reinstaurar, engrandecendo-o, o poder masculino familiar e, em seu nome, o controle sobre as mulheres no terreno da sexualidade e da reprodução. Dada essa concepção sobre o lugar subordinado das mulheres, fica mais fácil entender porque os defensores dos direitos absolutos do conceito nada dizem sobre as mulheres como sujeitos plenos de direitos. Não as percebem como tal. Propugna uma imposição à sociedade do pressuposto de que o sexo biológico inscrito na corporeidade é a única forma de gênero admissível porque “natural”. E seria a crença no “sexo natural” que faria com que as mulheres viessem a ficar “sábias”? Essa narrativa está atrelada a uma crítica de costumes e a uma imposição de moralidade única. Longe da ideia moderna da diversidade, da pluralidade e da ética. (MACHADO, 2017, p. 34).

Com base na Pesquisa Nacional do Aborto que revelou que 503 mil mulheres realizaram aborto ilegal (DINIZ, 2016) - sendo a maioria de mulheres negras, pobres, indígenas e com baixa escolaridade, destacando ainda que estas mulheres conhecem a maternidade (67% tem filhos) e

³³ A Comissão Tripartite foi instituída no dia 6 de abril de 2005, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo Federal, sendo composta por representantes do Poder Executivo, do Congresso Nacional e da sociedade civil. Representaram a sociedade civil a Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Rede Feminista de Saúde, o Fórum de Mulheres do Mercosul, a Secretaria de Mulheres da CUT e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. O anteprojeto foi entregue no dia 27 de setembro para a Câmara dos Deputados.

são religiosas (65% de católicas e 25% protestantes)- , o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS) propuseram a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 442, questionando os artigos 124 e 126 do Código Penal que criminalizam o aborto. Um ponto interessante a se observar sobre o que representa socialmente esse debate e as forças políticas que atuam, é o fato desta ADPF ter sido a que mais recebeu pedidos de *Amicus Curie* na história do Supremo Tribunal Federal, totalizando 37 entidades, onde 11 são contrárias à descriminalização do aborto e formadas, em sua maioria, por grupos que seguem princípios católicos e pentecostais.³⁴

Atualmente, na Câmara dos Deputados tramita a Proposta de Emenda Constitucional 181/2015 que visa proibir constitucionalmente o aborto em qualquer circunstância, colocando em risco a vida das mulheres. Visualizando os contornos da ofensiva antigênero é necessário destacar que a proposta original tinha como objetivo garantir a ampliação da licença-maternidade em casos de bebês prematuros, entretanto, após estratégias políticas por meio da apresentação de substitutivos, esta PEC foi transformada em uma proposta contrária aos direitos das mulheres, sendo apelidada de “PEC da Vida”.

Tanto esta proposta de emenda à Constituição, como o Projeto de Lei 478/2007, mais conhecido como Estatuto do Nascituro, tem ganhado destaque e se configurado como focos da atuação parlamentar antigênero. Agrega-se ao vocabulário desta ofensiva, nos últimos 5 anos, o *slogan* “ideologia de gênero”. Isto quer dizer que qualquer defesa da vida das mulheres e das pautas LGBTI é colocada como defesa dessa ideologia, desconsiderando os contextos sociais e deslegitimando debates fundamentais, como os científicos, sobre saúde pública, violência institucional, violência obstétrica, discriminação e segurança pública.

A promulgação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) também causou profundos impactos no mundo jurídico e na sociedade. À época, vários foram os questionamentos acerca da constitucionalidade da Lei em pontos cruciais, como a criação de mecanismos para coibir a violência contra as mulheres.³⁵ No debate jurídico, taxada de “lei cotista” ou “separatista”, alguns

³⁴ Nos dias 03 e 06 de agosto de 2018, realizou-se Audiência Pública sobre a ADPF 442 convocada pelo Supremo Tribunal Federal.

³⁵ A hoje Deputada Estadual de São Paulo, pelo PSL, Janaína Paschoal, professora de Direito da Universidade de São Paulo e que ficou conhecida em 2016 por ser uma das autoras do pedido de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, no livro coordenado por ela e pelo jurista Miguel Reale Junior, em relação à Lei 11.340/2006, enfatiza que “[...] a ideia de que a Mulher precisa se libertar, psicologicamente, de seu agressor é totalitária e tão preconceituosa como a que deve se submeter às vontades do marido.” (REALE JUNIOR; PASCAL, 2007, p.3)

juízes³⁶ nos estados não reconheciam ou aplicavam o que estava disposto na “Lei Maria da Penha”, sendo necessário o ingresso, por parte da Presidência da República,³⁷ de uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 19) para que a mesma fosse reconhecida.

No âmbito das políticas públicas do Governo Federal, uma situação que ganhou repercussão foi quando o Ministério da Educação, em 2010, como uma tentativa de trabalhar as questões relacionadas à diversidade sexual e o combate às discriminações contra LGBTI nas Escolas, lançou material educativo composto por vídeos e cartilhas que seriam distribuídos para professores/as e alunos/as do ensino médio, como parte da Campanha Escola Sem Homofobia.

O material educativo de combate às discriminações passou a ser apelidado pelo então Deputado Federal Jair Bolsonaro de “Kit Gay”, como uma bandeira da campanha de reação contra este material promovida por grupos cristãos, parlamentares conservadores e fundamentalistas religiosos. Em um apelo histórico do então Deputado em um discurso realizado no dia 30 de novembro de 2010, no Plenário da Câmara dos Deputados, o material foi classificado como vergonhoso e fazia um alerta para os pais, enfatizando que este seria distribuído para crianças de 7 e 8 anos, e que visava estimular o “homossexualismo”.

A pressão e o barulho de lideranças religiosas como Magno Malta (pastor evangélico e Senador na época), Silas Malafaia (pastor pentecostal) e deputados como Jair Bolsonaro, desde a utilização de redes sociais até os discursos distorcidos do que seria o *kit* educativo do MEC em Plenário,³⁸ contribuiu para que o material fosse cancelado pelo governo da Presidenta Dilma Rousseff.³⁹

³⁶ Juízes se negam a aplicar a Lei Maria da Penha. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2011-fev-08/juizes-lei-maria-penha-feminista-viola-principio-igualdade>; Para juiz brasileiro Lei Maria da Penha é “destruidora de lares”. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/02/entrevista-com-juiz-gilvan-macedo-dos-santos.html>

³⁷ Ano de 2007, durante o governo Lula.

³⁸ Além das falas no plenário, os Deputados Federais apresentaram Requerimentos de Informação afim de questionar o material junto ao Ministério da Educação (RIC 343/2011 de autoria do Deputado Federal Edmar Arruda - PSC/PR, RIC 1969/2012 de autoria do Deputado Federal João Campos - PSDB/GO). O uso da mídia através de canais como o *Youtube* contribuíram para a “viralização” das retóricas do pânico moral construídas por estas lideranças e parlamentares. Alguns vídeos sobre o tema estão disponíveis em: <<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.4.53.O&nuQuarto=29&nuOrdador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:56&sgFaseSessao=PE&Data=30/11/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ>>. ; <https://www.youtube.com/watch?v=LPlbWbFtEFU>; Participação do Jair Bolsonaro no Programa do Ratinho do SBT falando sobre “Kit Gay”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uH3yoCg6btU>.

³⁹ Sobre este episódio Fernando de Figueiredo Balieiro conclui que: “Sob pressão das críticas de seus aliados políticos, o desfecho do episódio atesta que o governo Dilma concordou que poderia haver incitação à

Apesar do cancelamento desse material educativo, tal decisão do governo não foi suficiente para conter a construção de uma retórica baseada em pânico moral, na hierarquização sexual e na “ordem da família natural”, tomando e retomando, como enunciado, o episódio do “kit gay”. Nem mesmo o *impeachment* da presidenta Dilma no dia 17 de abril de 2016 deixou de ter, em cada voto dos/as parlamentares alinhados na intersecção entre neoliberalismo, religião, gênero, raça e sexualidade, as chaves argumentativas “em nome de Deus” e “em nome da família”.⁴⁰

Além disso, os debates sobre “Kit Gay”, agora alinhados ao *slogan* “ideologia de gênero”, são retomados em 2018, passando a compor o cenário das eleições presidenciais em que o candidato Jair Bolsonaro acusava o então candidato Fernando Haddad de ser o responsável por tal material. As distorções que fizeram parte da campanha de Jair Bolsonaro como forma de ataque ao Partido dos Trabalhadores foram questionadas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob a alegação de que a existência do “Kit Gay” era *fake news*. O Tribunal, por sua vez, determinou pela suspensão de *links* de sites e redes sociais que falassem sobre o tema. O entendimento do TSE foi que Bolsonaro disseminou notícias “sabidamente inverídicas”.

Os discursos promovidos e difundidos por lideranças cristãs, em especial católicos e evangélicos, e por parlamentares (seja no Congresso Nacional ou nas Casas Legislativas de estados e municípios) revelam-se enquanto uma atuação que é impeditiva de avanços nas políticas públicas de enfrentamento ao machismo, racismo e LGBTIfobia, além de disseminadora do ódio, estimulando ameaças, perseguições “ao outro” e à todos/a aqueles/as que atuam na defesa de direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.

As ameaças e perseguições estimuladas pelos discursos de ódio podem se revelar de várias maneiras, desde o uso de mecanismos estatais de opressão e coibição, como por meios difamatórios, injuriosos que atingem a subjetividade. Da patologização à criminalização, das mordanças às omissões da máquina pública diante das violências, a ofensiva visa criar um ambiente propício, não somente para a permissão, mas para a naturalização de práticas de perseguição e denunciamento. Na seara das questões de gênero e sexualidade, tais práticas têm se tornado um dos *modus operandis* dos grupos antigênero. Não há debates, mas imposição de

homossexualidade no material, corroborando a ideia de que a iniciativa educacional continha ameaça às crianças”. (BALIEIRO, 2018, p. 8)

⁴⁰ A gravação acerca da votação do *impeachment* está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>

verdades e policiamentos de condutas. Verifica-se que especialmente a cultura, a educação e a psicologia têm sido alvos dessas intervenções da ofensiva antigênero.

Ameaças à vida, injúrias e difamações caracterizam o espectro do que foi/tem sido vivenciado por algumas professoras pesquisadoras na área de gênero de universidades públicas, como Lola Arnovich, Tatiana Lionço, Marlene de Fávère e Débora Diniz.

Lola Arnovich é autora do *blog* feminista *Escreva Lola, escreva* e professora da Universidade Federal do Ceará. Em 2010, além da prática de violências verbais e da organização de grupos para atuação contra feministas e LGBTI, começaram ameaças mais graves contra Lola, onde estas pessoas tinham informações acerca da vida da professora e o seu endereço. Uma operação da Polícia Federal conseguiu identificar e prender dois rapazes que estavam à frente destes ataques.⁴¹

Situação parecida e grave tem sido vivenciada pela professora da Universidade de Brasília e antropóloga Débora Diniz. As diversas ameaças se intensificaram após ela ter sido uma das idealizadoras de ação promovida junto ao Supremo Tribunal Federal, a ADPF 442, que visa a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gravidez. A gravidade do caso fez com que Débora Diniz fosse incluída, em 2018, no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos do Governo Federal, sendo aconselhada a deixar o país, em um exílio forçado.⁴²

Para além das ameaças promovidas por *haters* (definidos como os que odeiam), seja por meio do aplicativo WhatsApp ou demais redes sociais, as perseguições também têm se

⁴¹ Para Lola: “Qualquer blog ativista -não só feminista, mas de direitos humanos, LGBT, movimento negro, aceitação do corpo- vai receber *trolls*. São pessoas com perfil muito parecido, pelo menos os meus sempre foram iguais: homens brancos héteros, de extrema direita, muito preconceituosos com tudo e, em geral, não gostam de mulheres. Quer dizer, apreciam sexualmente... e só. São regidos pelo ódio e chamam todo mundo que não pensa como eles de ‘gado’”. Informações sobre o caso está disponível em: https://tecnologia.uol.com.br/reportagens-especiais/lola-aronovich-dez-anos-sendo-alvo-de-grupos-de-odio-que-agem-no-submundo-da-web/index.htm?fbclid=IwAR3ZI3C7yJCdsc9mKeu5D0UbpC-IHT411QJS-IsAkNw5WuyqJgQn3S_ePs#tematico-2&cmpid=copiaecola

⁴² Em matéria veiculada pelo El País, no dia 16 de dezembro de 2018, a professora Débora Diniz chama a atenção para a gravidade da situação: “Chegaram ao ponto de cogitar um massacre na universidade caso eu continuasse dando aulas. A estratégia desse terror é a covardia da dúvida. Não sabemos se são apenas bravateiros. Há o risco do efeito de contágio, de alguém de fora do circuito concretizar a ameaça, já que os agressores incitam violência e ódio contra mim a todo o momento”. Diante do exílio forçado, iniciou um estudo acerca do perfil de seus perseguidores, apontando que: “basicamente são homens ressentidos, de 30 a 40 anos, ligados a grupos de extrema direita, neonazistas e *incels* (celibatários involuntários que atrelam o fracasso de suas vidas amorosas a uma suposta banalização das relações sexuais). Enxergam a ascensão de mulheres e LGBTs como afronta à masculinidade e não costumam deixar rastros nem indícios de uma célula de articulação do movimento”. Reportagem disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470_991854.html. Sobre o que tem representado estes ataques e a questão do exílio forçado vivenciado pela professora Débora Diniz ver em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550871025_250666.html

apresentado através de posturas de parlamentares, com a incitação da violência até a judicialização contra as professoras.

Em 2012, a professora da Universidade de Brasília e pesquisadora Tatiana Lionço foi alvo de campanhas difamatórias promovidas pelo Deputado Federal (à época) Jair Bolsonaro após participar do IX Seminário LGBT no Congresso Nacional, cujo tema foi “Diversidade se aprende na Infância”. A estratégia do Deputado foi editar um vídeo chamado “Deus Salve a criança” com recortes da fala da professora, colocando-as de forma descontextualizada, tendo como objetivo insinuar que esta estaria defendendo a pedofilia. Mesmo acionando o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados por quebra de decoro parlamentar, a denúncia foi arquivada.⁴³

A professora da Universidade Estadual de Santa Catarina, Marlene de Fáveri, foi processada em uma ação indenizatória promovida contra ela por sua ex-orientanda, hoje Deputada Estadual pelo PSL, Ana Caroline Campagnoli.⁴⁴ Na Ação de Indenização, a ex-orientanda alegou que era vítima de perseguição religiosa. Ana Caroline tem canal no YouTube, onde ataca feministas e apoia o Movimento Escola Sem Partido. O caso fez com que a professora Marlene pedisse afastamento por uma questão de saúde.⁴⁵ No dia 05 de setembro de 2018, a ação foi julgada improcedente devido à ausência de provas da suposta perseguição.

⁴³ Em 2018, a professora Tatiana Lionço lançou o livro “Contra a Má-fé: conjurações de uma acadêmica de ação direta” que reúne seus pronunciamentos públicos no Congresso Nacional na íntegra e textos publicados na internet. Em texto, publicado originalmente no blog Câmara em Pauta, em 2012, e expressa no livro, a professora traz à tona o que representa este tipo de ato difamatório: “Temos aí a expressa violação de leis que regem a sociabilidade no país. Uso indevido da imagem, já que nenhum de nós autorizou a veiculação do vídeo tal como editado; direitos autorais, já que nos foram atribuídas teses que não são nossas; difamação, já que as imagens foram republicadas no canal do YouTube do Pastor Tupirani associando as nossas imagens à possessão demoníaca, bem como deu sequencia a discursos depreciativos em um blog anônimo intitulado ‘O religioso crítico’, que faz menção à baixa qualidade acadêmica e intelectual dos argumentos adotados pelos participantes do seminário. Temos aí também expressamente a violação da dignidade e da honra das pessoas envolvidas”. (LIONÇO, 2018, p. 65)

⁴⁴ Em 2018, após ter sido eleita Deputada Estadual em Santa Catarina pelo mesmo partido do Presidente Jair Bolsonaro, Campagnoli divulgou um vídeo seu onde incita alunos/as a filmarem e denunciarem professores/as que estejam “doutrinando” ou promovendo “ideologia de gênero”. O judiciário acatou o pedido do Ministério Público e decidiu pela retirada deste vídeo das redes sociais uma vez que implica em violações constitucionais como a liberdade de expressão da atividade intelectual e científica de professores. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-11/justica-determina-retirada-das-redes-sociais-denuncia-contraprofessor>

⁴⁵ Como relata a professora Marlene de Fáveri para o Portal Catarinas: “Tudo isso mexe comigo, com minha história de vida, com a feminista que tem dentro de mim, me constrange publicamente. Me sinto muito prejudicada, injuriada, desqualificada como mulher, como professora. Sinto todas as mulheres desqualificadas também porque o feminismo é uma luta muito importante, que vem de muito tempo e que tem como alvo emancipar as mulheres e por fim a qualquer tipo de violência. Feminismo é uma prática política que tenta diminuir as dores e violências do mundo. Espero que isso termine, porque é muito cansativo. Estou deixando de fazer coisas muito importantes desde o início do processo como ler dissertações e participar de bancas”. Disponível em: <https://catarinas.info/nao-possou-orientar-quem-nao-acredita-naquilo-que-estuda-afirma-marlene-de-faveri/>

Esse tipo de estratégia também é utilizado por movimentos como o Escola Sem Partido que disponibilizou em seu site um modelo de notificação extrajudicial visando o policiamento e a denúncia de professores/as que promovam “ideologização marxista” ou “ideologia de gênero”.⁴⁶ Promover as diversas compreensões de mundo são práticas que contribuem para um olhar e pensamento crítico, a fim de buscar a superação de desigualdades e de enfrentamento às discriminações enquanto um importante elemento das sociedades democráticas. A estratégia da perseguição e ameaças a professores/as, assim como os discursos reacionários tem como consequência:

[...] a adesão de muitos à campanha de ódio aos professores, que leva a práticas persecutórias e ao denunciamento. Professores que não fazem parte de redes de sociabilidade docentes fortes já têm se autocensurado por medo de notificações extrajudiciais, processos por danos morais, demissões, violência física e até ameaças de morte. Estão deixando de discutir temáticas importantes previstas em diretrizes educacionais e de acordo com sua formação profissional por medo. Por isso precisamos ficar atentos às casas legislativas nas quais tramitam os projetos e combater esse discurso reacionário em todos os espaços públicos e privados. (PENNA, 2018, p. 118)

As manifestações artísticas que questionam a lógica patriarcal e a heteronorma, suas representações e as mensagens que podem levar à reflexão crítica passam a ser objeto de ataques e questionamentos por parte da extrema direita. Na cidade de Porto Alegre/RS, em 2017, a Exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” foi alvo da atuação dos grupos que atuam na ofensiva antigênero, liderados pelo Movimento Brasil Livre. A exposição foi cancelada pelo Centro Cultural Santander, mas reinaugurada no Rio de Janeiro, em agosto de 2018. Ainda em 2017, a performance “La Bête” do artista Wagner Schwatz, no Museu da Arte Moderna em São Paulo, em que se colocava desnudo, levantou reações por parte também do Movimento Brasil Livre (MBL) e do então Deputado Federal Jair Bolsonaro que classificou a performance como crime e “pedofilia”, uma vez que durante a performance havia uma criança no espaço.

As reações e censuras às liberdades artísticas não se deram apenas por meio de vídeos publicados em redes sociais, mas também, a tentativa de proibição as artes podem ser verificadas no Projeto de Lei n. 1269/2019 apresentado pelo Deputado Federal Carlos Jordy (PSL) que

⁴⁶ O Modelo de Notificação pode ser encontrado, através do link <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/552-modelo-de-notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contra-a-doutrinao-nas-escolas>

estabelece “responsabilidades àqueles que submetem ou permitem crianças e adolescentes em eventos que contenham nudez, apresente ou simulem atos de lascívia ou sexo explícito”. Gaudêncio Fidélis, curador da exposição *Queermuseu*, além de ter recebido diversas ameaças e acusações difamatória,⁴⁷ foi convocado a prestar esclarecimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre Maus Tratos de Crianças e Adolescentes, presidida pelo Senador Magno Malta, como uma forma de retaliação à Exposição.

A relação entre fé (crença) e o exercício profissional estão presentes, especialmente na Medicina e na Psicologia, quando os assuntos direitos reprodutivos e direitos sexuais vem para a arena pública. Na questão do aborto legal, a objeção de consciência passa a ser um dos problemas no campo da Medicina, representando vários danos à saúde das mulheres. Os serviços de aborto legal garantidos pelo Sistema Público de Saúde às mulheres vítimas de estupro e que correm risco de morte, foram regulamentados através da Portaria n. 1508/2005. Em uma análise acerca das duas principais teses sobre a objeção de consciência no serviço público de saúde, Débora Diniz (2011) conclui que:

O direito à objeção de consciência não é absoluto, e sua solicitação deve resultar da acomodação entre direitos e valores razoáveis para uma sociedade justa, com danos mínimos para a mulher que busca atendimento médico. [...] Nem todas as crenças individuais são razoáveis para a acomodação pública, em particular quando o bem contestado é a proteção de uma necessidade básica, como a saúde das mulheres. (DINIZ, 2011, p. 985)

A questão é que além da objeção de consciência, o juízo de valor por parte de equipes médicas tem ensejado processos de denúncias e criminalização de mulheres que venham a acessar os serviços de saúde. Ao invés do acolhimento, as mulheres são interrogadas acerca das circunstâncias em que ocorreu o aborto na tentativa de fazê-las “confessar”.⁴⁸ O pré-julgamento e a crucificação destas mulheres as colocam em uma situação de vulnerabilidade e violências. A quebra de sigilo profissional, que expõe e violenta as mulheres, sobretudo, negras e pobres, foi

⁴⁷ Disponível em: <https://apublica.org/2018/08/eu-recebi-mais-de-cem-ameacas-de-morte-diz-curador-da-exposicao-queermuseu/>

⁴⁸ A mulher denunciada por médica de plantão e processada por aborto: 'Fui interrogada enquanto sangrava'. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44293621>

apresentada em um levantamento realizado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro onde 30% das mulheres, no período de 2005 a 2017, foram denunciadas por profissionais de saúde.⁴⁹

Outro tema central implica diretamente na Psicologia. Mesmo diante da retirada do “homossexualismo” do rol de doenças em 1990 pela Organização Mundial de Saúde, a inserção de terapias de reversão da sexualidade retorna com força nos últimos anos, seguindo o curso das mobilizações antigênero no Brasil. A investida tem se dando tanto no campo legislativo - com a apresentação de projetos de lei como o PL 4931/2016 que visa “assegurar o direito à modificação da orientação sexual em atenção à dignidade humana”, de autoria do Deputado Federal Ezequiel Teixeira, bem como o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011 que “susta a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia, nº 1/99 de 23 de março de 1999. A Resolução 01/99 estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. A sua modificação é uma proposta do Deputado Federal João Campos (vinculado à bancada evangélica).

As investidas contra a Resolução 01/99 têm se dado, também, no âmbito do judiciário por meio da Ação Popular nº 1011189-79.2017.4.01.3400 movida por grupos ligados à “psicologia cristã” que defendem as “terapias de reversão sexual”, mais conhecida como “cura gay”, junto à Justiça Federal do Distrito Federal (LIONÇO, 2017). Em uma análise crítica acerca da ofensiva de fundamentalistas religiosos que têm atacado a Psicologia ou até mesmo tentado instrumentalizá-la para uma investida contra os direitos sexuais, Lionço (2017) conclui que

[...] a incidência do discurso religioso na política nacional tem se revelado uma ofensiva fundamentalista antidemocrática e usurpadora da agenda de direitos humanos para fins e polarização moral e acirramento das desigualdades com prejuízo para grupos sociais historicamente marginalizados, tais como mulheres, minorias sexuais e população negra. A Psicologia como ciência e como profissão conta em sua história com marco necessário de afirmação de compromisso com a ética democrática e com a defesa e promoção dos direitos humanos, tendo em momento histórico anterior se demonstrado conivente com forças conservadoras hegemônicas de manutenção de desigualdades sociais e mesmo de autoritarismo estatal. Torna-se extremamente importante primar pela construção de uma identidade profissional consciente de sua história de modo a implicar o compromisso da categoria profissional com a defesa do Estado de Direito democrático. (LIONÇO, 2017, p. 220)

⁴⁹A pesquisa está disponível em: http://www.portaldpge.rj.gov.br/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Relatorio_Final_Processo_Aborto.pdf

A argumentação até aqui apresentada quanto as políticas de gênero, nos últimos anos e com seus marcos históricos, ao passo que representaram avanços, demonstrou-se também que, em maior ou menor grau, a dinâmica de reações do que se chama ofensiva antigênero se insere no cenário brasileiro, alinhado aos cruzados morais e somando-se às agendas neoliberais, em uma união entre fundamentalistas religiosos cristãos e conservadores. Portanto, somente entre 2013 e 2014 chega ao Brasil, em sede de intervenção política, o sintagma “ideologia de gênero” como algo a ser combatido, como parte da mobilização transnacional dos grupos antigênero.

1.5. O combate à “ideologia de gênero” no Congresso Nacional

Os grupos que atuam na ofensiva antigênero, tendo como campanha a não “ideologia de gênero”, alinham-se ao combate à “doutrinação marxista” nas escolas, através do Movimento Escola Sem Partido (MESP), não só compondo esta agenda política, mas fortalecendo sua mobilização. O foco do MESP quando surgiu em 2004, não estava voltado para as questões de gênero ou valores familiares, o que demonstra uma atuação independente por parte dos grupos religiosos conservadores e outros grupos antigênero. Entretanto, é com a agenda contra a “ideologia de gênero”, especialmente a partir de 2014, que se verifica a visibilidade do Movimento Escola Sem Partido ao juntar essas bandeiras (MIGUEL, 2016b).⁵⁰

Observa-se que “a busca da colonização da esfera pública por interesses privados, familistas e religiosos é uma constante dos movimentos antigênero”, (JUNQUEIRA, 2018) revelando-se como incidência não só em termos de mobilização social, através de vários canais de comunicação, mas sobretudo, na atuação junto às instituições públicas. No Brasil, o *slogan*

⁵⁰ Luis Felipe Miguel em artigo intitulado *Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro* chama a atenção para o alinhamento destas agendas: “fica patente que a oposição dos religiosos conservadores à educação progressista nas questões de gênero é inteiramente independente do Movimento Escola Sem Partido. De fato, o MESP nasceu com outra agenda. O mito de origem, que o próprio movimento divulga, diz que ele é fruto da indignação de seu chefe, um advogado paulista, quando sua filha contou que o professor de História havia comparado o revolucionário argentino Ernesto Che Guevara ao santo católico Francisco de Assis (BEDINELLI, 2016). Quando surgiu, em 2004, seu foco era a pretensa “doutrinação marxista” nas escolas, um tema que reaparece ciclicamente desde o final da ditadura militar. Foi assim que o MESP ganhou espaço, inicialmente, junto ao Instituto Millenium, o já citado *think thank* ultraliberal. As bandeiras prioritárias do Millenium são ligadas ao programa econômico da direita (o Estado mínimo, a desregulamentação, a flexibilização da legislação trabalhista), não à moral sexual, à família ou aos costumes. O criador do MESP publicou, no site do Instituto, em 2009, texto intitulado “Por uma escola que promova os valores do Millenium”, em que seu alinhamento com o ideário ultraliberal ficava patente. Os problemas da educação brasileira, segundo o artigo, seriam a falta de deferência pela propriedade privada, pela meritocracia e pelo princípio da responsabilidade individual. A preocupação com gênero e valores familiares estava inteiramente ausente”. (MIGUEL, 2016b, p. 599-600)

“ideologia de gênero” tem movimentado os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, demonstrando o quanto este rótulo se coloca na arena política e jurídica.

A ação política como horizonte cultural para a manutenção da ideologia patriarcal, racista e LGBTfóbica tem nos representantes do poder legislativo o mecanismo de instrumentalização normativa de processos discursivos que perpassam tanto as cruzadas para a evangelização da sociedade quanto da guerra contra as mulheres e LGBTI.

Tendo como marco o ano de 2007, no Poder Legislativo brasileiro (53ª Legislatura), verifica-se o crescimento e fortalecimento de uma incidência parlamentar contra os direitos das mulheres e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTI), fomentado, sobretudo, por atores que atuam dentro de um protagonismo evangélico e católico carismático, onde se alinham por uma percepção das dissidências sexuais enquanto falta de comunhão com Deus e eliminadora da família (MACHADO, 1996; 1995; NATIVIDADE, 2016; NATIVIDADE, OLIVEIRA, 2013).

Entre a 53ª e 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados, houve um aumento de proposições legislativas contrárias à legalização do aborto, à garantia da alteração do nome civil por pessoas travestis e transexuais, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e voltados para combater a “ideologia de gênero”. A inserção de uma agenda no parlamento brasileiro contra as questões relacionadas a gênero e sexualidade no campo normativo, acompanham uma mobilização política transnacional e nacional das cruzadas antigênero, que se materializaram enquanto uma campanha ou ofensiva antigênero, conforme nomeiam alguns autores (GARBAGNOLI, 2018; JUNQUEIRA, 2018; CORRÊA; PRADO 2018).⁵¹

Especialmente em 2011, há uma “explosão de iniciativas contra as demandas LGBTI”, ou seja, a sexualidade “passa a ser objeto mais frequente das iniciativas” como pontua Marina Basso Lacerda (2016).

⁵¹ Conforme expõe Marcelo Prado e Sonia Correa (2018) acerca da ofensiva antigênero: “Autores e autoras que têm estudado essas mobilizações na Europa e na América Latina as nomeiam como campanhas ou ofensivas antigênero, entre outras razões para evitar a normalização semântica da terminologia ‘ideologia de gênero’. Essas análises reconhecem que essa nova ofensiva tem um lastro mais antigo que pode ser identificado nos ataques do conservadorismo religioso contra as alterações das estruturas familiares e reformas legais no campo do direito ao aborto e dos direitos das pessoas LGBTI que estão em curso desde os anos 1970, ou seja, a reação à democracia do gênero e da sexualidade. Contudo, também sublinham que essa nova onda difere do que veio antes em termos da semântica e repertórios de mobilização utilizados e, sobretudo, no que diz respeito a heterogeneidade de forças sociais envolvidas”. (PRADO; CORREA, 2018, p. 445)

Em 2015, chega à Câmara dos Deputados o primeiro Projeto de Lei (PL) a abordar diretamente o termo que viria a ser conhecido no Brasil como “ideologia de gênero”. O cenário em que passa a se desenhar o debate, ainda em 2014, foi a revisão do Plano Nacional de Educação⁵² e da Base Curricular, sendo aprovada a Lei n. 13005/2014 com a supressão do termo e debates sobre gênero. Nos diversos Estados brasileiros, também no mesmo ano, surgem as tentativas sistemáticas de supressão da expressão “gênero” dos Planos de Educação local (municipal e estadual), tanto no corpo da lei como nas metas destes documentos. Soma-se a este movimento a intenção de retirar as palavras “diversidade sexual” e “orientação sexual”.

Com o indicativo dos inúmeros Projetos de Lei proibindo a “ideologia de gênero” nas Escolas, se instaura no debate público uma confusão acerca do que significaria este termo, encontrando-se por um lado as denúncias dos movimentos sociais LGBTI e feministas ao dizerem que “ideologia de gênero” não existe, o que existe são estudos de gênero – debate fundamental que deve ser abordado no ambiente escolar, enquanto políticas de combate às violências - e do outro parlamentares que discursam junto à população, nas tribunas e através das iniciativas parlamentares, em tom de denúncia alegando que há uma tentativa de destruição da família, considerando como inimigos a filósofa Judith Butler, os movimentos feministas e LGBTI.

As definições de inimigos que visam destruir a família, segundo os parlamentares que atuam contra os direitos humanos, estão elencados tanto no campo da ciência, como em relação aos movimentos feministas e LGBTI. Estes discursos se encontram exemplificados nas justificativas de requerimentos e projetos de leis. Um breve exemplo disso podemos encontrar na justificativa do Projeto de Lei 1859/2015.

Foi, porém, Judith Butler quem apresentou, no início dos anos 90, o conceito filosófico moderno de gênero, sob a forma que poderia ser aplicado, através do movimento feminista, para conduzir à destruição da família, necessária para promover a revolução socialista.

⁵² A primeira versão do Plano Nacional de Educação que passa a tramitar na Câmara dos Deputados no dia 20 de dezembro de 2010 como PL 8035/2010, continha em seu texto original as expressões “gênero”, “orientação sexual” e “identidade de gênero”. Na meta 3, a estratégia 3.9 tinha como objetivo “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”.

“Deixem nossas crianças em paz”, era um dos vários cartazes de manifestantes que se colocavam contra a “ideologia de gênero” durante as votações dos planos de educação nas Casas Legislativas.

A categoria “ideologia de gênero” é colocada enquanto um termo que passa a se constituir como um *slogan* político, dentro de uma distorção intencional sobre o que é gênero, impresso nos discursos dos grupos que atuam nessa ofensiva, que visa a mobilização de uma agenda estratégica que compõem as cruzadas antigênero (JUNQUEIRA, 2018; GARBAGNOLI, 2018). Assim, “presencia-se a eclosão de um ativismo religioso reacionário que encontrou no ‘gênero’ o principal mote em suas mobilizações”. (JUNQUEIRA, 2017, p. 25)

No ambiente da Câmara dos Deputados, em 2014, passa a tramitar o PL 7180/2014, conhecido como “Escola Sem Partido”, onde o Projeto inicial trazia alteração no artigo 3º da Lei 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) propondo em seu artigo 1º:

[...] respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.

O PL 7180/2014⁵³ vem se constituindo enquanto uma tentativa de um movimento que, articulado por ultraconservadores e fundamentalistas religiosos, visa censurar professores/as, livros didáticos e uma educação crítica e emancipadora, sob o pretexto de combater a doutrinação e a ideologização marxista e de gênero nas escolas. O reflexo e a possível força deste debate podem ser observados, também, nas mobilizações políticas em vários municípios e estados. Segundo mapeamento realizado pelo movimento Professores Contra o Escola Sem Partido,⁵⁴ existem cerca de 180 leis aprovadas ou projetos de lei tramitando sobre o Escola Sem Partido e “ideologia de gênero” em municípios e estados brasileiros.

⁵³ Em 2016, foi criada uma Comissão Especial para debate e votar o PL 7180/2014. A este PL foram apensadas mais 8 proposições, dentre elas o PL 1859/2015, que trata da proibição da ideologia de gênero ou orientação sexual na educação, alterando artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96). Depois de 2 anos de intensos debates e manifestações, com destaque a atuação dos partidos contrários ao Escola Sem Partido, barrando os avanços da votação desta iniciativa, a Comissão deu por encerrado os trabalhos e o PL foi arquivado na 54ª legislatura. Ressalte-se que na nova legislatura, que se iniciou em fevereiro de 2019, tal proposição foi desarquivada recomeçando outros ciclos de debates e votações. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/569744-SEM-CONSENSO,-PROJETO-SOBRE-ESCOLA-SEM-PARTIDO-SERA-ARQUIVADO.html>. Acessado em: 11/12/2018

⁵⁴ Disponível em: <https://professorescontraoescolasespartido.wordpress.com/vigiando-os-projetos-de-lei/>. Acessado em 27/11/2018.

Levantamento realizado para este trabalho, junto ao site oficial da Câmara dos Deputados, entre 2014 e 2018, foram apresentadas 40 proposições, entre projetos de Indicação (3), de Decreto Legislativo (4), de Lei (11), de Resolução (1), além de Requerimentos (17) e Requerimento de Informação (4). Havia, portanto, até 2018, 23 proposições em tramitação, sendo 7 Projetos de Lei contra a “ideologia de gênero”.⁵⁵ Ao fazer um recorte específicos somente dos Projetos de Lei, foram encontradas iniciativas que envolvem as seguintes questões: proibição da “ideologia de gênero” na educação (PL 10577/2018, PL 1859/2015, PL 10659/2018); proibição de livros didáticos que versem sobre diversidade sexual (PL 5487/2016); alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente para classificar programas que tratem de “ideologia de gênero” (PL 9948/2018) e criminalizar comportamento que induza à “ideologia de gênero” (PL 3235/2015); alteração na Lei das Contravenções Penais com o objetivo de constituir como contravenção “a pessoa que usar o banheiro público diferente de seu sexo masculino ou feminino” (PL 5774/2016).

O termo “ideologia de gênero” contido nos Projetos de Lei se constitui enquanto ação política e ideológica que foi mobilizada diretamente por 19 Deputados Federais que atuaram como autores ou co-autores dos projetos apresentados. Estes autores têm uma ligação direta “com setores evangélicos, notadamente as igrejas neopentecostais”. (ESPINOZA; QUEIROZ, 2017)

A articulação entre neoliberais, ultraconservadores e fundamentalistas religiosos ganhou força, sobretudo ao longo da 55^a Legislatura da Câmara dos Deputados, afim de promover e votar iniciativas que possam revogar direitos da população negra, LGBTI, indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes, mulheres, trabalhadores/as. Ou seja, tudo que possa representar a garantia e o aprimoramento dos direitos humanos das populações historicamente marginalizadas e oprimidas pelas ações do Estado e da sociedade em geral.

Inserida em um momento de profundas insatisfações de uma determinada parte da sociedade com o governo petista – principalmente devido à implementação de algumas políticas sociais- somando –se com as manifestações de 2013 e 2014, o contexto político resultou em um terreno propício para a investida de ruralistas, empresários, religiosos e integrantes de organizações policiais chegarem às Casas Legislativas no Brasil. À época, a legislatura 2014-

⁵⁵ Importante destacar que todos os 7 (sete) Projetos de leis da 55^a Legislatura já se encontram desarquivados, passando a tramitar novamente, agora na atual legislatura.

2018 da Câmara dos Deputados (55ª Legislatura) foi considerada a mais conservadora dos últimos 50 anos após a ditadura militar (1964), segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Um fato que deve ser alvo de atenção é que a nova legislatura (56ª), que teve início neste ano de 2019, apresentou, em menos de seis meses mais 8 novos Projetos de Lei que envolvem o termo “ideologia de gênero”. As propostas têm como intenção, além de proibir o uso de recursos públicos em ações de promoção e difusão da “ideologia de gênero”, a proibição das cirurgias de transgenitalização, as alterações no Código Penal, agravando a pena em atos considerados obscenos que venham a ser praticados na frente de crianças ou adolescentes. O mais preocupante: tornar a “ideologia de gênero” crime hediondo.⁵⁶ Das 8 propostas de combate à “ideologia de gênero”, apenas uma não tem autoria de parlamentares ligados ao PSL, partido do Presidente Bolsonaro. São nas proposições destes parlamentares da bancada do governo que vem os projetos de lei mais perversos.

A diferença entre os projetos de lei da legislatura anterior e as proposições neste novo ciclo parlamentar é o aprofundamento da criminalização da “ideologia de gênero”. Se antes os verbos políticos eram proibir, negar e censurar, a nova fase revela que o “criminalizar” dá o tom voraz e fortalecido da incidência que compõe a ofensiva antigênero do momento, pelo menos no Brasil.

Os significados da atuação antigênero, que recorre às estratégias multifacetadas, das mais sutis às mais cruéis, da descontextualização das teorias de gênero e teorias feministas, até sua deslegitimação enquanto ciência, podem ser desnudadas ao serem problematizadas em sua complexidade. Isto quer dizer que a reflexão sobre as relações de poder, as hierarquias sexuais, os

⁵⁶ PL 1239/2019, como autor Pastor Sargento Isidório - AVANTE/BA; PL 3492/2019, como autores/as Deputadas/os Carla Zambelli - PSL/SP, Bia Kicis - PSL/DF, Eduardo Bolsonaro - PSL/SP; PL 3419/2019, de autoria do Deputado Heitor Freire - PSL/CE; PL 1297/2019 e PL 1298/2019, ambos de autoria do Deputado Carlos Jordy - PSL/RJ; PL 2040/2019, de autoria do Deputado Julian Lemos - PSL/PB; PL 3664/2019, de autoria do Deputado Helio Lopes - PSL/RJ; PL 246/2019, de autoria das Deputadas/os Bia Kicis - PSL/DF, Chris Tonietto - PSL/RJ, Carla Zambelli - PSL/SP e outros.

sistemas de dominação, as análises das políticas de gênero ao gênero da política contidas nos estudos de gênero e nos estudos feministas passam, não só a importar, mas a promover fissuras nas estruturas patriarcais e racistas consolidadas ao longo da história.

CAPÍTULO 2- FEMINISMOS E A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

“Defina-se primeiramente com clareza o que é gênero e quais são as suas implicações educacionais, ou então, enquanto isto não for possível, não se use o termo”. A frase é parte da justificativa do Requerimento de Informação 2818/2017 que tem como autor o Deputado Federal João Campos do Partido Republicano Brasileiro (PRB)⁵⁷ de Goiás. Tal requerimento se configurava como um questionamento ao Ministério da Educação sobre o por quê da utilização da “ideologia de gênero” nas competências da Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania. O insistente discurso de que gênero não é um conceito fechado e sim uma estratégia totalitária de feministas para a destruição da família se configura como uma das formas de desqualificar e deslegitimar os estudos de gênero, além de promover um pânico moral, impulsionado por grupos que atuam na ofensiva antigênero.

Uma das características presentes na ofensiva antigênero, através da utilização do *slogan* “ideologia de gênero”, como apontam alguns autores/as (GARBAGNOLI, 2018; JUNQUEIRA, 2018; MIGUEL, 2016b; LIONÇO, 2017), é trazer para a arena pública a categoria “gênero” de forma descontextualizada, distorcida e simplista, enquanto uma investida junto à opinião pública, afim de definir o “outro” como inimigo.

Ao afirmar que a tentativa de codificar (fechar/encerrar) o sentido de uma palavra se constitui como uma causa perdida, Joan Scott chama a atenção para a importância de compreendermos que as palavras, “assim como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (SCOTT, 1995, p. 71). Gênero se constitui enquanto uma categoria analítica para abordar uma variedade de aspectos. Desde a sua substituição em relação ao termo mulher (na década de 1980), ou para afirmar que qualquer informação sobre as mulheres é também sobre os homens, até uma abordagem que reflita e possa compreender questões

⁵⁷ O Partido Republicano Brasileiro foi fundado em 2005, tendo como patrono o Bispo Edir Macedo (fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, em 1977). Em um entrelaço entre mídia, política e religião, o projeto de poder da IURD- que até 2017 detinha a maior porcentagem de emissoras próprias no Brasil, cujo os associados são Bispos e Pastores - teve no PRB o local onde pôde ampliar sua representação política pelo Brasil (AIRES; CAMARA; SILVA; SANTOS, 2017)

complexas das relações sociais de poder. Nesse sentido, a categoria gênero passa a se configurar enquanto

[...] uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p. 75)

Trabalhar com a categoria “gênero” proporcionou, no curso da história, a elaboração tanto de uma ampla e diversidade de posições teóricas como de escritos mais simplista pautados apenas em uma descrição da relação entre os sexos (SCOTT, 1995).

As formulações teóricas se inserem no curso da história não podendo assim serem desqualificadas e descontextualizadas. É nítido que há um profundo abismo, na compreensão daqueles que se dizem combater a “ideologia de gênero”, sobre o que é gênero, o que é Ciência e o que é científico. A busca da “verdade”, de uma “única verdade” está circunscrita nas doutrinas/dogmas religiosos e na sua imposição histórica pelo cristianismo, mas não no que vamos chamar de Ciência.

O argumento de que não se pode debater “gênero” porque este termo não tem uma “verdade científica”, uma definição ou um conceito fechado, como por exemplo ocorrem nos debates da Câmara dos Deputados, demonstra, no mínimo, o desconhecimento quanto ao que é gênero, aos estudos de gênero, o seu significado e a importância, tanto científica como de contribuição para mudanças na sociedade.

2.1. O pensamento feminista e os estudos de gênero

O uso do termo gênero, a partir de concepções críticas (SCOTT, 1995) vislumbra que o termo “gênero” se coloca nos anos de 1980 como um elemento com finalidade de se buscar uma legitimidade acadêmica dos estudos feministas. Dentro das abordagens dos estudos, se encontram algumas análises das chaves de dominação masculina que tem na reprodução das mulheres e nas sexualidades caminhos estruturais de como opera o patriarcado na sociedade, nas vidas.

A teorização quanto à análise da categoria gênero levanta a proposição de que

[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. (SCOTT, 1995, p. 88)

Gênero não deve ser lido de forma isolada, nem tendo apenas a mulher como o sujeito, uma vez que é fundamental para esta análise considerar o todo, os vários elementos e aspectos que contribuem e reforçam sua construção. Ele é, por exemplo, construído nas relações domésticas e familiares, mas estas relações não estão isoladas, desconectadas das questões econômicas, das formas de organização política e cultural. Representando, no campo teórico-científico, um novo paradigma metodológico, como observa Lia Zanotta Machado.

Estudos sobre a condição, a situação e a posição das mulheres não pareciam ser capazes de responder aos desafios feministas, pois tendiam a se tornar descritivos e reiterativos, reificando a situação das mulheres. De outro lado, não respondiam aos anseios e desafios de um pensamento analítico e teórico. [...] A generalização do uso do conceito de gênero no campo intelectual anglosaxônico, nos saberes disciplinares da sociologia, antropologia, história, literatura, filosofia e psicologia, ocorrida nos anos oitenta e noventa, trouxe consigo o compartilhamento da radicalização da ideia da desnaturalização biológica das categorias de homem e mulher e da radicalização da construção simbólica (entendendo-se aqui a natureza da dimensão social e cultural) das noções de feminino e masculino. [...] Entendo que podemos falar da construção de um novo paradigma metodológico pelas análises de gênero. Em primeiro lugar, porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. E em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social. Estes me parecem os três pilares que permitem diferenciar a proposta paradigmática dos estudos de gênero frente à proposta metodológica dos estudos sobre mulheres. (MACHADO, 1998, p. 107-108)

Lia Zanotta Machado descreve como se deu este novo paradigma dentro do campo teórico a partir dos estudos de gênero:

Os estudos de gênero produziram a possibilidade paradigmática de um distanciamento do uso da categoria mulher e de um processo de radicalização da pergunta sobre as relações entre sexo e gênero até a afirmação plenamente radical da arbitrariedade das relações entre sexo e gênero. Gayle Rubin se perguntou sobre o sistema de sexo-gênero e, reconhecendo a construção social do gênero como construção social de dominação, propôs o fim da diferenciação de gênero. Ortner, Chodorov e outras(os) se perguntaram sobre a generalização das relações entre sexo e gênero, onde o gênero feminino é pensado como hierarquicamente inferior e concluíram sobre a universalidade da imbricação universal dos pares dicotômicos: cultura e natureza e masculino e feminino e da supremacia do cultural e do masculino. MacCormack e Strathern e outras(os), incluindo-se trabalho posterior de Ortner e de Strathern, criticaram a universalidade da dicotomização simbólica entre cultura e natureza e seu entrelaçamento com as categorias de feminino e masculino, entendendo que a construção do(s) feminino(s) e do(s) masculino(s) é resultado do arbitrário cultural de cada configuração social historicamente situada. (MACHADO, 1998, p. 108-109)

As reflexões sobre os acessos, sejam eles materiais ou simbólicos, a partir de mecanismos de diferenciações que tem como referência - dentro das relações de poder e estabelecendo distribuições desiguais de poder - o gênero, vão se configurar como elementos dos estudos feministas.

Por que importa a utilização do termo gênero de forma contextualizada? Porque se constrói ao longo da história e considerando a história (ou que não estava registrado nela) em suas várias definições conceituais (seja para legitimar ou não e estabelecer diferenças) e complexidades. Uma análise forte nesse sentido podemos encontrar em Scott, quando esta afirma que o gênero

[...] fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (SCOTT, 1995, p. 89)

Ao se pensar em gênero como um campo de estudo, é necessário resgatar algumas obras que foram fundamentais para construir aberturas para estes caminhos. Lucila Scavone (2008) relembra que:

Na Sociologia, por exemplo, destacam-se as pesquisas pioneiras de Madeleine Guilbert, em 1946, que já iniciavam a investigação sobre o trabalho das mulheres. E na Antropologia, em 1948, os trabalhos de Margareth Mead, também, já tratavam magistralmente a questão. Mas foi na Filosofia e na Literatura, em 1949, que o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, abriu um debate político mais radical lançando as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo. Conforme Sylvie Chaperon, “Beauvoir contesta todo determinismo biológico ou desígnio divino e retoma a perspectiva hegeliana: ‘ser é tornar-se, é ter sido feito tal como nós nos mostramos’”, que resultou em sua célebre ideia de que não se nasce mulher, mas se torna mulher. Pode-se dizer que essa constatação lançou a primeira semente para os estudos de gênero, já que ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sem conceituar ‘gênero’. De fato, reiterada incansavelmente por estudiosas da questão no mundo inteiro e revisada por feministas contemporâneas, essa ideia é até hoje discutida, questionada ou radicalizada, o que evidencia a sua dimensão precursora para os estudos de gênero. (SCAVONE, 2008, p. 176)

A produção teórica no campo de estudo de gênero acompanhou os processos de transformações políticas, econômicas e sociais nas décadas que se seguiram. As jornadas de trabalho, a ocupação de espaços para além do doméstico, a questão dos contraceptivos e as lutas por liberdade sexual. Tendo como alicerce a luta feminista, gênero passou a ganhar gradativamente uma visibilidade no mundo acadêmico, onde

[...] as ideias defendidas por essas lutas criaram condições para a emergência de uma teoria crítica feminista que, por sua vez, influenciou e incrementou estudos e pesquisas científicas sobre as relações sociais de sexo/gênero, na academia ou fora dela. (SCAVONE, 2008, p. 176)

Especialmente a partir da década de 1990, no cenário internacional, ocorre uma ampliação dos temas que envolvem gênero, consolidando-se os estudos pós estruturalistas, os questionamentos acerca das dualidades e das essencializações, como natureza/cultura, corpo/mente; bem como é neste período que se estabelecem as análises voltadas para gênero e os marcadores sociais, como raça, nos estudos sobre interseccionalidade.

Já no Brasil, no marco dos anos de 1970 e da luta pela democracia, o movimento feminista brasileiro ganhou uma maior expressão nesta época, bem como os estudos sobre a mulher passa a fazer uma transição para os estudos de gênero. Esse momento é marcado pelo cenário de exílio de várias intelectuais e militantes brasileiras na França e em outros países europeus, o que contribuiu para uma intensa troca e fortalecimento do pensamento crítico feminista.

Todo este processo foi importante para a produção do conhecimento e dos estudos de gênero (CORRÊA, 2001; SCHUCK, 2018). Heleith Saffiotti, que foi uma das militantes exiladas na França devido às perseguições promovidas pela ditadura civil-militar brasileira, inaugura em 1967, a partir de sua tese de livre docência “A mulher na sociedade de classe: mito e realidade”, os estudos sobre a condição feminina no Brasil, tornando-se um importante marco para os estudos feministas. (SCHUCK, 2018). Muitas das pesquisadoras e estudiosas de gênero tinham uma relação com as lutas populares, o que foi importante para o desenvolvimento da agenda destes estudos.

Como relembra Corrêa sobre a ditadura civil-militar, o movimento feminista se encontrava:

Articulado com outros movimentos sociais da época: movimentos populares — que iam desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida, até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades (o que era uma lei antiga, mas não cumprida); movimentos políticos — aí incluídos os movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais. Apenas começo por ele porque creio que é importante lembrar que no início dos anos setenta estávamos nos piores anos da ditadura militar que assumiu o governo do país em 1964: havia uma dura repressão às lutas da esquerda contra o regime — a tortura e a morte de militantes ou simpatizantes dos militantes eram uma presença constante na nossa vida cotidiana apesar, ou por causa, de sua ausência nos jornais — e um esvaziamento dos canais políticos tradicionais, com a censura aos jornais, a dissolução dos partidos políticos existentes e a permanente ameaça de cassação dos direitos políticos daqueles que ainda estavam atuando no cenário partidário (CORRÊA, 2001, p.13-14).

Os temas desenvolvidos pelos estudos feministas e de gênero estiveram associados tanto às fases dos movimentos feministas como às problemáticas trazidas por estes (SCAVONE, 2008).

Em um primeiro momento, pode-se observar dentro do campo da História, ainda na década de 1970, por exemplo, a preocupação com o resgate sobre a história das mulheres. Entretanto, havia o desafio de trazer as diversas dimensões dos fenômenos que perpassavam as mulheres. Temas como saúde e a relação mulher e trabalho compuseram um primeiro momento destes estudos. Silvana Veleda da Silva (2000), ao resgatar a trajetória dos estudos de gênero no Brasil expõe que:

No final da década de setenta, as pesquisas voltam-se para as relações de produção. Mulher e trabalho, no espaço urbano ou rural, marcam o início da pesquisa acadêmica, com destaque para os trabalhos das sociólogas Heleieth Saffioti (1978/ 1979/ 1981) e Eva Altermann Blay (1978). Nesse período, algumas mulheres militavam clandestinamente em grupos de esquerda contra a ditadura, propiciando, segundo Soares (1994) a emergência do feminismo dentro dos partidos de esquerda. Mas são as mulheres dos bairros populares que aparecem no espaço público construindo uma “dinâmica política própria” (Soares,1994:16) e transformando o seu espaço cotidiano. (SILVA, 2000, p. 3)

Com a mudança de paradigmas a partir do termo gênero, as mulheres são vistas como fundamentais nesses estudos, mas também as relações de poder e desigualdade social, ocorrendo, na década de 1980, uma ampliação dos temas:

Assim, a partir da década de oitenta reafirma-se a necessária heterogeneidade das experiências a partir da relação de gênero. E as pesquisas passam a apontar também o carácter relacional entre os sexos que é construído socialmente a partir de relações de poder e, conseqüentemente, apresentam hierarquias que conduzem à desigualdade social. Não basta estudar as mulheres é preciso estudar as relações sociais entre os sexos. Demógrafas e sociólogas como Elsa Berquó (1980, 1982, 1986, 1989) e Carmem Barroso (1984) analisam a queda da fecundidade no país - suas causas e conseqüências, denunciando a prática indiscriminada da esterilização feminina. A partir daí os estudos também abrangem a questão dos direitos reprodutivos. (SILVA, 2000, p. 3)

Importante observar que, enquanto os estudos sobre as mulheres passam a ter uma nova configuração a partir do uso do termo gênero como categoria de análise - o que contribuiu para sua legitimação do mundo científico, apesar dos grandes desafios acerca do próprio método científico - nas décadas de 1970/1980, os estudos sobre sexualidade se consolidam e ganham reconhecimento, inserindo nos centros universitários o termo homossexualidade, somente na

década de 1990. Contudo, a sexualidade esteve imbricada com os estudos de gênero desde 1970. (FACHINNI, 2012)

Os estudos de gênero e sexualidade tiveram como um dos principais desafios a legitimação nos saberes disciplinares. O novo paradigma metodológico, apontado por Lia Zanotta Machado, vai ao encontro do que Margareth Rago denomina de “modo feminista de pensar”, o que envolve a ruptura com os “modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica”, onde “é possível dizer que as mulheres estão construindo uma linguagem nova, criando seus argumentos a partir de suas próprias premissas” (RAGO, 1998, p. 31).

A contribuição das mulheres para as ciências e, mais além, conforme provoca Rago, um projeto feminista de ciência se configura como um ponto central para os avanços científicos. Um estudo de Débora Diniz sobre bioética e gênero abordando a contribuição das mulheres para a Bioética, desnuda o duplo papel das mulheres de protagonismo acadêmico e de interlocução política da bioética, apontando esforços e desafios neste campo, inclusive para a própria consolidação da Bioética.⁵⁸

O fazer científico, a partir das mulheres, configura-se como um desafio que não consiste apenas em que tema abordar e o que pesquisar, mas como pesquisar, a partir de que pressupostos, quais bases epistemológicas e que metodologia utilizar, considerando este, um giro científico necessário às lentes das pesquisadoras e dos pesquisadores.

Após as décadas de 1980 e 1990, os estudos de gênero e sexualidade vão se consolidando progressivamente dentro das Ciências Humanas, Ciências da Saúde, da Literatura, dentre outras. Nos anos 2000, há uma diversificação, onde os estudos desconstrucionistas e pós estruturalista vão se fazer presentes, tanto nos estudos feministas e de gênero, como nos estudos sobre as sexualidades, passando a se configurar como um momento de emergência dos estudos *queer*. Tais estudos passam a ter impacto na produção de conhecimento no Brasil. (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013)

A complexidade dos estudos de gênero e sexualidade, onde a própria identidade “mulher” já não se configurava mais como estável, havendo, assim, um giro teórico nas discussões sobre

⁵⁸Ver artigo *Bioética e Gênero* de Débora Diniz, disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/68/0; ver artigo *Bioética feminista na América Latina: a contribuição das mulheres* de Débora Diniz e Dirce Guilherm, disponível em: https://www.jstor.org/stable/24327752?seq=1#page_scan_tab_contents

sujeito e identidades, contribuiu para um campo fecundo para se pensar corpos, performances, relações de poder, quem é matável ou não na sociedade e como vão se estruturando as construções sobre o “outro”. Mas também das subjetividades do próprio sujeito que recebe um enquadramento externo. Leituras estas que podem ser vistas nas formulações teóricas de Gayle Rubin, Judith Butler e Eve Sedgwick (SALIN, 2013).

Parte das pesquisas brasileiras em gênero e sexualidade, sobretudo nos anos 2000, passa a ter como uma forte referência teórica as elaborações de Judith Butler. Mesmo que localizada na teoria *queer*, a obra de Butler está em um campo bem mais amplo.

Para Salin, uma estudiosa de Judith Butler, a categorização de sua obra não se constitui uma tarefa fácil. Além disso, localizá-la no campo da teoria *queer* pode ser um equívoco, uma vez que ela provavelmente está mais vinculada a um campo mais amplo, um “variado conjunto dos campos acadêmicos”, com temas relevantes em diversas disciplinas, como política, filosofia, direito e sociologia. Na realidade, em todas as suas obras, a formação da identidade e da subjetividade são chaves onde a filósofa descreve “os processos pelos quais nos tornamos sujeitos ao assumir as identidades sexuadas/ ‘generificadas’/racializadas que são construídas para nós (e, em certa medida, por nós) no interior das estruturas de poder existente” (SALIN, 2013, p. 13). Questões fundamentais para Butler. Importante destacar que:

Butler não é uma pensadora que pretende resolver os problemas e as questões que levanta em suas análises, e, para ela, a dialética é um processo em aberto. De fato, ela vê a resolução como perigosamente antidemocrática, pois ideias e teorias que se apresentam como “verdades” autoevidentes são, com frequência veículos para pressupostos ideológicos que oprimem certos grupos sociais, particularmente as minorias ou os grupos marginalizados. (SALIN, 2013, p. 13)

Nesta mesma perspectiva, Salin complementa que para Butler

[...] um exemplo óbvio e relevante disso seriam as noções conservadoras que consideram a homossexualidade como “imprópria”, “contra a natureza”, “anormal” e como algo a ser proibido e punido. Tais atitudes podem ter a pretensão de ser verdadeiras ou naturalmente “corretas” em algum sentido (religioso, moral, ideológico), mas parte do projeto de Butler consiste em deixar esses termos à mostra, em contextualizar e analisar suas pretensões à verdade, sujeitando-os, assim, à interpretação e à contestação. (SALIN, 2013, p. 13)

O conhecimento produzido pela Psiquiatria, Medicina ou Ciência Jurídica formaram o embasamento para a justificativa de processos históricos de consolidação dos machismos, racismos e LGBTfobia, naturalizando violações de direitos e violências de Estado e no seio da sociedade (FOUCAULT, 1988). Importante lembrar que estas produções científicas têm como características a classificação do “outro” e a universalização dos sujeitos, se configurando como uma ciência não neutra e cumprindo uma função normativa. Classificar o “outro” e universalizar os sujeitos, generalizando o mundo, é também esquecer parte dele (FOUCAULT, 1999; KHUN, 2011).

Ao se fazer um exercício histórico-interpretativo, é possível verificar que as ciências são processos de disputas e de relações de poder e se inserem em um contexto social, onde a própria definição é também política (FOUCAULT, 1999; KHUN, 2011; BAKHTIN, 2010). Tal afirmação se evidencia quando resgatamos as contribuições científicas produzidas por mulheres e que foram historicamente apagadas, silenciadas ou invisibilizadas, assim como a ocorrência dos epistemicídios e as injustiças epistêmicas quanto as produções teóricas de negras e negros, indígenas, mulheres, LGBTI, seja sobre estudos de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e o pensamento latino-americano.

Portanto, a contribuição do pensamento feminista brasileiro para a produção científica, apontando as desigualdades políticas, sociais e econômicas existentes, envolve análises desde do que é Ciência, como se estruturam os saberes disciplinares, até os papéis sociais e seus impactos na vida das mulheres, negros e negras, LGBTI, as divisões destes papéis e os estudos das performances de gênero.

Ao discorrer acerca do pensamento feminista e a sua construção/contribuição no campo destas teorias, Elena de Oliveira Schuck, vai expor que

À medida que as formas de opressão foram se complexificando e exigindo ferramentas mais sofisticadas para entendê-las, o pensamento feminista foi se constituindo enquanto campo de conhecimento composto por teorias capazes de auxiliar na compreensão da reprodução das desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade. (SCHUCK, 2018, p. 32)

Segundo Flávia Biroli em seu livro “Autonomia e desigualdade de gênero”

Em abordagens distintas, e mesmo conflitivas, o feminismo contribui para definir essa questão de maneira mais complexa e para avançar na busca de caminhos, teóricos e práticos, para confrontar as formas cotidianas de reprodução da opressão. (BIROLI, 2013, p. 88)

Observa-se que os estudos de gênero e sexualidade não se pautam em mera convicções, pelo contrário, suas elaborações se baseiam na prática, nas evidências que se fazem presentes na vida social e na identificação de um problema.

2.2. Academia e militância: estratégias formativas e investimentos em pesquisas

Ao longo das décadas, as produções científicas em gênero e sexualidade tem contribuído para a legitimação das demandas dos movimentos sociais feministas e LGBTI, nas análises acerca da implementação de políticas públicas, bem como na elaboração e visibilidade de estudos e dados que foram/são fundamentais para as agendas destes movimentos, como também para o próprio Estado.

Vários são os exemplos de estudos e pesquisas de impacto que contribuíram (e contribuem) com a atuação dos movimentos, incidindo para uma transformação social baseada nos direitos humanos: a Pesquisa Nacional sobre Aborto (DINIZ, 2016), que ensejou na mobilização para o surgimento da ADPF 442 junto ao STF, pela não criminalização das mulheres; Os dados apresentados sobre LGBTfobia, não só produzidos pelo Grupo Gay da Bahia, mas impressos em vários estudos científicos, seja no campo das ciências sociais, no Direito, na Saúde ou na Psicologia, como os estudos de Daniel Borrillo (2010) e Tatiana Lionço (2009, 2016), utilizadas em Ações do STF e também em justificativas de implementações de políticas públicas.

Importante destacar que isso não necessariamente quer dizer que a relação entre academia e militância não tenha vivenciado seus pontos de tensão. Acontece que as tensões apresentadas perpassavam desde a verificação da existência ou do alinhamento entre as agendas políticas e as agendas acadêmicas, até o lugar de fala, no sentido de busca de legitimidade e o do rompimento dos silêncios pelos próprios sujeitos políticos. (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013)

No Brasil, em relação aos estudos feministas, muitas/os que estiveram presentes na luta por democracia, nos movimentos feministas ou movimentos LGBTI na década de 1970, fizeram parte do processo de construção do campo que hoje chamamos de gênero. O contexto em que cada pesquisadora está inserida compõe a sua análise, existindo uma conexão entre a militância feminista dos anos de 1970 com a “emergência dos estudos de gênero nos anos noventa” (CORRÊA, 2001, p. 24).

Este dado não nega o fato da existência de pesquisadoras que não foram ativistas, todavia demarca um dos pontos centrais de onde emergem os estudos no Brasil. O fazer científico visava “compreender a sociedade brasileira, para mudá-la” (CORRÊA, 2001, p. 25). Um exemplo desta afirmação pode ser observada, a partir das pesquisadoras que formaram o Grupo de Pesquisa PAGU e atuam no conselho editorial da revista científica feminista *Cadernos Pagu* (SOARES, 1994; CORRÊA, 2001).

Os primeiros incentivos às pesquisas na área de gênero podem ser verificados nos editais e concessões de bolsas promovidas pela Fundação Ford, que contribuiu para um dos primeiros núcleos aglutinadores de pesquisadoras em gênero vinculados à Fundação Carlos Chagas. Em 1978, foi realizado o primeiro concurso de bolsas para pesquisar a situação da mulher no país.

Várias estudiosas acerca das trajetórias das pesquisas e dos estudos de gênero e sexualidade concordam com a importância que teve a Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas enquanto agência fomentadora destes estudos na década de 1980 (CORRÊA, 2001; SARTI, 2004; GROSSI, 2010; FACHINNI, 2012; COSTA; SARDENBERG, 1994; PRÁ, 2016; SCHUCK, 2018).

O campo de estudo feminista foi fortemente marcado pelo investimento que algumas agências estrangeiras fizeram no desenvolvimento da pesquisa acadêmica. Voltamos a mencionar a parceria entre a Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas, a qual destaca-se dentre as instituições que possibilitaram a emergência desse campo de estudos no Brasil. Durante 20 anos (de 1978 a 1998), duas centenas de novos pesquisadores foram apoiados pelo importante concurso de dotações para pesquisa sobre mulher e gênero. (SCHUCK, 2018, p. 40)

A Universidade Pública com suas produções em gênero e sexualidade, especialmente produções feitas por mulheres, tem um papel central neste debate. Não é à toa que esse lugar de produção plural de pensamento e do fazer científico tem sido alvo de ataques. Pesquisas recentes

demonstram que as universidades públicas são as que mais tem produzido ciência.⁵⁹ Uma pesquisa realizada pela Organização dos Estados Ibero-americanos revelou que, entre 2014 e 2017, 72% dos artigos científicos foram produzidos pelas mulheres.⁶⁰

Isto representa uma mudança na forma e nos caminhos do saber-fazer científico. Importante percebemos que estes fatores vão ao encontro das lutas dos movimentos feministas e movimentos LGBTI. Desde a Carta das Mulheres, enviada para a Assembleia Constituinte em 1987, às propostas aprovadas nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, de políticas LGBTI ou nos Planos Nacionais de Direitos Humanos, as reivindicações vão desde o ensino público gratuito e de qualidade, a implementação de creches para que as mulheres possam acessar as universidades, até as políticas de investimento na produção de conhecimento (DANILIAUSKAS, 2011).

Os Planos nacionais de Direitos Humanos, de políticas para as mulheres e de políticas para LGBTI se configuram como um compromisso assumido entre governo e sociedade civil. Os resultados condensados nestes documentos são oriundos de um processo de ampla participação da sociedade civil, onde por meio das Conferências municipal, estadual e nacional, os movimentos sociais, pesquisadores/as, professores/as, profissionais da saúde, da educação, da assistência social, da cultura, dos poderes legislativo e do sistema de justiça estiveram participando de longos debates e elaborações das demandas apresentadas. Sendo demonstrados nos Planos a importância do fomento à produção do conhecimento em gênero e sexualidade, bem como uma aliança mais estreita entre movimento social, academia e governo. Consequentemente, estes documentos indicam

[...] a importância que questões relacionadas à produção de conhecimento possuem no que diz respeito à promoção e garantia da igualdade de gênero e dos direitos de LGBT. As mudanças observadas indicam também um crescimento do reconhecimento dessa importância e sinalizam um aumento da participação e/ou envolvimento de atores relacionados à produção do conhecimento nesse campo político, seja pelo refinamento das demandas, seja pela especificação do vocabulário para se referir ao objeto das ações

⁵⁹ O dado compõe a pesquisa *Research in Brazil* que foi realizada pela Clarivate Analytics e disponibilizada para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os dados levantados acerca das produções científicas brasileiras envolvem o período de 2011 e 2016. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>

⁶⁰ A resultado desta pesquisa se encontra na publicação *Las Brechas de Género en la producción científica iberoamericana*, disponível em: [https://www.oei.org.br/files/87_07032019_Las%20brechas%20g%c3%a9nero%20en%20la%20producci%c3%b3n%20cient%c3%adfica%20Iberoamericana%20\(002\).pdf](https://www.oei.org.br/files/87_07032019_Las%20brechas%20g%c3%a9nero%20en%20la%20producci%c3%b3n%20cient%c3%adfica%20Iberoamericana%20(002).pdf)

envolvendo produção e difusão de conhecimento. (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013, p. 172)

O crescimento dos grupos de pesquisas e das produções científicas em gênero e sexualidades tem uma forte relação com a ampliação das Universidades Públicas pelo país e alguns incentivos, por parte do Estado, dentro de políticas públicas de fomento à pesquisa nestas áreas, enquanto demandas reivindicadas pela sociedade civil, pesquisadores/as, professores/as contidas desde o I PNPM. Como pontua Grossi (2010), a Secretaria de Políticas para Mulheres realizou uma parceria com o CNPq, no ano de 2006, que consistiu em implementar políticas de promoção, difusão e fomento às pesquisas na área de gênero, como o prêmio “Construindo Igualdade de Gênero” e editais de financiamento de pesquisas na área.

Em levantamento realizado em 2010, Grossi aponta que a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao longo de 30 anos financiou apenas 2 editais. Quanto aos estudos de sexualidade, figurou como importante agência de fomento a Coordenação de DST/AIDS, vinculada ao Ministério da Saúde. Se ao longo de 30 anos a CAPES financiou somente 2 editais de pesquisas nas áreas de gênero, entre 2010 e 2017 foi possível observar algumas iniciativas de incentivos aos estudos de gênero e sexualidade, muito alinhadas ao contexto de fortalecimento e visibilidade das temáticas de gênero, sexualidade e feminismos, bem como à pressão dos movimentos sociais e a universidade junto ao governo Federal.⁶¹ Entretanto, em 2017, se presenciou, na gestão do então presidente Michel Temer, o encerramento de alguns programas estratégicos, dentre eles o Programa de Apoio ao Enfrentamento da Violência contra as Mulheres,⁶² uma parceria entre CAPES e Secretaria de Políticas para mulheres que tinha como objetivo:

Estimular no País, a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados, que incorporem as dimensões de gênero e o acúmulo dos estudos feministas no enfrentamento à violência contra as mulheres em todas as áreas do conhecimento relacionadas, contribuindo, assim, para desenvolver e inserir no pensamento brasileiro tais perspectivas de análises. (CAPES, 2008)

⁶¹ Dentre as iniciativas levantadas encontra-se: os editais para promoção de cursos a serem promovidos pelas universidades sobre Gênero, Direito Humanos e Diversidade voltada para professores de escolas públicas, especialmente entre os anos de 2006 e 2010, em razão do Programa Gênero e Diversidade na Escola; Edital 38/2017 da CAPES e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC) em apoio a projetos de pesquisa sobre direitos humanos e diversidade.

⁶²As informações sobre o encerramento dos programas estratégicos estão disponíveis em: <https://www.capes.gov.br/bolsas/programas-estrategicos/programas-estrategicos-encerrados>

Nos anos 2000, viu-se crescer a quantidade de Grupos de Pesquisa voltados aos estudos de gênero, sexualidade, feminismo, diversidade sexual, populações LGBTI, no âmbito das universidades públicas.⁶³ A ampliação dos grupos/núcleos de pesquisa em gênero e sexualidade contribuiu para a criação, ainda como matérias optativas, de disciplinas específicas sobre estes estudos, fator importante para a promoção de um debate plural nas Universidades e para a formação acadêmica.

Dados apresentados em pesquisa realizada por Regina Facchini, Ana Cláudia Pilon e Marcelo Daniliauskas sobre os grupos de pesquisa em gênero e sexualidade no Brasil, revelaram que no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq se encontravam, ao final de 2011, 905 grupos cadastrados, identificando um processo de ampliação desses grupos, uma vez que “3,5% registram data de formação entre 1978-91; 24% entre 1992-2001 e 72,4% entre 2002-11”. A maioria desses grupos de pesquisa (85%) se concentram nas universidades públicas, especialmente nas regiões Sudeste (38,7%) e Nordeste (27,3%), seguidas pelas regiões Sul (18,3%), Centro-Oeste (9,4%) e Norte (6,3%). Em relação à área de conhecimento, verificou-se que há um predomínio dos estudos de gênero e sexualidade nas Ciências Humanas (54,7%) e na Saúde (23,3%).⁶⁴

⁶³ Ao trazer o cenário de ampliação dos grupos/núcleos de pesquisa em gênero e sexualidade no Brasil, Facchini, Daniliauskas, Pilon destacam: “[...] o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), criado em 1983; o Núcleo de Estudos de Mulheres e Gênero (NEMGE/USP), criado em 1985; e o Núcleo de Estudos de Gênero (NEG/UFSC), criado em 1984. O NEG deu origem ao Instituto de Estudos de Gênero/IEG, que agrega sete núcleos de pesquisa desta área. O NEIM/UFBA se constitui em um polo acadêmico de estudos de gênero na região Norte/Nordeste, no Brasil e na América Latina, tendo criado, em 2005, o Programa de Pós-Graduação de Estudos Feministas e de Gênero (NEIM/UFBA/CAPES) e, em 2008, o primeiro curso de Graduação de Gênero e Diversidades. Produz, ainda, a coleção de livros *Bahianas*; organiza, desde 1995, anualmente, o *Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero* e passou a publicar, em 2013, a revista *Feminismos*. O Instituto de Estudos de Gênero (IEG), que aglutina uma série de Núcleos sobre Mulher e Gênero da UFSC, teve seu primeiro Núcleo de Estudos de Gênero (NEG) criado em 1984 na área de Literatura. O NEG organiza, desde 1985, o Encontro sobre Mulher e Literatura, que deu origem, no mesmo ano, ao Grupo de Trabalho (GT) Mulher e Literatura na ANPOLL (Associação Nacional Pós-Graduação em Letras e Linguística), que segue em atividade e, em 1994, ao primeiro *Fazendo Gênero* que contou com cerca de 100 participantes. (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013, p. 179)

⁶⁴ As pesquisadoras observaram em relação aos grupos de pesquisa que estes “[...] fazem referência apenas a termos relacionados a sexualidade, concentram-se na grande área das Ciências da Saúde e nas Ciências Humanas, especialmente na Educação e na Psicologia. Em 2/3 desses grupos nota-se uma abordagem da sexualidade mais centrada no indivíduo e no comportamento tomado de modo desconectado dos aspectos simbólicos e socioculturais envolvidos em sua produção. Tal perspectiva foi encontrada especialmente entre grupos que se dedicam a temáticas tais como: epidemiologia relacionada à sexualidade; conhecimentos e práticas relacionados a doenças sexualmente transmissíveis; *sexualidade humana* e psicologia do desenvolvimento; *tendências homossexuais* vistas a partir da neurociência e teorias cognitivas; *influências hormonais que sedimentam a identidade sexual*; *disfunções sexuais*; gravidez na adolescência e sexualidade infantil”. (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013, p. 183)

Ainda nas Universidades, nos anos 2000, ocorreu a formação, no interior do movimento estudantil, de fóruns de estudantes, uma movimentação que consistiu em reflexões, debates e atividades de extensão sobre feminismo, gênero e sexualidade. Esses espaços visavam um fortalecimento dos sujeitos políticos (mulheres e LGBTI) no enfrentamento ao machismo, racismo e LGBTfobia diante das diversas denúncias de violências e discriminações que ocorriam no interior das Universidades Públicas. Em relação às questões LGBT, “nascido na intersecção entre movimento estudantil, movimento por direitos sexuais e outros movimentos contra as opressões”, surge em 2003 o 1º Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual, o ENUDS, que desde então é realizado anualmente. (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013, p. 166)

A difusão da produção científica voltada para os estudos de gênero e sexualidade tem nos periódicos específicos importantes catalizadores de um conhecimento fundamental para a compreensão das realidades sociais. Duas revistas científicas ganham destaques tanto pelo recorte em aprimorar os estudos feministas como pela boa classificação em indicadores de qualidade: a *Revista de Estudos Feministas e os Cadernos Pagu*. Ambas criadas no início da década de 1990.

Data desse período a criação, na área, de duas publicações acadêmicas que mantêm edição regular e são bem classificadas em diferentes indicadores de qualidade: A *Revista Estudos Feministas*, que recebe substancial apoio da Fundação Ford para sua criação em 1992 e é editada em uma rede nacional cuja liderança está na UFRJ, passando pela UERJ e, posteriormente, sediada na UFSC, a partir de 1999; e *Cadernos Pagu*, que são editados pela segunda geração de pesquisadoras de gênero da Unicamp, reunidas institucionalmente no Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Pagu [atual Núcleo de Estudos de Gênero Pagu] a partir do início dos anos 1990 (GROSSI, 2010, p. 296).

Assim, sobre o crescimento dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, verifica-se que:

[...] o aumento de trabalhos na área e a diversificação das abordagens estejam relacionados ao próprio processo de expansão da universidade pública; à criação de programas de pós- graduação e à difusão desses programas pelo Brasil (GROSSI, 2010), bem como à estruturação de núcleos/grupos e linhas de pesquisa no interior das universidades, num processo em que o crescimento dos estudos sobre gênero e/ou sexualidade incentiva o fortalecimento dos núcleos e vice-versa. (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013, p. 178,179)

Em um exercício preliminar pode-se buscar identificar “os efeitos dos estudos de gênero nos saberes disciplinares e sobre os efeitos dos saberes disciplinares no campo de estudos de gênero. E ainda sobre os efeitos do feminismo nos estudos de gênero”, ou os efeitos da elaboração epistemológica que questiona os marcos patriarcais e heteronormativos. (MACHADO, 1998, p. 111).

2.3. “Ideologia de gênero” como justificativa do ataque aos estudos de gênero e sexualidade

A ampliação dos estudos feministas sobre gênero e sexualidade não esteve fora do radar de grupos que promovem a ofensiva antigênero e da investida conservadora nos processos de ataque à pluralidade e diversidade nas universidades. Os métodos de incidências destes grupos vão desde pressões políticas para barrar o fomento às pesquisas, perseguições judiciais ou extrajudiciais, discursos de injúria e difamação, até à promoção do ódio, seja por meio de discursos no Congresso Nacional ou de redes sociais contra professores/as e pesquisadores/as.

O pânico moral e a deslegitimação/desqualificação dos estudos de gênero, elementos das estratégias da ofensiva antigênero, que tem operado através de um combate à “ideologia de gênero”, vê no gênero, em suas teorias e pesquisadores/as, um inimigo. Além do mais, a ideia da “verdade” autoevidente como sinônimo de comprovação científica, como o determinismo biológico defendida pelos fundamentalistas religiosos, demonstra uma atuação perigosa por parte destes. O que significa um fechamento para qualquer debate sobre o tema, com imposição de valores religiosos no campo político e na vida em sociedade, logo de opressão e incitação à violência.

Em uma análise preliminar dos argumentos impressos em 3 publicações e nas proposições legislativas dos mobilizadores e mobilizadoras que têm na “ideologia de gênero” sua justificativa para atacar direitos humanos, Tatiana Lionço, Ana Clara de O. Alves, Felipe Mattiello e Amanda Machado Freire (2018) concluem que:

A fragilidade argumentativa que pode ser identificada nos livros que atacam os estudos de gênero é notória, sobretudo porque carecem de contextualização e evidências empíricas. De maneira geral, os estudos de gênero buscam evidenciar, com base em indicadores quantitativos e qualitativos a desigualdade, a discriminação e violência que decorrem das construções de gênero. Já detratoras/es da “ideologia de

gênero” desenvolvem seus argumentos em base a visões de mundo que prescindem de evidência e facticidade. A principal diferença, no entanto, é político-epistemológica. Diz respeito como se identifica, como se descreve e se significa a diferença social. **Os fundamentalistas religiosos cujas visões antidemocráticas se apoiam em argumentos contra a “ideologia de gênero” tem como projeto a sacralização da dita normalidade (da natureza, da ordem social, dos sexos).** Em contraste, as perspectivas seculares e laicas alinhadas à epistemologia feminista e comprometidas com a democracia e os direitos humanos, recusa, criticamente, a subalternização de grupos e pessoas a normas socioculturais construídas que implicam violência, exclusão e discriminação. Também valorizam o dissenso e a diferença radical como fundamentos dos projetos de democracia. (LIONÇO; ALVES; MATTIELLO; FREIRE, 2018, p. 617, grifos meus)

No Brasil, a personificação do termo ideologia de gênero na filósofa Judith Butler repercutiu não somente no campo simbólico, mas na materialização do ódio e na demonstração do impacto que tem os discursos que permeiam o Legislativo, as redes sociais e demais meios de comunicação. Em 2017, Butler foi convidada para participar do Seminário “Os fins da democracia” que ocorreu entre os dias 7 e 9 de novembro, na cidade de São Paulo. O tema da palestra não abordaria seus estudos acerca de gênero, contudo uma mobilização nas redes sociais promovida pelo Movimento Brasil Livre e Direita São Paulo, com as convocações impulsionadas pelo Deputado Federal Marco Feliciano⁶⁵ e o ator, hoje Deputado Federal, Alexandre Frota, visando o cancelamento de sua suposta “palestra sobre gênero”, gerou manifestações no local do evento, perseguições e atitudes violentas contra a Filósofa. Uma das abordagens mais violentas ocorreu no aeroporto de Congonhas, onde Judith Butler sofreu agressões verbais de um grupo que protestava contra a sua presença.⁶⁶

Na compreensão das realidades deve-se levar em conta os cenários que se encontram em constante movimento, porém estruturados em processos histórico-culturais que fundamentam a

⁶⁵ Como forma de convocar a população para fazer manifestação para o cancelamento de uma suposta palestra sobre gênero que seria proferida por Judith Butler, o Deputado Federal Pastor Marco Feliciano veiculou um vídeo no dia 31 de outubro de 2017 que circulou no *Twitter* do então ator e hoje Deputado Federal Alexandre Frota, com cerca de 2.200 visualizações. O vídeo pode ser acessado através do seguinte endereço: https://twitter.com/alefrotabrasil/status/925397229153718272?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.buzzfeed.com%2Fbr%2Fmauroalbano%2Fleia-trechos-da-obra-de-judith-butler-a-filosofa-alvo-de

⁶⁶Escritora Judith Butler sofre agressão no aeroporto de Congonhas. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/escritora-judith-butler-sofre-agressao-no-aeroporto-de-congonhas-22054565>

permanência de ações e discursos. É considerando estas dimensões dos fenômenos que os estudos em gênero e sexualidade passam a compor um campo de análise, sobretudo nas Ciências Sociais, na Antropologia, na História, na Psicologia e na Ciência Política. Não é à toa que disciplinas como Sociologia e a Filosofia, quando não são desestimuladas por parte das políticas de educação, são diretamente atacadas.

A exigência da neutralidade no campo da educação, seja no ensino, pesquisa ou nos conteúdos dos livros didáticos, é um pressuposto contido nos discursos de parlamentares. Estes, por sua vez, negam a ideologia, principalmente em dois momentos: quando afirmam que seus próprios discursos não têm viés ideológico e quando defendem a censura aos debates de gênero e temas relacionados aos direitos humanos nas escolas. Como observa Marilena Chauí,

[...] a ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos [...]. A ideologia burguesa, através de seus intelectuais, irá produzir ideias que confirmem essa alienação, fazendo, por exemplo, com que os homens criem que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio. (CHAUÍ, 2003, p. 31).

A ideologia não está somente no campo das ideias, ela tem uma existência material que são úteis para reprodução das relações sociais (ALTHUSSER, 1996). O uso da categoria “ideologia de gênero” como *slogan* da estratégia política da ofensiva antigênero articula e aciona um imaginário social acerca dos debates de gênero e sexualidade na educação, onde o/a professor/a é colocado como um/a doutrinador/a, um/a inimigo/a a ser combatido/a. Althusser estuda as distintas instituições que se configuram como Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e Aparelhos Repressores do Estado (ARE), uma vez que estas instituições - como a escola, imprensa, família, religiões, partidos, etc- são aparelhos que atuam através da ideologia. A manutenção do poder de um grupo dominante perpassa pelo controle destas instituições.

A reprodução dos discursos na ofensiva contra os direitos das mulheres e LGBTI, tendo como elemento o ataque aos estudos de gênero, denota uma ideologia que se pauta na família tradicional cristã, no “cidadão de bem”, na moral e bons costumes. Revela também que estes grupos que atuam contra o gênero representam os interesses de uma classe social dominante, branca, cristã e heterossexual. Ou seja, “a ideologia representa a relação imaginária dos

indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1996, p.85), sendo acionada todas as vezes em que essas condições estão ameaçadas.

A utilização do termo “ideologia de gênero” responde a necessidade de grupos políticos historicamente privilegiados. Em uma produção “ideológica arbitrária”, no sentido de Antônio Gramsci, de categorização do mundo social em acordo com seus interesses. A construção histórica e ideológica da categoria “gênero” é desconsiderada, em uma quebra de paradigmas que permite a utilização da categoria para vários fins, inclusive na deslegitimação dos estudos de gênero e *savoir-faire* científico.

O pensamento e a reflexão crítica, o conhecimento, a capacidade de analisar as dinâmicas sociais compreendendo-as e tentando mudar realidades de opressões, racismos, pobreza, são incompatíveis com o Projeto político da (extrema) direita e dos fundamentalistas religiosos, pois isto significa diretamente deslocá-los do poder hegemônico que possa ter sobre as vidas (e as mortes) do “outro”, do abjeto, e das riquezas ambientais, econômicas.

O aprofundamento acerca da elaboração estratégica e dos sentidos dado ao termo “ideologia de gênero” enquanto um sintagma capaz de mobilizar atores e seus efeitos sociais e políticos, convoca-nos a compreender de que forma este debate se insere no Brasil, que atores passam a agenciar esta discussão e como esta categoria é utilizada na ação política e promovida pelos parlamentares, líderes religiosos e demais atores que realizam esta ofensiva contra as mulheres e LGBTI enquanto estratégia de imposição das agendas econômicas e morais.

Quem tem medo dos estudos de gênero e sexualidade? Por que o debate, os estudos de conceitos tão complexos representam um perigo? É diante deste contexto que se insere nas agendas de gênero e sexualidade, na atualidade, a “categoria de mobilização política ‘ideologia de gênero’” (JUNQUEIRA, 2018) enquanto mais uma categoria de análise destes estudos.

CAPITULO 3- UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL

Nos capítulos anteriores foram apresentados dois panoramas. O primeiro deles, denota a existência de avanços nos direitos humanos das mulheres e de LGBTI e, diante das garantias de direitos, estratégias por parte dos grupos que promovem a ofensiva antigênero (a) e o outro a importância da contextualização sobre os estudos de gênero e sexualidade para a construção de conceitos, sobretudo por estarem conectados a realidade social (b).

Considerando as mobilizações transnacionais contra a “ideologia de gênero”, ou seja, as cruzadas morais para uma ofensiva antigênero (JUNQUEIRA, 2018), que têm se sucedido no cenário brasileiro e internacional, alguns estudiosos têm focado suas pesquisas para buscar compreender, contextualizar e analisar atos, estratégias e discursos desses eventos. Assim, por meio de dossiês e artigos, principalmente na área de Educação, tem sido demonstrado os sentidos e significados dos debates e das ações contra a “ideologia de gênero”, colocando o termo como uma categoria de análise.

Neste contexto, as revistas feministas funcionam como importantes veículos de informações, análises e discursos que podem ajudar na construção das mudanças sociais e na garantia dos direitos humanos.

Dessa forma, com o surgimento do termo “ideologia de gênero”, se faz necessário, como um exercício preliminar, e que deve ser atualizado periodicamente, realizar um levantamento geral acerca das produções científicas sobre o tema, a partir de canais que detenham visibilidade e constante periodicidade quanto ao tema de gênero, como é o caso das duas mais antigas revistas científicas feministas que estão em circulação até os dias de hoje, sendo elas: a *Revista de Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*.

Criada em 1992, a *Revista de Estudos Feministas* publica quadrimestralmente resultados inéditos de pesquisas empíricas e também teóricas. O periódico vem trazendo contribuições para os estudos feministas nas áreas da sociologia, antropologia, história, literatura, estudos culturais, ciência política, medicina, psicologia, teoria feminista, semiótica, demografia, comunicação e psicanálise.

Em um primeiro momento a revista era editada pela Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Posteriormente, conforme esta revista apresenta:

[...] o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro assumiram a responsabilidade pela edição da Revista. A partir de 1999, passou a ser sediada pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas e pelo Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, integrou-se ao Instituto de Estudos de Gênero, órgão que agrega pesquisadoras oriundas/os de distintas áreas de conhecimento e atuação da UFSC, tendo como denominadores comuns os estudos feministas e a perspectiva de gênero. (Universidade Federal de Santa Catarina)

Os *Cadernos Pagu* é um periódico de publicação interdisciplinar que existe desde 1993, vinculada ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Universidade Estadual de Campinas. Esta revista científica publica resultados inéditos de pesquisas no Brasil e no exterior na área de gênero. Conforme apresentam, a revista:

[...] tem como objetivo contribuir para a ampliação e o fortalecimento do campo interdisciplinar de estudos de gênero, dando visibilidade à produção realizada no Brasil e promovendo o intercâmbio de conhecimento internacional sobre a problemática. Publica artigos inéditos com contribuições científicas originais, que colaborem para a inovação teórica, metodológica e/ou agreguem conhecimento empírico inovador, e debates em torno de textos teóricos relevantes no campo dos estudos de gênero, viabilizando, assim, a difusão de conhecimentos na área e a leitura crítica da produção internacional. [...] Tem publicado contribuições das seguintes áreas: Antropologia, Sociologia, História, Ciência Política, Letras e Linguística, História da Ciência, Educação. Mais recentemente, também de áreas como Direito, Psicologia, Comunicação, Saúde Coletiva e Serviço Social. Estimula a publicação de artigos de diferentes áreas disciplinares, desde que estabeleçam uma discussão com as teorias de gênero e feministas, buscando articulações entre gênero e outras diferenças (raça/etnia, cultura, classe, idade/geração, sexualidade e outras). São bem-vindas contribuições em língua portuguesa, espanhola ou inglesa. [...] A revista foi criada em um momento em que os estudos de gênero já contavam com alguma legitimidade acadêmica no país e a intenção era ampliar sua visibilidade, difundindo e estimulando a produção de conhecimento na área. (PAGU, 2013)

No final de 2018, a *Revista Psicologia Política* lançou um dossiê específico sobre “ideologia de gênero”, com artigos de pesquisadoras e pesquisadores que tem uma abordagem consolidada neste tema. Sendo igualmente importante uma análise sobre as produções contidas nesta publicação como um esforço inicial de mapeamento dos avanços nas produções sobre os debates que envolvem a categoria “ideologia de gênero”.

3.1. A revisão de literatura como metodologia

A produção do conhecimento se coloca como uma busca contínua, em uma movimentação histórica, analítica, interpretativa, de identificar e entender um problema que se apresenta. Neste sentido:

A contextualização e busca do problema de pesquisa, exige que o pesquisador se situe nesse processo, analisando o estado atual do conhecimento na sua área de interesse, comparando as abordagens metodológicas, identificando semelhanças e conflitos que merecem serem esclarecidos. (FREITAS, 2016, p. 76)

Assim, o emprego da revisão de literatura constituiu a ferramenta de abordagem aplicada neste estudo, a fim de que fosse verificado o estado da arte das produções acerca da “ideologia de gênero”. A permanente necessidade de avaliação dos avanços sobre o campo de pesquisa, a partir de levantamentos feitos sobre os estudos de gênero, suas agendas, sua constituição histórica e consolidação no Brasil, por meio de grupos/núcleos de pesquisa, linhas de pesquisas, disciplinas e de Pós-graduação, é fundamental para a análise das conjecturas dos contextos político-sociais e das agendas nos dias atuais.

Portanto, a revisão de literatura como a metodologia desta pesquisa teve por objetivo examinar as compreensões, significâncias e as contribuições das produções científicas sobre “ideologia de gênero”, a partir da análise das revistas científicas feministas *Cadernos Pagu e Revista de Estudos Feministas* e do dossiê lançado sobre o tema, em 2018, da *Revista de Psicologia Política*. O enfoque central deste trabalho é a contribuição dada pelos estudos feministas a respeito do tema “ideologia de gênero”.

3.2. Desenho dos percursos metodológicos

O contexto lógico de busca das informações e de apresentação deste trabalho foi dividido em 3 fases: a) levantamento de por onde tem circulado as produções científicas sobre “ideologia de gênero”; b) seleção de artigos a serem analisados a partir da definição de alguns critérios; c) análise dos artigos incluídos.

O primeiro momento da pesquisa se constituiu como um momento de preparação no sentido de verificar por onde tem circulado as produções científicas que tem na categoria “ideologia de gênero” a unidade a ser analisada e desenvolvida a pesquisa. O objetivo consistiu em realizar um levantamento preliminar, afim de mapear as produções que circularam em revistas brasileiras, cujo escopo de abordagem buscasse discutir temas associados aos estudos de gênero e sexualidade, com enfoque no tema “ideologia de gênero”, bem como as áreas por onde permeiam tais discussões.

No processo de busca se utilizou apenas o termo “ideologia de gênero” como palavra-chave, não sendo verificados outros termos livres como LGBTI, homossexualidade, feminismo, gênero, neopentecostais, dentre outros possíveis que estão contidos em vários artigos sobre o tema. Ressalte-se que também não foram feitas combinações desses termos com o termo “ideologia de gênero”.

Foram considerados, artigos escritos em português, espanhol e inglês localizados, especificamente, em publicações de revistas e periódicos de origem brasileira. As bases empregadas como fonte para obtenção dos trabalhos foram: Scientific Electronic Library Online – (SciELO)⁶⁷, Periódicos Capes⁶⁸; e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)⁶⁹. Como ferramenta de busca digital foi aplicado o sistema *Google Acadêmico*.

Este foi um momento preparatório para identificar em quais áreas de periódicos científicos, diverso dos feministas, se encontram presentes este debate.

3.2.1. Processo de seleção e análise dos artigos

⁶⁷ <https://www.scielo.org/pt/>

⁶⁸ <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

⁶⁹ <https://bvsaud.org/sobre-o-portal/>

A fase 2 da pesquisa consistiu na seleção dos artigos a partir da definição dos seguintes critérios: revistas científicas especificamente voltadas para os estudos com abordagens feministas que apresentassem avaliação pela CAPES por meio de seu indicador *Qualis* de maior relevância em diversas áreas; revistas científicas que contivessem dossiês específicos sobre o tema “ideologia de gênero” e o tempo de circulação do periódico no meio acadêmico.

As áreas de ciências sociais, antropologia, história, psicologia, saúde, educação e direito tem se consolidado como campos onde tem circulado, desde a década de 1970 os estudos de gênero e sexualidade, formulando assim uma agenda. Devido a multidisciplinaridade que envolve o tema “ideologia de gênero”, optou-se por analisar apenas os artigos difundidos pelas as duas mais antigas e importantes revistas científicas especificamente voltadas para os estudos feministas, sendo elas a *Revista de Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*.

As pesquisas realizadas sobre as produções científicas em gênero e sexualidade tem sido unânime em apontar a importância histórica de ambas as revistas para os estudos neste campo (CORREA, 2001; GROSSI, 2010; FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013; SCHUK, 2018)

Os demais artigos incluídos para análise estão contidos também na *Revista Psicologia Política* da Associação Brasileira de Psicologia Política que lançou, em 2018, dossiê específico sobre “ideologia de gênero” com artigos produzidos pelos/as principais estudiosos/as do tema como Rogério Junqueira, Tatiana Lionço, Sônia Correa, David Paternotte, Roman Khuar, que têm dedicado suas pesquisas para entender este fenômeno transnacional. Ou seja, o condensado destes artigos difundidos pelo dossiê representam os estudos mais recentes, considerando o contexto político de avanços da extrema direita e do fundamentalismo religioso cristão a nível global e brasileiro no cenário político.

3.2.2. Levantamento Preliminar

Foram identificados um total de 36 artigos, sendo que, destes, conforme os critérios da fase 2 da pesquisa, restaram incluídos 15 artigos para análise dos discursos e informações sobre gênero.

A partir da base de dados, foram elaborados dois instrumentais em uma planilha no programa do pacote Office *Microsoft Excel*® para concentrar os resultados do levantamento acerca das produções científicas sobre “ideologia de gênero”. No instrumental 1, onde se

concentra o levantamento dos artigos científicos em geral, constatou-se: nome do artigo, autor, ano da publicação, nome da revista e área de circulação da revista científica. O instrumental 2, voltado para análise dos artigos incluídos, tem como finalidade observar: título do artigo; autoria; ano da publicação; revista científica; categorias trabalhadas; artigo teórico ou teórico-empírico; abordagem metodológica (pesquisa qualitativa, quantitativa ou ambos); campo de pesquisa; principais referenciais teóricos; questões analisadas; desfechos argumentativos; principais conclusões; identificação de lacunas para novos estudos.

Quanto ao primeiro levantamento, que resultou em um universo de 36 produções em revistas científicas, foram verificados 3 tipos de artigos: (a) os que trabalham com o termo “ideologia de Gênero” enquanto uma ameaça à família natural; (b) os que trabalham “ideologia de gênero” como uma ideologia que impõe a homens e mulheres papéis sociais a partir do sexo biológico, gerando opressões e violências às mulheres e LGBTI; (c) artigos que trabalham com o termo “ideologia de gênero” enquanto um *slogan* de mobilização política de atores para uma ofensiva contra a estudos de gênero e sexualidade e aos direitos de mulheres e LGBTI.

3.3. O que temos a apresentar sobre “ideologia de gênero”?

3.3.1. Mapa da literatura

Ao todo, utilizando o termo “ideologia de gênero” seja como palavra –chave ou nos resumos dos artigos como uma categoria a ser estudada na perspectiva de uma mobilização política antigênero e antidireitos, foram localizadas 36 produções, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Revistas científicas com veiculação do tema sobre “ideologia de gênero”

Periódico	N.º de publicações
Cadernos Pagu	5
Direito e Práxis	1
Educação & Sociedade	1
Educar em Revista	2
Estudo de Religião	1
Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião	1
Interface - Comunicação, Saúde, Educação	1
Ponto Urbe	1
Psicologia, Ciência e Profissão	1
Religião & Sociedade	1
Revista Brasileira de Educação	1
Revista Estudos Feministas	1
Revista Internacionaal de Filosofia	1
Revista Psicologia Política	9
Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	6
Sociedade e Estado	2
Vértices	1
TOTAL	36

Fonte: a autora.

Em um levantamento destas publicações por ano, considerando o período de 2014 a 2018, verificou-se que a maioria é de 2017 (n=13) e 2018 (n=18), seguidos dos anos de 2016 (n=2), 2015 (n=1), 2014 (n=1).

O aumento destas produções sobre o tema nos últimos 2 anos está relacionado a um processo de observação e tentativa de compreensão acerca do que tem ocorrido no Brasil, a partir de 2014, quando emergiu na arena política os debates sobre “ideologia de gênero” e educação

relacionados a retirada do termo gênero, orientação sexual, identidade de gênero e diversidade sexual dos Planos de Educação Nacional, estaduais e municipais.

Conforme apresentado anteriormente, os estudos de gênero desde a década de 1990, têm se consolidado no mundo científico, portanto as investigações sobre o fenômeno da mobilização antigênero em torno da “ideologia de gênero” segue como problema de pesquisa nas áreas que tradicionalmente observam gênero e sexualidade. Os 36 artigos científicos destas revistas brasileiras circularam pelas seguintes áreas: Antropologia, Ciências Sociais, Filosofia, Ciências Políticas, Psicologia, Direito, Comunicação, Educação, Saúde e Teologia.

3.3.2. Um olhar para os Cadernos Pagu, Revista de Estudos Feministas e o dossiê da Revista Psicologia Política

Nas revistas que são o objeto desta revisão de literatura, os *Cadernos Pagu*, a *Revista de Estudos Feministas* e o dossiê da *Revista Psicologia Política*, foram publicados 15 artigos voltados para o estudo da ofensiva antigênero.

Tabela 2 – Artigos analisados

N	TÍTULO	AUTOR/A	ANO	REVISTA
1	Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”	Richard Miskolci	2018	<i>Cadernos Pagu</i> no. 53
2	Judith Butler e a pomba-gira	Pedro Paulo Gomes Pereira	2018	<i>Cadernos Pagu</i> no. 53
3	“Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça	Fernando de Figueiredo Balieiro	2018	<i>Cadernos Pagu</i> no. 53
4	A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015	Naara Luna	2017	<i>Cadernos Pagu</i> no. 50

5	La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español	Mónica Cornejo-Valle	2017	Cadernos <i>Pagu</i> no. 50
6	O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”	Maria das Dores Campos Machado	2018	Revista Estudos Feministas, vol.26 no. 2
7	A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero	Rogério Diniz Junqueira	2018	Revista Psicologia Política, v. 18, n. 43
8	"Ideologia de gênero" em movimento	David Paternotte; Roman Kuhar	2018	Revista Psicologia Política, v. 18, n. 43
9	Atores e estratégias da mobilização anti-gênero na Espanha: a mudança de uma política da igreja para o ativismo leigo	Mónica Cornejo-Valle; J. Ignacio Pichardo	2018	Revista Psicologia Política, v. 18, n. 43
10	A "teoria do gender" na Itália: um posicionamento circunstanciado sobre um significante flutuante	Lorenzo Bernini	2018	Revista Psicologia Política, v. 18, n. 43
11	A tentativa reacionária de censura nos currículos escolares: compreendendo a subversão mútua entre as lógicas de socialização e subjetivação	Fernando de Araújo Penna	2018	Revista Psicologia Política, v. 18, n. 43
12	Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação	Amana Rocha Mattos	2018	Revista Psicologia Política, v. 18, n. 43
13	A educação e o presente instável ¹ : repercussões da categoria "ideologia de gênero" na	Anna Paula Vencato; Rafaela Lacerda da Silva; Rodrigo Lessa	2018	Revista Psicologia Política, v. 18, n. 43

	construção do respeito às diferenças	Alvarenga		
14	Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso	Tatiana Lionço; Ana Clara de Oliveira Alves; Felipe Mattiello; Amanda Machado Freire	2018	Revista Psicologia Política, v. 18, n. 43
15	Gênero e seus/suas detratores/as: "ideologia de gênero" e violações de direitos humanos	Roger Raupp Rios; Alice Hertzog Resadori	2018	Revista Psicologia Política, v. 18, n. 43

A *Revista de Estudos Feminista* teve apenas 1 estudo voltado para o tema, sendo publicado em 2018. As produções científicas analisadas são resultados dos estudos de 22 pesquisadoras e pesquisadores, concentrados nas regiões Sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), Sul (Rio Grande do Sul) e Centro-Oeste (Brasília), além de 5 pesquisadoras e pesquisadores da Bélgica, Eslovênia, Espanha e Itália. Todas as pesquisas foram qualitativas e há um balanceamento entre a quantidade de pesquisas empíricas (53%) e pesquisas teóricas (47%).

A metodologia mais recorrente foi a análise de discursos contidos em documentos oficiais, redes sociais, audiências públicas e publicações do mercado editorial. Neste sentido, as/os pesquisadoras/es puderam investigar e analisar: proposições legislativas da Câmara dos Deputados; documentos do Vaticano; publicações no mercado editorial com discursos antigênero e antifeminista; campanhas promovidas por grupos antigênero; diários de bordo; páginas e perfis no *Facebook* e sites de grupos como Movimento Escola Sem Partido, Movimento Brasil Livre, Direita São Paulo; notificações extrajudiciais que visam intimidar professoras/es; cenários, a partir de casos concretos, de países como Espanha, Itália e alguns outros países europeus.

Em uma análise podemos elencar 9 (nove) grandes objetivos identificados nas comunicações científicas, sendo eles:

- a) Traçar uma genealogia sobre “ideologia de gênero”;
- b) Analisar os discursos dos atores antigênero;
- c) Mapear estratégias dos grupos que atuam contra os direitos das mulheres e LGBTI;
- d) Analisar o repertório de ações das mobilizações políticas dos grupos antigênero;

- e) Analisar fatores políticos, históricos e sociais que contribuíram para fortalecimento das mobilizações antigênero (ou para seu não êxito, no caso da Espanha);
- f) Identificar esses grupos e seus interesses, apresentando as características dos atores;
- g) Apresentar e contextualizar as teorias de gênero e teorias *queer*;
- h) Identificar as violações de direitos humanos;
- i) Contribuir para o enfrentamento ao fundamentalismo religioso e para a defesa da laicidade do Estado;

Para concretização destes objetivos de pesquisa e a compreensão do problema a ser investigado, as produções tiveram como termos para análise, as palavras descritas abaixo na Tabela 3.

Tabela 3 – Palavras-chave das produções

Ameaça às crianças	Empreendedores morais	Judith Butler
Ativismo católico	Escola	LGBT
Câmara dos Deputados	Escola Sem Partido	Mobilizações antigênero
Conservadorismo	Estudos de gênero	Movimentos sociais
Cruzada Moral	Família	Notificações extrajudiciais
Diferenças	Feminismo	Pânicos morais
Direitos Fundamentais	Fundamentalismo Religioso	Parlamentares religiosos
Direitos Humanos	Gênero	Política
Direitos Sexuais	Grupos de Interesse	Religião
Discursos Reacionários	Homofobia	Sexualidade
Diversidade Sexual	Ideologia de gênero	Teoria do discurso
Docência	Igreja Católica	Teorias <i>queer</i>
Educação	Igrejas inclusivas	Transnacionalização
Educação Democrática	Itália	Transfobia

Fonte: a autora.

Nas comunicações científicas analisadas é possível verificar, quanto aos termos aplicados nas palavras-chave, que o conjunto de debates sobre “ideologia de gênero” nos estudos feministas, é voltado, em sua maioria, para a compreensão e análise sobre o cruzamento entre política e religião (Igreja Católica, fundamentalismo religioso, parlamentares religiosos, cruzada moral, ativismo católico, igrejas inclusivas). Além de demonstrar a incidência direta das mobilizações destes grupos antidireitos na Educação e nos Direitos Humanos.

3.3.3 Argumentos e Considerações diante das evidências científicas sobre “ideologia de gênero”

A maioria dos artigos tem como análise as mobilizações políticas que vêm ocorrendo no Brasil. Entretanto foram identificados artigos que utilizam, como campo de estudo comparativos outros países, trazendo algumas elaborações desenvolvidos por estudiosos/as de países latino-americanos e africanos. Estes estudos comparativos entre países são direcionados aos países europeus.

Se apresenta como uma das principais preocupações das/dos pesquisadoras/es, a contextualização acerca do sintagma “ideologia de gênero”, ou seja, como surgiu e a que se propõe a utilização deste termo, conforme Junqueira (2018), a gênese desta categoria.

Os/as estudiosos/as são concordes em apontar que “ideologia de gênero” foi concebida como uma invenção da Igreja Católica, enquanto uma reação por conta do termo gênero nos documentos internacionais produzidos a partir da Conferência de População e Desenvolvimento no Cairo (1994) e da IV Conferência Mundial das Mulheres (1995). A reação também está relacionada ao projeto de resgate do poder e da doutrina católica, diante da secularização e perda de fiéis.

As discussões teóricas e elementos históricos acerca do que são as teorias de gênero, a contribuição destes estudos enquanto uma categoria de análise das relações de poder, do sistema de violações de direitos humanos, de violências, de opressões e de promoção das desigualdades sociais e econômicas, são conteúdos presentes nestas comunicações científicas. Tais questões se desenham como importantes para que se possa problematizar acerca do que significa “ideologia de gênero” e com quais interesses os grupos antigênero deturpam e tentam deslegitimar os estudos nesta área.

As contribuições conferidas nestes 15 artigos científicos, mesmo partindo de diversos campos de pesquisa, demonstram que estas mobilizações antigênero, através de diversas estratégias, visam:

- a) Barrar avanços relacionados aos direitos humanos, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- b) Impor valores morais e religiosos;
- c) Fragilizar a democracia;
- d) Impor censuras na área da educação;
- e) Esvaziar e fragilizar o enfrentamento às violências contra as mulheres e LGBTI.

As mobilizações vão agrupar atores de grupos fundamentalistas religiosos cristãos, laicos, liberais, instituições e movimentos que se localizam na direita, extrema direita, ou seja, uma composição entre (neo) conservadores morais e (neo) conservadores econômicos.

Conforme estes estudos, os dispositivos retóricos contidos nos argumentos da ofensiva antigênero se baseiam: a) na definição de um inimigo e na manipulação do antagonismo; b) na construção das vítimas, argumentando que o objetivo é proteger a família e as crianças; c) na proposta de uma “Ordem” sem conteúdo, um pseudoantissistema;

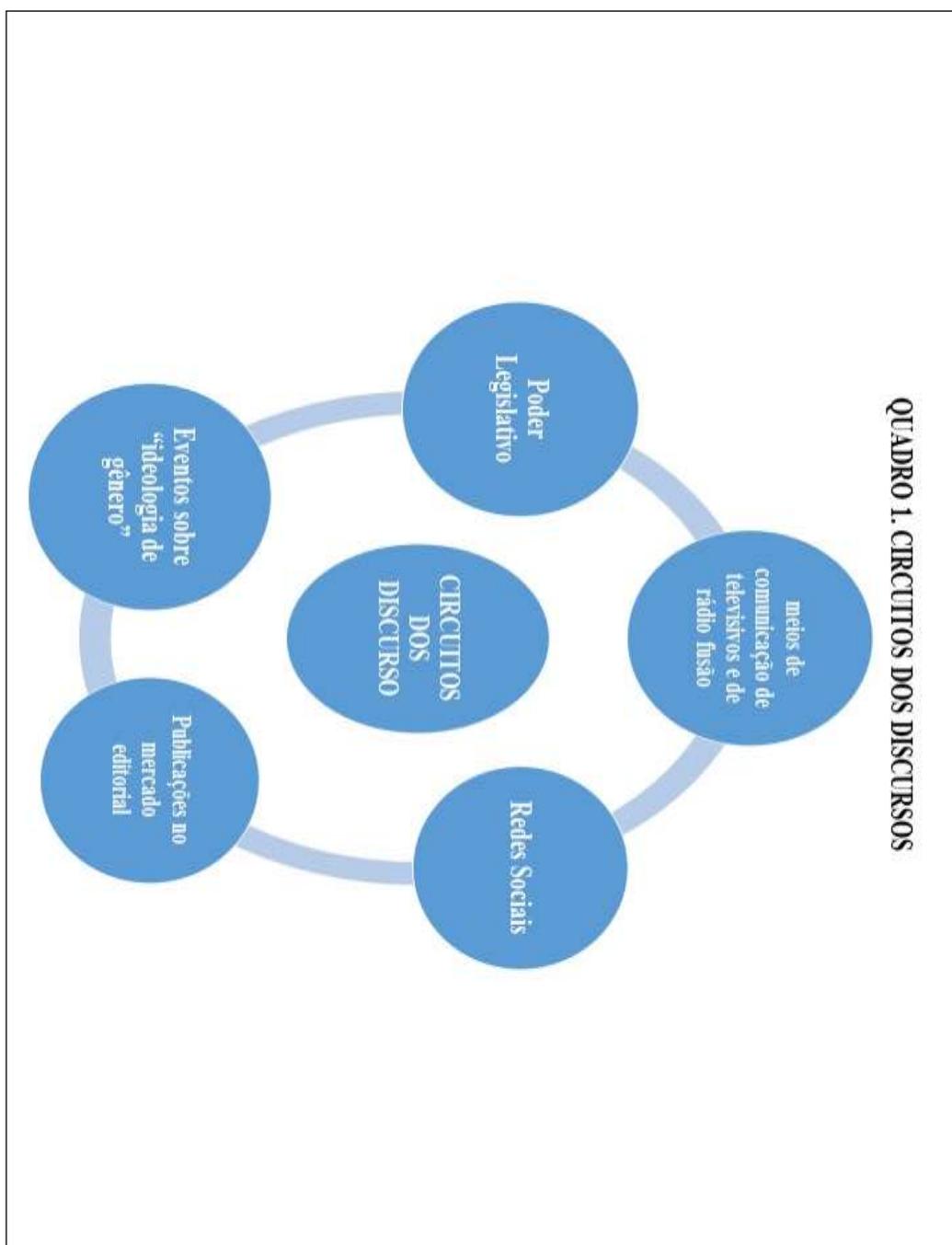
Estes elementos são trazidos principalmente por Junqueira (2018), Paternotte e Kuhar (2018), e reafirmados pelos/as demais autores/as baseando-se, sobretudo, nos estudos de Junqueira como referência.

A metodologia mais utilizada foi a análise de discurso das proposições legislativas, audiências públicas com especial atenção à Câmara dos Deputados; publicações que circulam no mercado editorial voltadas para ofensiva antigênero; documentos do Vaticano e produções de teóricos vinculados à Santa Sé. Na pesquisa de Lionço, Alves, Mattielli e Freire (2018) há uma sistematização de, pelo menos, cinco conjuntos de argumentos:

[...] a tese da democracia das majorias versus ditadura das minorias; a tensão entre liberdade de consciência/expressão e censura; a concepção da escola “técnica” versus a noção de família moral; aspectos relacionados à retórica cientificista e legalista desses argumentos e da retórica em torno a “ideologia de gênero”. (LIONÇO, ALVES, MATTIELI, FREIRE, 2018, p. 611)

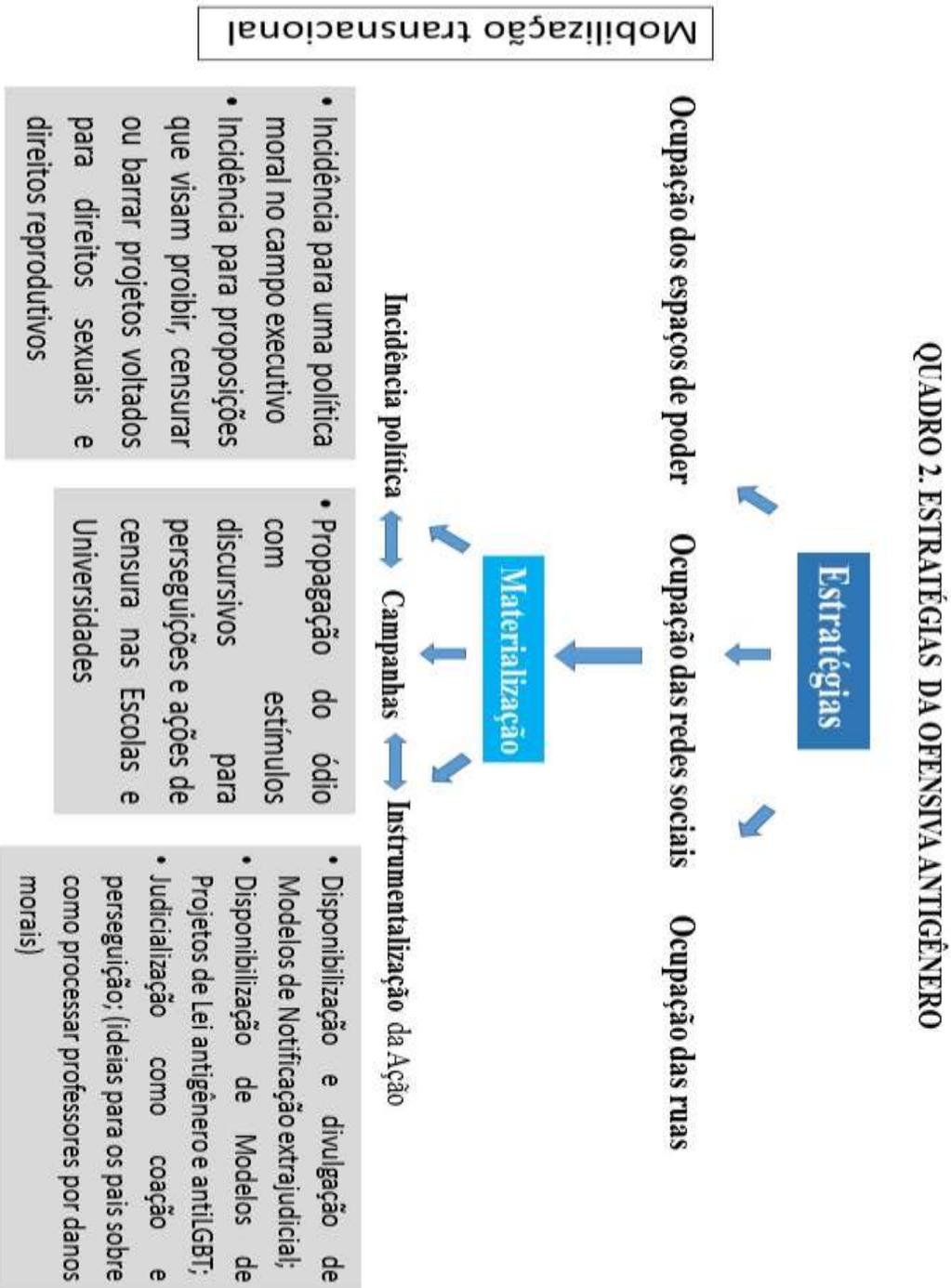
A reunião das produções científicas que mapearam estratégias promovidas pelos grupos e instituições que atuam contra os direitos humanos possibilita, em um exercício inicial, traçar um desenho desta ofensiva, em relação aos circuitos por onde passam os discursos, os passos estratégicos e como se materializam estes discursos.

No Quadro 1 apresentamos um circuito destes discursos.



Fonte: a autora.

O Quadro 2 apresenta uma esquematização das estratégias de atuação destes grupos antigênero e anti direitos humanos.



Fonte: a autora.

Verifica-se que a emergência da coalização dos grupos e instituições que atuam em uma campanha contra gênero e sexualidade tem nos acontecimentos que representam avanços nos direitos humanos, o ponto de partida para promover enquadramentos para o “gatilho” do pânico moral. A nível internacional o símbolo da arquitetura “perniciosa” e conspiratória da “ideologia de gênero” está nas Conferências da ONU ao incluir gênero na agenda (1994 e 1995); no Brasil, está no Plano Nacional de Educação (2014); na França, na lei do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo (2005). Estes se configuram como alguns exemplos acerca dos ciclos de organização destes movimentos.

Outra característica apresentada quanto à ofensiva antigênero é que se trata de uma mobilização política transnacional. Por mais que se considere as especificidades dos países existem “semelhanças transfronteiriças” (PATERNOTTE; KUHAR, 2018).

Por ser a “ideologia de gênero” uma invenção da Igreja Católica, esta inserção histórica em inúmeros países, contribuiu para circulação das informações, pensamentos e das publicações ligadas a Santa Sé em diversas línguas.

Alguns artigos, ao retratarem o cenário brasileiro, traçam um olhar para o que vem ocorrendo quanto as mobilizações antigênero nos países europeus (como a França, Itália, Polônia, Hungria), outros se detêm em contextualizar, de forma geral, como se deu a constituição do sintagma “ideologia de gênero”, sem necessariamente discorrer sobre outros países, mas voltados a se aprofundar na dinâmica política do Brasil. Há ilustrações de como está o debate anti “ideologia de gênero”. Entretanto, é possível observar, a partir das análises dos artigos, que os debates que envolvem a transnacionalização, dentro dos estudos brasileiros, ainda são poucos no sentido de compreensão das cruzadas morais desde de uma perspectiva latino-americana, quais as características em comum destas mobilizações e como elas dialogam (ou não) desde do sul.

A análise quanto a realidade brasileira e os ataques por parte dos atores que mobilizam-se contra o gênero a partir do *slogan* “ideologia de gênero” resgatam, em maior ou menor grau, o crescimento do fundamentalismo religioso vinculado a ampliação dos números de fiéis das religiões pentecostais, em especial das igrejas neopentecostais e a ocupação por estes dos espaços públicos, como as Casas Legislativas. Havendo o fortalecimento do entrelaço política e religião.

Estes estudos revelam que no campo da educação a Igreja Católica tem um protagonismo histórico, entretanto, a incidência frenética para uma educação não laica, não democrática e sem

se pautar nos direitos humanos, tem nas lideranças neopentecostais e na direita neoliberal aliados que passam a se apropriar deste “campo de batalha”.

Há um crescimento de pesquisas voltadas para a análise do entrelaçamento existente entre política e religião no Brasil considerando, principalmente, o avanço e visibilidade das igrejas neopentecostais. Contudo, ainda são poucas as pesquisas que tem no termo “ideologia de gênero” uma combinação de estudos considerando a apropriação desta campanha pelos neopentecostais.

A educação enquanto campo de pesquisa se situa como o alvo, os estudos descrevem as estratégias de ataques contra professores e professoras, mas não foi identificado um resgate do que é o espaço escolar historicamente, o modelo de educação escolar que se tem no Brasil, ou um apontamento de outras pesquisas onde seja possível localizar estas discussões, uma vez que gênero, sexualidade, raça, diversidade religiosas não se apresentam no projeto político pedagógico. Publicações como a de Guacira Louro (1997) sobre educação, gênero e sexualidade, de Débora Diniz, Tatiana Lioço e Vanessa Carrião (2010) sobre laicidade nos espaços escolares, pesquisas como Juventude e Sexualidade (2004) que identificou os preconceitos e as discriminações raciais e lgbtfóbicas entre a juventude brasileira, são alguns exemplos desses estudos acerca dos espaços escolares e a políticas educacionais.

Das ideias sugeridas para a constante atualização do debate sobre “ideologia de gênero” e as mobilizações políticas da ofensiva antigênero, indicou-se a necessidade de periodicamente, se formular análises da atuação parlamentar e das proposições legislativas (LIONÇO, ALVES, MATTIELLO, FREIRE, 2018).

Junqueira aponta que o processo de aliança e convergência entre conservadores morais e neoconservadores econômicos, merecem maiores estudos, “assim como o envolvimento, o aporte e a adesão aos movimentos antigênero por parte de protestantes (sobretudo neopentecostais), muçulmanos, judeus, entre outros”. (JUNQUEIRA, 2018, p. 458).

No campo da linguagem e dos discursos, a ofensiva antigênero nos países europeus utilizam o termo *gender* em inglês, para localiza-lo como um termo estrangeiro, argumentando que tal “teoria *gender/gender ideology*” é parte de um projeto pernicioso e colonizador arquitetado pelas feministas e LGBTI. O uso deste termo em inglês, entretanto, não está contido nos discursos e textos latino-americanos, seja em espanhol ou em português, o que também desperta uma curiosidade para estudos nesta área. (JUNQUEIRA, 2018)

Já Paternotte e Kuhar (2018) afirmam que apesar de se conhecer mais sobre as mobilizações antigênero, ainda se constituem como necessárias maiores investigações: a) como a sua difusão no mundo católico e a forma como são alimentadas as mobilizações locais; b) “explicar como discursos religiosos sobre a diferença e a complementaridade sexual podem ser transformados em manifestações de rua massivas”, o que envolve tentar compreender suas formas de organização e protestos transnacionais; c) Por fim, colocam como alvo de observação o Congresso Mundial de Famílias (World Congress of Families) que vem construindo uma rede global voltada para promover “valores familiares”.

Os 15 artigos analisados nesta revisão apresentam considerações e conclusões que lançam luzes para o exercício do pensamento crítico, da reflexão e compreensão quanto a uma localização das questões e fenômenos que envolvem a “ideologia de gênero” enquanto uma categoria de mobilização política.

Estas produções científicas vão concluir principalmente, dentre outras considerações:

- i) que há uma fragilidade argumentativas em livros, pseudo dados e discursos que atacam os estudos de gênero, primeiro pela ausência, deturpação e descontextualização quanto à categoria gênero e seus estudos, segundo pela inexistência de evidências empíricas. Há uma elucubração fantasiosa contidos nestes argumentos antigênero;
- ii) a recusa aos debates, em um campo de divergências, a negação dos direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, a desqualificação de estudos sem demonstrar evidencias e a própria verdade autoevidente argumentada por estes grupos demonstram seu caráter autoritário e totalmente distanciado da democracia;
- iii) Há necessidade de desenvolver no âmbito escolar abordagens críticas e formular projetos políticos pedagógico democráticos, baseando-se em uma educação em direitos humanos;
- iv) o sintagma “ideologia de gênero” tem se configurado como um dispositivo retórico angariado por diversos grupos de interesse que tem neste *slogan* uma “bandeira” de atuação para a investida populista e uma ofensiva antigênero;

Por fim, as mobilizações antigênero impactam diretamente na consolidação da democracia e dos direitos humanos, se desenhando como um profundo ataque à dignidade da pessoa humana e contribuindo com o aumento das discriminações e das violências. Tornando as vidas mais precárias e matáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: TECENDO PISTAS PARA UM APROFUNDAMENTO SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Um ponto de partida para entendermos os elementos e características das mobilizações políticas que atuam contra o gênero e sexualidade, é contextualizar historicamente suas raízes originárias, o que envolve um exercício tanto de enfrentar a complexidade das relações de poder, dos processos de dominação e exploração dos corpos, da normatização dos comportamentos - que são historicamente operacionalizadas pelo poder hegemônico através de ações e discursos – situando-o com o momento atual, como forma de percebermos tanto o que foi construído (até o momento) como os novos contornos dos ataques à democracia, aos direitos humanos, às questões de gênero e sexualidade.

Uma ofensiva, como a antigênero, tem nas suas ações a incidência em campos considerados estratégicos como a educação, a cultura, o direito e a saúde. Além disso, a Ciência também se apresenta como um campo fundamental para esta atuação, seja desqualificando os estudos científicos na área de gênero e sexualidade, seja tentando se apropriar desta linguagem para trazer argumentos sem evidências científicas, apenas baseadas em visões de mundo e valores morais religiosos (MIGUEL, 2016b, 2018; JUNQUEIRA, 2018; LIONÇO, ALVES, MATTIELLO, FREIRE, 2018; PATERNOTTE, KUHAR, 2018).

Não se trata de uma disputa política e epistemológica baseada em divergências, mas de uma incidência para a imposição de valores, sobretudo, religiosos, a partir de uma “única verdade” e visão de mundo. Esta ideologia promovida por grupos tanto religiosos como os laicos e os (neo) liberais, situados como de (extrema) direita, pauta-se em difundir uma gramática do ódio e alimentar processos de exclusão, discriminações e violências contra mulheres, LGBTI, negros e negras, indígenas, quilombolas, dentre outros. Demonstra assim seu caráter autoritário, representando um atentado à democracia (RIOS, RESADORI, 2018; PENNA, 2018; MACHADO, 2017).

Em se tratando do Brasil, os movimentos feministas, assim como os estudos de gênero e sexualidade, dentro de uma perspectiva feminista, há mais de 30 anos, vem insurgindo, denunciando e criando fissuras ao questionar e mostrar evidências nos estudos das relações de

poder, os impactos dos discursos e a materialização destes, demonstrando o quanto é grave a atuação destas mobilizações políticas contra as mulheres e LGBTI.

As revistas científicas analisadas neste trabalho, apesar de apresentarem poucas produções no tema “ideologia de gênero”, tem investido em estudos que discutem os avanços dos fundamentalismos religiosos ao longo dos anos e a relação entre política e religião. Ressalte-se que, no caso das duas revistas feministas examinadas, muitas destas pesquisas, estão situadas, principalmente, dentro dos estudos sobre direitos reprodutivos.

O Dossiê da *Revista de Psicologia Política* traz um debate condensado sobre a gênese do termo “ideologia de gênero”, além disso aponta algumas pistas acerca de estudos que devem ser aprofundados e revisitado com uma periodicidade.

Trago aqui alguns pontos que talvez se coloquem como fios ainda soltos que necessitam de um aprofundamento através das pesquisas.

O primeiro ponto que se observa é que ainda há poucas pesquisas sobre como se dá a apropriação do *slogan* “ideologia de gênero” pelos neopentecostais, quais meios ou publicações que circulam/circulou entre eles no sentido de contribuir com a formulação de seus discursos, uma vez que os mesmos que combatem o conhecimento e a ciência se utilizam de um cientificismo e de uma linguagem secular baseando-se em falsos dados ou em nenhuma evidência como justificativa de seus argumentos contra os direitos das mulheres e LGBTI (LIONÇO, ALVES, FREIRE, MATTIELLI, 2018).

Compreender a configuração das estratégias no Brasil, dos grupos envolvidos e seus discursos, perpassa por mapear a atuação destes atores e verificar como estão organizados. Ou seja, quais as novas configurações desta atuação, que outras pautas eles trazem alinhadas ao debate de “ideologia de gênero”?

Segundo, a lógica da criminalização se constituiu como agenda em relação às mulheres nesta investida em não garantir os direitos reprodutivos. No Brasil, o ano de 2019, representa um momento de maior atuação da ofensiva antigênero na área penal, na tentativa de tornar crime tanto o aborto nos casos já legalizados, como o debate de gênero nas escolas e universidades, acionando como dispositivo discursivo a retórica de combate à “ideologia de gênero”, proteção à família e às crianças. Ao passo que ampliam proposições que aumentam as penas em relação ao crime de estupro em um discurso de proteção à vítima, ao invés de investir em políticas de gênero e educação em direitos humanos. Estes aspectos podem estar relacionados à cultura punitivista e

de encarceramento que opera nos discursos, em leis e proposições legislativas, precisando de um maior aprofundamento, inclusive no campo da criminologia crítica feminista.

Em terceiro lugar, as questões que envolvem liberdade de expressão, liberdade de cátedra, necessidade de debate público sobre educação, gênero e sexualidade, faz com que o debate sobre democracia apareça de forma transversalizada nas elaborações. Contudo, ainda é preciso um aprofundamento acerca da categoria de mobilização política “ideologia de gênero” e sua conexão com os estudos sobre democracia, tanto nas pesquisas empíricas quanto teóricas. Além do mais, a preocupação com este tema se dá tanto no sentido da importância de uma educação democrática e para a democracia como para o combate as discriminações já que pesquisas apontam que o espaço escolar tem se configurado como um lugar de violências lgbtfóbicas, racistas, sexistas e das diversas formas de *bullying*.

Por fim, o debate sobre como o *slogan* “ideologia de gênero” entra e cria força a nível local ainda precisa ser aprofundado. Os avanços (ou não) desta ofensiva não ocorre sem que existam fatores sóciohistóricos e culturais que contribuam para sua entrada em maior ou menor grau.

No Brasil, o processo de colonização, exploração e a não laicidade, compõem elementos estruturais que se configuram como raízes dos ciclos incompletos para uma consolidação impermeável dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, indígenas, quilombolas, negras e negros LGBTI, crianças e adolescentes, criando, portanto, um fértil terreno para a atuação de grupos antigênero e para legitimação de práticas autoritárias.

Assim, quando verificamos o cenário atual brasileiro onde a marca/discurso é “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, fica demonstrado o cinismo de um projeto político autoritário, comprometido com processos de extermínio do “outro”, do abjeto (das “minorias”) e fomentador de violações de direitos humanos.

Todas as dimensões estão conectadas e a operacionalização das violências não se realizam separadamente, ela é sistêmica enquanto construção e naturalização e conectada em sua materialização. O que exige esforços para a compreensão e uma análise seja científica, seja política dentro desta complexidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ADELMAN, M. ; GROSSI, M. P.; GUIVANT, J. A teoria feminista e as perspectivas de gênero na teoria social contemporânea: contribuições e debates. In: GROSSI, M.; LAGO, M.; NUERNBERG, A. (Org.). **Estudos In(ter)disciplinados: Gênero, Feminismo, Sexualidades**. 1ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. , p. 21-40.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In: ŽIŽEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O Que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

MATTOS, A. R. Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 abr. 2019.

ANTONIO, G. H. B. de; LAHUERTA, M. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 14, p. 57-82, agos. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010333522014000200057&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de jul. 2019.

ARAN, M. R. ; MURTA, D. ; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciencia & Saude Coletiva**: Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. v. 14, p. 1141-1149, 2009.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com colaboração de Lúcia Teixeira Wisnick e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 14º ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BALIEIRO, F. de F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332018000200406&lng=en&nr_m=iso>. Acesso em 12 de jun. 2019.

BANDEIRA, L. M. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2005.

BARRETT, M.. Ideologia, Política e Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ŽIŽEK, S. (Org.). **Um Mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 235-264.

BARROSO E BARCELLOS. O Começo da História: A nova interpretação constitucional. In: SILVA, V. A. (Org.). **Interpretação Constitucional**. 1. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

BARROSO, L. R. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática**. Disponível em: <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>. Acesso em 17 de out 2017.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENSAID, Daniel. **Os irredutíveis**: temas da resistência para o tempo presente. São Paulo. Boitempo, 2008.

BERNINI, Lorenzo. A "teoria do gender" na Itália: um posicionamento circunstanciado sobre um significante flutuante. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p. 543-556, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 abr. 2019.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Horizontes, 2013.

BORILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, P. **Economia das Trocas Linguísticas**. 1977. Disponível em: <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12933/11099/AEconomiasdasTrocasLingsitcasPierreBourdieu.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2017.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

BOURDIEU, P. Linguagem e poder simbólico. In: _____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 79-126.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. 18. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Resolução nº 175**, de 14 de maio de 2013. Brasília, DF 2013. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf. Acessado em: 06 de março de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. I Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar: principais resultados**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. São Paulo: 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf. Acesso em: 22 de fev. 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres 2013-2015. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção e Garantia da Cidadania LGBT**. Brasília: SDH/PR, 2009. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf>. Acesso em: 02 de abr. 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório Homofobia no Brasil 2012**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acesso em: 22 de mar. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Recurso Especial N° 1.183.378** - RS (2010/0036663-8). Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sLink=ATC&sSeq=18810976&sReg=201000366638&sData=20120201&sTipo=5&formato=PDF. Acesso em: 12 de mar. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n° 132**. Brasília, DF: 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioCapitulo.asp?numDj=198&dataPublicacaoDj=14/10/2011&codCapitulo=>. Acesso em: 20 de abr. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 4.277**. Brasília, DF: 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioCapitulo.asp?numDj=198&dataPublicacaoDj=14/10/2011&codCapitulo=>. Acesso em: 20 de abr. 2018.

BUTLER, J. **Lenguaje, poder e identidad: estudios lacanianos**. Madrid: Editorial Síntesis, 1997.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003, capítulo 1 (pp15-60).

BUTLER, J. **Trouble dans le genre: le féminisme et la subversion de l'identité**. Paris: La Découverte; 2006.

BUTLER, J. O Fantasma do Gênero. *Folha de S. Paulo*, 19 nov. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em: 12 de mai. 2019.

BUTLER, J. **Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS, B. **Trabalhar nos bastidores: ensaio acerca da condição feminina no puritanismo e fundamentalismo**. *Mandrágora*, São Bernardo do Campo, ano 14, n. 14, fev. 2008, p. 40-54. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/695/696>. Acesso em: 04 de ago. 2018.

CAMPOS, Breno. **Mulheres em Revista; uma sociologia da compreensão do feminino no Brasil presbiteriano (1994-2002)**. 2006. 320 p. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CANDAU, V. M. Educação em direitos Humanos: desafios atuais. . In: SILVEIRA, Rosa M. Godoy, et al. **Educação em Direito Humanos: fundamentos teórico- metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 399 – 412p.

CANOTILHO, J. **Direitos Fundamentais Sociais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CASE, M. A. The role of the popes in the invention of complementarity and the Vatican's anathemization of gender. **Religion and Gender**, Gent, 6(2), 2016. p. 155-172.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Nova Direita no Brasil: Aparelhos de ação político-ideológica e a atualização de estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. 2017. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1905.pdf>. Acesso em: 08 de mar. 2019.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. RJ: Paz e Terra, 1982.

CASTRO-GÓMEZ, S; GROSFUGUEL, R (Orgs.). **El girodecolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá, SiglodelHombre Editores;

Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

CITELI, M. T. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002):** revisão crítica. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.271-302, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a11v2447.pdf> . Acesso em: 01 de ago. 2019.

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p.84.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Natália Luchini. Seminário “Teoria Feminista”. Cebrap, 2013. [Em inglês, *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova York/Londres, Routledge, 1990.]

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: InVerso, 2015.

COOK, R.; CUSACK, S. **Estereótipos de gênero: perspectivas legais transnacionais**. Bogotá: Profamilia, 2010.

CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. Actores y estrategias en la movilización anti-gênero en España: el desplazamiento de una política de igreja al activismo laico. **Revista**

Psicologia Política, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 524-542, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 abr. 2019.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**. n. 16, Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero –Pagu/Unicamp, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a02.pdf>. Acesso em 29 de jun. 2019.

CORRÊA, S. O Conceito de gênero: teorias, legitimação e usos. In: BARSTED, L. (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro/Brasília: CEPIA/ONU Mulheres, 2011. p. 339-345. Disponível em: http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso. Acesso em: 10 de ago. 2018.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185301, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200401&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de mai. 2019.

CORRÊA, Sonia. ‘Theologies’ and Contexts in a Latin American perspective. **Religion and Gender**. vol 6. n 2. 2016. p. 256-263. DOI: 10.18352/rg.10175. Disponível em: https://brill.com/view/journals/rag/6/2/article-p256_9.xml. Acesso em: 10 de mar. 2019.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Revista feminismo**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, número especial, p. 387-400, 2. sem. 1994.

COSTA, A. de O. et al. **Memórias de mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Labrys, Estudos Feministas/Études Féministes**, Brasília, v. 7, 2005.

Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380>. Acesso em: 10 de jul. 2019

COSTA, C. B. Contar histórias: uma forma de reconhecimento do outro. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 1-12, nov. 2014. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF34/Dossie_Artigo_Cleria%20Botelho%20da%20Costa.pdf>. Acesso em: 22 de set. 2018.

COSTA, C. B.; MAGALHÃES, N. A. **Contar história, fazer História** – História, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (Org.) **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. Ed. Brasiliense, 1994. 103-115p.

DANILIAUSKAS, M. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa *Brasil Sem Homofobia***. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres Raça e Classe**. Ed. Boitempo. 1º edição, São Paulo 2016.

DEBERT, GG. **Ideologia e populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Ideologia e Populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. pp. 217-220. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b23ds/pdf/debert-9788599662724.pdf>. Acesso em: 02 de abr. 2019.

DIAS, M. B. **Homoafetividade e o direito à diferença – Curso de Direito de Família**, coordenada por Douglas Phillips Freitas, Vox Legem, Florianópolis, 2004, p. 265-282

DINIZ, D. Objeção de consciência e aborto: direitos e deveres dos médicos na saúde pública. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 981-985, Oct. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102011000500021&lng=en&nr=m=iso>. Acesso em 14 de mai. 2018.

DINIZ, D.; GUILHEM, D. Bioética feminista na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, n. 16, v. 2, p. 599-612, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200015. Acesso em 19 de ago. 2018.

DINIZ, D.; OLIVEIRA, R. (orgs.). **Notícias de Homofobia no Brasil**. Brasília. LetrasLivres, 2014. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/NoticiasdehomofobianoBrasil1.pdf>. Acessado em: 20 de out. 2018.

DUARTE, L. F. D. Família, moralidade e religião: tensões contrastivas contemporâneas em busca de um modelo. In: DUARTE, L. F. D.; VELHO, G. (Orgs.). **Gerações, família e sexualidade**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2009. p. 17-45.

FACCHINI, R. **Dossiê saúde das mulheres lésbicas**. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/Homepage/Dossi%EAAs/Dossi%EA%20Sa%FAde%20das%20Mulheres%20L%E9sbicas.pdf>>. Acesso em: 11 de ago. 2018.

FACCHINI, R. Sexualidade, sociedade e diferenças: refletindo sobre a discriminação e a violência contra LGBT no Brasil. In: PASSAMANI, G. (Org.). **(Contra)pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual - O combate à homofobia**. 1ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2012, v. 1, p. 13-32.

FACCHINI, R. **"Sopa de letrinhas?": movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90** – um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas: [s.n.], 2002. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. 2002

FACCHINI, R.; DANILIAUSKAS, M.; PILON, A. C.. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, v. 44, p. 161-193, 2013.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FALQUET, J. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas**. Bogotá: Ediciones Antropos, 2006.

FASSIN, Eric. Gender and the Problem of Universals: Catholic Mobilizations and Sexual Democracy in France. **Religion and Gender**. v. 6. n. 2. 2016. p. 173-186. Doi:10.18352/rg.10157. Disponível em: https://brill.com/view/journals/rag/6/2/article-p173_3.xml. Acesso em: 10 de março de 2019.

FEMENÍAS, M. L. Esbozo de un feminismo latinoamericano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 11-25, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100002. Acesso em 13 de abr. 2019.

FLAX, J. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa** . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. AULA INAUGURAL NO COLLEGE DE FRANCE, PRONUNCIADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999 Disponível em: <https://projetophronesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michel-a-ordem-do-discurso-aula-inaugural-no-college-de-france.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2018.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. Sexualidade e poder. In: _____. **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 56-76. Coleção Ditos e Escritos, V.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FRASER, N. Los usos y abusos de las teorías francesas del discurso para la política feminista. **Diferencia(s): revista de teoría social contemporánea**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, maio 2015, p. 179-199. Disponível em:

<http://www.revista.diferencias.com.ar/index.php/diferencias/article/view/30/10>>. Acesso em: 05 de mai. 2018.

FREITAS, A. et al. Gênero, sexualidade e educação: professoras lésbicas e bissexuais no magistério. In: **III Seminário Internacional do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina**, 2017. Caruaru, 2017. Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina e Programa de Pósgraduação em Educação Contemporânea UFPE-CAA, v. 5, 2017. p. 101-116. Disponível em: <<https://goo.gl/MSpQVD>>. Acesso em: 07 de ago. 2018.

FREITAS, A. H. Reflexões sobre a pesquisa acadêmica: revisão bibliográfica, vivência e conhecimento. **Palíndromo**, v. 8, n. 15, p. 74-82, jan/jun, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/download/7990/6315>. Acesso em: 18 de mai. 2019.

FUNCK, S. B.; MINELLA, L. S.; ASSIS, G. O. (Org.). **Linguagens e narrativas: desafios feministas**. Tubarão: Copiart, 2014. 1v.

FURTADO, E. T.; CAVALCANTE, C. O fenômeno da judicialização da política: tensão entre Democracia e Constitucionalismo. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região**. Fortaleza: 7ª Região, Ano XXXII, nº 32 - jan./dez. 2009, p. 25-46.

GARBAGNOLI, S. Contra la herejía de la inmanencia: el 'género' según el Vaticano como nuevo recurso retórico contra la desnaturalización del orden sexual. In: BRACKE, S. e PATERNOTTE,

D. (eds.). **Habemus Género! La Iglesia Católica y la Ideología de Género**. Género & Política América Latina e Sexuality Policy Watch, 2018, pp. 54-80.

GARBAGNOLI, S. Against the heresy of immanence: Vatican's 'gender' as a new rhetorical device against the denaturalisation of the sexual order. **Religion and Gender**. Gent, 6(2), 2016. p. 187-204. Disponível em: www.religionandgender.org/articles/abstract/10156. Acesso em 12 de dezembro de 2017.

GIDDENS, A. Estruturalismo, pós-estruturalismo e produção da cultura. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1996. p. 281- 319.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 244-270.

GIRARD, F. Negociando derechos sexuales y orientación sexual en la ONU. In: PARKER, R.; PETCHESKY, R.; SEMBER, R. (Org.). **Políticas sobre Sexualidad: Reportes desde las líneas del frente**. México, 2008. p. 347-398. Disponível em: <http://www.sxpolitics.org/frontlines/espanol/book/index.php>. Acesso em: 30 de jul. 2018.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Record, 2003.

GOMES, I. S. Femicídios: um longo debate. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n239651>. Acesso em: 10 de abr. 2019.

GONÇALVES, E.; MELLO, L. Apresentação: gênero - vicissitudes de uma categoria e seus 'problemas'. **CIÊNCIA E CULTURA**, v. 69, p. 26-30, 2017.

GOUVÊA, R. Q. A condição da mulher no fundamentalismo: reflexões transdisciplinares sobre a relação entre o fundamentalismo religioso e as questões de gênero. **Mandrágora**, São Bernardo

do Campo, ano 14, n. 14, jul. 2008, p. 13-24. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/view/693/694>>.

Acesso em: 14 de set. 2018.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GROSSI, M. P. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. spe, p. 211-221, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300023. Acesso em 13 de abr. 2019.

GROSSI, M. P. Gênero, Sexualidade e Reprodução: a constituição dos estudos sobre gênero, sexualidade e reprodução no Brasil. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2017: Assassinato de LGBT no Brasil**. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0046502188e8a65b8c3e2>. Acesso em: 15 de ago. 2018

HABERMAS, J. **Textos e contextos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HALL, S, et al. Política e ideologia: Gramsci. In: Centre for Contemporary Studies (org): **Da ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

HALL, S. O interior da ciência – Ideologia e a “Sociologia do conhecimento”. In: Centre for Contemporary Studies (org): **Da ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-42, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 25 de jun. 2019.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 7-31, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>. Acesso em 15 de out. 2018.

INTERNATIONAL LESBIAN AND GAYS ASSOCIATION. **Relatório ILGA, 40 anos de Stonewall**. Disponível em: <http://www.ilga.org>. Acessado em: 02 de abr. 2018.

JUCOVSKY, V. L. **Representação política da mulher**. 1. Edição. São Paulo: ed. Publicação, 2000.

JUNQUEIRA, R. A gênese de uma categoria. **CLAM**. Entrevista concedida a Laura Lowenkron e Claudia Mora. Publicado em 20 de dez. 2017. Disponível em: <http://clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704>. Acesso em: 30 de nov. De 2018.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, P. MAGALHÃE, J. (orgs). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. Disponível em: goo.gl/MUN9tM. Acesso em: 02 de nov. de 2018.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: RAMOS, M.; NICOLI A. G.; ALKMIN, G. (orgs.). **Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos: perspectivas multidisciplinares**. Belo Horizonte: Initia Via, 2017. Disp.: goo.gl/JgyPzN. Acesso em: 02 de nov. 2018.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: um dispositivo retórico de uma ofensiva antifeminista. In: DIAS, A. F.; SANTOS, E. F.; CRUZ, M. H. (orgs.). **Gênero e sexualidades: entre invenções e desarticulações**. Aracaju: Editora IFS, 2017.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: uma categoria de mobilização política. In: SILVA, A. M. (org.). **Gênero e diversidade: debatendo identidades**. São Paulo: Perse, 2016.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 abr. 2019.

KUHN, T. **A Estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LACERDA, M. B. "Ideologia de gênero" na Câmara dos Deputados. In: ENCONTRO da Associação Brasileira de Ciência Política, 10. Belo Horizonte, 30 ago.-2 set., 2016.

LEMOS, C. de O. Constituição, Mulher e Cidadania. In: **Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois. O alicerce da redemocratização (Vol. I)**. Senado Federal. 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-constituicao-mulher-e-cidadania/view>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Políticas Públicas no Estado Constitucional**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

LINCOLN. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LIONÇO, T. "Ideologia de gênero": emergência de uma teoria religiosa sobre os riscos da democracia sexual. **Revista Forum**, São Paulo, 27 set. 2014. Disponível em: <goo.gl/CBEJ3I>. Acesso em: 31 de nov. 2018.

LIONÇO, T. A despatologização das identidades trans: questões e desafios na atualidade. **Revista Epos**, v. 7, p. 147-156, 2016. Seção Entrevistas.

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**, UERJ, Impresso, v. 19, p. 43-63, 2009.

LIONCO, T. Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n.spe, p. 208-223, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500208&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 de Jul . 2019.

LIONÇO, T. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-21, abr./Jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 de jul. 2019.

LIONÇO, T. Seção Entrevistas - A despatologização das identidades trans: questões e desafios na atualidade.. **Revista Epos** (eletrônica), v. 7, p. 147-156, 2016.

LIONÇO, T. Laicidade, gênero, sexualidade e fundamentalismo cristão no Brasil. In: **Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - DHESCA Brasil**. (Org.). Relatorias em Direitos Humanos. Informe: 2012-2014. 1ed. Curitiba: Terra de Direitos, 2015, p. 21-31.

LIONÇO, T.; ALVES, A. C. O. ; MATIELLO, F. ; FREIRE, A. M. . 'Ideologia de Gênero': estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Revista de Psicologia Política**, v. 18, p. 599-621, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 de mai. 2019.

LOPES, J. R. O direito ao reconhecimento de gays e lésbicas. In: SOUZA, F. L., et al. (Org.) **A justiça e os direitos de gays e lésbicas: jurisprudência comentada**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LOPES, M. M.; PISCITELLI, A. Revistas científicas e a contituição de campo de estudos de gênero: um olhar desde as "margens". **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, p. 115, jan. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/10263>. Acesso em: 06 jul. 2019.

LOREA, R. A. O Assédio Religioso. In: LOREA, R. A. (org); ORO, A. P. et al. **Em defesa das Liberdade Laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008. 159 -172 p.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004a (1. ed.: 1997).

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte, Autêntica, 2004b.

LOWENKRON, L.; Mora, C. A gênese de uma categoria. **CLAM**. Publicado em 20 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704>. Acesso em 30 de nov. de 2018.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200311&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 de mai. 2019.

MACHADO, L. Z. Gênero, um novo paradigma. **Cadernos Pagu**. n.11, 1998. pp.107-12. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634467/2391>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

MACHADO, L. Z. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**, n. (11), 2013. p.231-273. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634634> Acesso em 11 de mar. 2019.

MACHADO, L. Z. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, n. 47, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2016. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332016000200301&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em 24 de jun. 2019.

MACHADO, L. Z. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e17504, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332017000200305&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de jul. 2019.

MACHADO, M. das D. C. **Carismáticos e Pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar**. Campinas: Autores Associados/Anpocs, 1996.

MACHADO, M. das D. C. Corpo e moralidade sexual em grupos religiosos na esfera familiar. **Revista de Estudos Feministas**, v. 3, n. 1. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1995. p. 07-27.

MACHADO, M. das D. C. O Discurso cristão sobre a “ideologia de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 26(2) 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/47463/37122>. Acesso em: 12 de mar. 2019.

MACHADO, M. das D. **Família, sexualidade e planejamento familiar**: Um estudo comparativo dos Pentecostais e Carismáticos Católicos do Rio. ANPOCS, 1994. <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/18-encontro-anual-da-anpocs/gt-17/gt20-14/7510-mariamachado-genero/file> Acesso em 12 de mar. 2019.

MACHADO, M. Identidade, globalização e secularização. In: LISZT, V. (Org.). **Identidade e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2009. p.173-204.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. RJ: Zahar, 1985.

MARX, K. ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Moscou: Progresso, 1974/1976, vol. I e III

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**. v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008

MELLO, L.; AVELAR, R. B. Cidadania e direitos sexuais: sobre a efetividade de políticas públicas para LGBT no Brasil. In: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011, Recife. **Anais XVII Congresso Internacional da Alas 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife - PE Grupo de Trabalho: Gênero, desigualdades e cidadania**. Recife, 2011.

MELLO, L.; AVELAR, R. B. de ; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**. UnB, impresso, v. 27, p. 289-312, 2012.

MELLO, L.; AVELAR, R. B.; BRITO, W. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. v. 22, p. 297-320, 2014. (UFSC. Impresso)

MELLO, L.; BRAZ, C.; GONCALVES, E. ; MURCE FILHO, N. F. Para uma educação que aceite e respeite as diferenças. **Polyphonía**. v. 22, p. 463-470, 2013.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**. UNICAMP, impresso, v. 39, p. 403-429, 2012.

MELLO, L.; FREITAS, F.; PEDROSA, C.; BRITO, W. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**. v. 7, p. 99-122, 2012.

MELLO, L.; IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N. ; KABRAL, V. R. Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses. **Revista de Ciências sociais**. v. 44, p. 132-160, 2013.

MELO, H. P. de. A. Revista Gênero/UFF: fazendo "ciências" na militância. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 605-615, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0104026X2013000200012&lng=en&nr m=iso. Acesso em: 06 de jul. 2019.

MIGUEL, L. F. . Uma crítica lésbico-feminista ao discurso transgênero (resenha de Gender hurts, de Sheila Jeffreys). **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso) , v. 24, p. 373-376, 2016a.

MIGUEL, L. F. . Da doutrinação marxista à ideologia de gênero?: o Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis** , v. 15, p. 590, 2016b.

MIGUEL, L. F. . O pensamento e a imaginação no banco dos réus: ameaças à liberdade de expressão em contexto de golpe e guerras culturais. **Políticas Culturais em Revista** , v. 11, p. 37-59, 2018.

MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. **O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados**. Dados, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201-221, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n1/v52n1a06.pdf>>. Acesso em: 12 de mai. 2019.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332018000200402&lng=en&nr_m=iso>. Acesso em: 12 de mai. 2019.

NATIVIDADE, M. **Margens da política: estado, direitos sexuais e religiões**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond. 2016.

NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. de. **As Novas Guerras Sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

OLESEN, V. L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: N. K. DENZIN; Y. S.

ORTIZ, R. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.112- 127.

PAIVA, A. C. S.; MELLO, L. Políticas de gênero e sexualidade: pensando a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (Apresentação de dossiê). **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, p. 7-9, 2013.

PAIVA, C. G. **Discurso parlamentar: bases para elaboração ou como é que se começa?** Brasília: Aslegis, 2004.

PAPA, F. C. Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil: percursos de uma pré-política. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2012. 198f.

PATAI, D. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PATERNOTTE, David e KUHAR, Roman. "Ideologia de gênero" em movimento. **Revista Psicologia Política**. vol.18, n.43, 2018. pp. 503-523. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1519-549X. Acesso em 23 de mai. 2019.

PENNA, F. de A. Programa “Escola sem partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M.; MARTINS, M. L. B. (org.) **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

PENNA, F. de A. Sobre o ódio ao professor: entrevista com Fernando Penna. **Movimento-revista de educação**, Niterói, ano 2, n. 3, 2015.

PENNA, Fernando de Araujo. A tentativa reacionária de censura nos currículos escolares: compreendendo a subversão mútua entre as lógicas de socialização e subjetivação. **Revista Psicologia Política**. São Paulo , v. 18, n. 43, p. 557-572, dez. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 abr. 2019.

PIMENTEL, S. **A Mulher e a Constituinte**: uma contribuição ao debate. 2. edição. São Paulo: Cortez Editora e EDUC, 1987, 87 p.

PINTO, C. Feminismo, História e Poder. **Sociologia e Política**. v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PRÁ, J.R. **Mulheres, Feminismo e Ação Política no Brasil**. Porto Alegre: CirKula, 2016.

PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jul. 2019.

PRADO, M. A. M; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, dez. 2018. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S1519549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 de jul. 2019.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Disponível em:

http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 12 de mar. 2018

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems**. v. 11, n. 2, 2000, p.342-86. Disponível em:

<http://revistascientificas.udg.mx/index.php/CL/article/viewFile/2836/2574>. Acesso em: 10 de set. 2017.

RAGO, M. Epistemologia Feminista, Gênero e História. PEDRO, J.; GROSSI, M. (orgs.) **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. 2010. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf. Acesso em: 10 de set. 2018.

RIOS, R. R. **O Princípio da Igualdade e a Discriminação por Orientação Sexual: a homossexualidade no direito brasileiro e norte-americano**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

RIOS, R. R.; RESADORI, A. H. Gênero e seus/suas detratores/as: "ideologia de gênero" e violações de direitos humanos. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p. 622-636, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 abr. 2019.

RIOS, R. R.; GOLIN, C.; LEIVAS, P. G. C. **Homossexualidades e Direitos Sexuais**: reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RORTY, Richard. Feminismo, Ideologia e Desconstrução. In: ŽIŽEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 227-234.

ROSADO-NUNES, M. J.F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

RUBIN, G. **O tráfico das mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. 1984. Disponível em: <https://museo-etnografico.com/pdf/puntodefuga/150121gaylerubin.pdf>. Acesso em 17 de jun. 2019.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALIN, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SARTI, C. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n.1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000100018>. Acesso em 16 de jun. 2019.

SCHUK, E. de O. Conhecimento e espaços de poder: trajetórias da pesquisa acadêmica feminista no Brasil. **Inclusão Social** (ONLINE), v. 11, p. 30, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4107>. Acesso em: 10 de mai. 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, v. 6, n. 2, jul/dez, 1995.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005. Acesso em: 10 de março de 2019. Disponível em: <http://www.culturaegenero.com.br/download/scott.pdf>

SEGATO, R. L. Aníbal Quijano y la perspectiva de la colonialidad del poder. In: _____. **La crítica de la colonialidad en ocho ensaios y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos**, Coimbra, v. 18, dez. 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1533#quotation>. Acesso em: 9 de ago. 2018.

SILVA, E. M. Fundamentalismo Evangélico e Questões de Gênero: em busca de perguntas. In: SOUZA, S. D. (Org.). **Gênero e Religião no Brasil: Ensaio Feministas**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. p. 11-28.

SILVA, I. P. da. Em busca de significados para a expressão “Ideologia de Gênero”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010246982018000100186&lng=en&nr m=iso . Acesso em: 12 de mai. 2019.

SILVA, S. V. Os Estudos de Gênero no Brasil: algumas considerações. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. nº 262, 15 de nov. 2000. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-262.htm>. Acesso em: 09 de abr. 2019.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: o movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, G. S.; COSTA, C. J. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys – études féministes**, Paris, jul./dez. 2011.

SOARES, V. Movimento Feminista. Paradigmas e Desafios. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, N° Especial, 2. Sem. 1994.

SOUZA, M. F. B. A Participação das Mulheres na Elaboração da Constituição de 1988. In: **Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois. O alicerce da redemocratização (Vol. I)**. Senado Federal. 2008. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988/view>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

SOUZA, R. Gênero, Religião e Identidade Pentecostal no Brasil: breves considerações acerca da condição feminina e habilidades sociais nas Assembleias de Deus. In: CAMPOS, L (Org.). **Reflexões acerca de suas articulações e seus desdobramentos na escola e na vida**. Curitiba: Appris, 2014. p. 173-203.

SOUZA, R. Pós-estruturalismo e religião: as novas possibilidades analíticas nos estudos sobre as relações sociais de gênero. **Mandrágora**, São Bernardo do Campo, v. 21. n. 1, mar. 2015, p. 207-236.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representações Sociais**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

STARLING, H. M. M. **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.

TABAK, F. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.
TEDESCHI, L.; COLLING, A. Os Direitos Humanos e as questões de Gênero. **História Revista**, 19(3), p. 33 – 58, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/hr.v19i3.32992>. Acesso em: 14 de jul. 2019.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder – A Família no mundo: 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

VENCATO, A. P.; SILVA, R. L. da; ALVARENGA, R. L. A educação e o presente instável¹: repercussões da categoria "ideologia de gênero" na construção do respeito às diferenças. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p.587-598, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 abr. 2019.

WITTIG, M. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Editorial Egales, 2006.

WITTIG, M. **The Straight Mind and other Essays**. Boston: Beacon, 1992.